

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO**

**MARCOS ANDRÉ DA SILVA**

**PRONATEC E A EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL  
E CONTINUADA (FIC) NO IFMT – CAMPUS CUIABÁ  
CEL. OCTAYDE JORGE DA SILVA – 2013**

**CUIABÁ - MT  
2015**

**MARCOS ANDRÉ DA SILVA**

**PRONATEC E A EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL  
E CONTINUADA (FIC) NO IFMT – CAMPUS CUIABÁ  
CEL. OCTAYDE JORGE DA SILVA – 2013**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Política Social, à Universidade Federal de Mato Grosso, no Programa de Pós-Graduação em Política Social na Linha de Pesquisa: Trabalho, Questão Social e Serviço Social, Área de Concentração: Política Social, Estado, Sociedade e Direitos Sociais.

Orientação: Profa. Dra. Irenilda Ângela dos Santos.

Cuiabá - MT

2015

i

## FICHA CATALOGRÁFICA

S586p Silva, Marcos André da.  
PRONATEC e a evasão escolar nos cursos de formação inicial e continuada (FIC) no IFMT – Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva - 2013 / Marcos André da Silva. – 2015.  
122 f. : il., color.

Orientadora: Profª. Drª. Irenilda Ângela dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação em Política Social, Área de Concentração: Política Social, Estado, Sociedade e Direitos Sociais, Linha de Pesquisa: Trabalho, Questão Social e Serviço Social, 2015.

Bibliografia: f. 106-114.

Inclui anexos.

1. Políticas sociais – Educação. 2. Educação profissional – Políticas públicas. 3. Evasão escolar – Educação profissional. 4. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). I. Título.

CDU – 304.4:37

Ficha elaborada por: Rosângela Aparecida Vicente Söhn – CRB-1/931

**MARCOS ANDRÉ DA SILVA**

**PRONATEC E A EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL  
E CONTINUADA (FIC) NO IFMT – CAMPUS CUIABÁ  
CEL. OCTAYDE JORGE DA SILVA – 2013**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Política Social, à Universidade Federal de Mato Grosso, no Programa de Pós-Graduação em Política Social na Linha de Pesquisa: Trabalho, Questão Social e Serviço Social, Área de Concentração: Política Social, Estado, Sociedade e Direitos Sociais.

Apresentação em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Situação: \_\_\_\_\_

**Banca Examinadora:**

Profa. Dra. Irenilda Ângela dos Santos – UFMT  
Orientadora

Prof. Dr. Joaquim de Oliveira Barbosa - IFMT  
Avaliador externo

Prof. Dra. Maria de Sousa Rodrigues - UFMT  
Avaliadora interna

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu Senhor e meu Mestre, que sempre me fortaleceu diante das barreiras e desafios que surgiram durante esta caminhada e em toda minha vida.

À professora Dra. Irenilda Ângela dos Santos por toda paciência durante o período de orientação, pela seriedade e comprometimento com que trata o ensino e a pesquisa dentro da universidade.

À todos os docentes do programa de pós-graduação de Mestrado em Política Social que compõem o corpo docente da UFMT, pelos ensinamentos proporcionados por meio das disciplinas ministradas, imprescindíveis à realização deste trabalho.

Às minhas filhas *Isabella Soares Silva* e *Julia Soares Silva*, que foram fonte de energia e inspiração durante toda a caminhada.

À Elizangela Laura Oliveira Soares, minha esposa e companheira, pelo incentivo e compreensão dedicados durante todo o percurso desse trabalho e em todos os momentos de nossa convivência.

Aos colegas da turma do Mestrado em Política Social, pela convivência agradável e sincera, possibilitando crescimento pessoal e acadêmico.

## LISTA DE QUADROS

DESCRIÇÃO	PÁGINA
QUADRO 01: Divisão histórica da educação profissional no Brasil	07
QUADRO 02: Cursos ofertados pelo PRONATEC/FIC/2013	56

## LISTA DE TABELAS

DESCRIÇÃO	PÁGINA
Tabela 1 - Caracterização sócia demográfica dos alunos matriculados nos Cursos ofertados pelo FIC-PRONATEC/IFMT - <i>Campus</i> Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva. Ano de 2013.	67
Tabela 2 - Caracterização da situação de escolaridade e profissionalização dos alunos matriculados nos Cursos FIC-PRONATEC/IFMT - <i>Campus</i> Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva. Ano de 2013.	72
Tabela 3 - Caracterização dos alunos matriculados nos Cursos ofertados pelo FIC-PRONATEC/IFMT- <i>campus</i> Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva, conforme o Curso escolhido e a situação final. Ano 2013	78
Tabela 4 - Distribuição, por curso, dos alunos matriculados no FIC-PRONATEC/IFMT - <i>campus</i> Cuiabá, que evadiram do processo de formação. Ano 2013.	79
Tabela 5 - Distribuição, por curso, dos alunos matriculados no FIC-PRONATEC/IFMT - <i>Campus</i> Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva, que Concluíram/Aprovaram no processo de formação. Ano 2013.	81
Tabela 6 - Caracterização sócia demográfica dos alunos matriculados nos Cursos FIC-PRONATEC/IFMT - <i>Campus</i> Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva, que desistiram do processo de formação. Ano 2013.	82
Tabela 7 - Caracterização da situação de escolaridade e profissionalização dos alunos matriculados nos Cursos FIC-PRONATEC/IFMT - <i>campus</i> Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva, que evadiram do processo de formação. Ano 2013.	87
Tabela 8 - Gestores do Programa (Coord. Adjunta, Supervisores, Orientadores e Equipe de Apoio). Caracterização dos fatores que contribuíram para evasão escolar, consequências para o aluno e Instituição, e medidas propostas para diminuir a evasão nos cursos ofertados pelo FIC-PRONATEC/IFMT - <i>campus</i> Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva. Ano de 2013.	92
Tabela 9 - Docentes do Programa. Caracterização dos fatores que contribuíram para evasão escolar, as consequências para o aluno e medidas propostas para diminuir a evasão nos cursos ofertados pelo FIC-PRONATEC/IFMT - <i>campus</i> Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva. Ano de 2013.	94
Tabela 10 - Alunos Evadidos. Caracterização dos fatores que contribuíram para evasão escolar e medidas propostas para diminuir a evasão nos cursos ofertados pelo FIC-PRONATEC/IFMT - <i>campus</i> Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva. Ano de 2013.	96

## LISTA DE GRÁFICOS

DESCRIÇÃO	PÁGINA
Gráfico 01: Faixa Etária dos Alunos	68
Gráfico 02: Sexo dos Alunos	69
Gráfico 03: Declaração de Etnia (Auto declaração)	70
Gráfico 04: Estado Civil	70
Gráfico 05: Prole (Número de Filhos)	71
Gráfico 06: Renda Familiar	71
Gráfico 07: Condições de Residência	72
Gráfico 08: Escolaridade dos Alunos	74
Gráfico 09: Escola de Origem	74
Gráfico 10: Turno de Estudo (Escola de Origem)	75
Gráfico 11: Profissão (Auto declaração)	76
Gráfico 12: Ocupação Atual	76
Gráfico 13: Participação em Programa de Transferência de Renda	77
Gráfico 14: Curso: Matrículas no Pronatec	78
Gráfico 15: Situação Final no Pronatec	79
Gráfico 16: Alunos Evadidos por Curso	80
Gráfico 17: Alunos Aprovados por Curso	81
Gráfico 18: Faixa Etária dos Alunos	84
Gráfico 19: Distribuição de Alunos por Sexo	84
Gráfico 20: Etnia (Auto declaração)	85
Gráfico 21: Estado Civil	85
Gráfico 22: Prole (Número de Filhos)	86
Gráfico 23: Renda Familiar	86
Gráfico 24: Escolaridade dos Alunos Evadidos	89
Gráfico 25: Escola de Origem (Alunos Evadidos)	89
Gráfico 26: Turno de Estudo (Escola de Origem)	90
Gráfico 27: Ocupação Atual	90
Gráfico 28: Participação em Programas de Transferência de Renda	91



Gráfico 29: Fatores que Contribuíram para a Evasão (Visão dos Gestores)	93
Gráfico 30: Propostas para Diminuir a Evasão (Visão dos Gestores)	93
Gráfico 31: Fatores que Contribuíram para a Evasão (Visão dos Docentes)	95
Gráfico 32: Propostas para Diminuir a Evasão (Visão dos Docentes)	95
Gráfico 33: Fatores que Contribuíram para a Evasão (Visão dos Alunos)	97
Gráfico 34: Propostas para Diminuir a Evasão (Visão Dos Alunos)	98

## **LISTA DE SIGLAS**

### **DESCRIÇÃO**

**BNDES:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**CEFET:** Centro Federal de Educação Tecnológica

**EJA:** Educação de Jovens e Adultos

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**EPT:** Educação Profissional e Tecnológica

**FVG:** Fundação Getúlio Vargas

**FIC:** Formação Inicial e Continuada

**IES:** Instituição de Ensino Superior

**IFMT:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

**LDB:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MD:** Ministério da Defesa

**MDS:** Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome

**MTE:** Ministério do Trabalho e Emprego

**MTur:** Ministério do Turismo

**PEA:** População Econômica Ativa

**PLANFOR:** Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

**PROEJA:** Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica

**PRONATEC:** Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

**SECADI:** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

**SENAC:** Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

**SENAT:** Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

**SESI:** Serviço Social da Indústria

**SINE:** Sistema Nacional de Emprego

**SNA:** Serviço Nacional de Aprendizagem

**SNS:** Serviço Nacional Social

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	01
<b>SEÇÃO I</b>	07
<b>A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL</b>	07
1.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	07
1.2 A OFERTA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	20
<b>SEÇÃO II</b>	31
<b>O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC</b>	31
2.1 O PRONATEC	31
2.2 EDUCAÇÃO E TRABALHO	42
2.3 O PRONATEC NO IFMT CAMPUS CUIABÁ CEL. OCTAYDE JORGE DA SILVA	55
2.4 EVASÃO ESCOLAR	57
<b>SEÇÃO III</b>	63
<b>O PROCESSO METODOLÓGICO</b>	63
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	64
3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	64
3.3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	66
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	98
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	106
<b>ANEXOS</b>	115
ANEXO I Termo de consentimento livre e esclarecido	116
ANEXO II Consentimento pós-informado	118
ANEXO III Consentimento pós-gravação da entrevista	119
ANEXO IV Questionário para gestores	120
ANEXO V Questionário para professores	121
ANEXO VI Questionário para alunos evadidos	122

## RESUMO

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado com o objetivo de democratizar e expandir a educação profissional e técnica e ampliar as vagas de oferta a qualquer cidadão, oferecendo cursos de qualificação gratuitos e de qualidade para a população brasileira, principalmente àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Este Programa, criado pelo Governo Federal propõe o aumento do número de vagas e bolsas de estudo para estudantes e trabalhadores, dando prioridade para alunos que tenham cursado o Ensino Médio na rede pública ou como bolsista integral da rede particular. No que diz respeito aos trabalhadores, apesar de saberem da necessidade de realizarem capacitações, nem sempre buscam para si esse aprendizado devido a diferentes fatores que vão desde os políticos, educacionais ou particulares. A falta de preparo para o atual mercado de trabalho, além de dificultar para o próprio trabalhador a conquista de um bom emprego, gera para o setor empresarial perdas, por estarem necessitando de mão de obra especializada e não conseguir um profissional qualificado que atenda as exigências do atual mercado. Por outro lado, o que se tem verificado *in loco* é que a evasão escolar tem ocorrido com um índice bastante significativo nos cursos do PRONATEC, principalmente aqueles ofertados na modalidade FIC. Este trabalho tem como objeto de estudo, analisar especificamente o problema da evasão escolar nos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFMT - *Campus* Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva no ano de 2013. Procurou-se identificar as principais causas de abandono do ensino pelo estudante, saber o que a escola fez para reversão do quadro e, ao mesmo tempo, apresentar propostas para a permanência e continuidade de estudos para a promoção e mobilidade social dos estudantes do curso. A pesquisa se configura como qualitativa e quantitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a análise de documentos referentes ao Programa e a aplicação de questionários e entrevistas individuais semiestruturadas a gestores, professores e alunos dos 6 (seis) cursos ofertados nesse ano, visando contribuir para análises referentes ao PRONATEC. Os resultados mostraram de maneira bastante clara que as causas da evasão são variadas, concorrentes e não exclusivas. Dessa forma, há que se propor políticas concretas para diminuição deste problema, tanto pelo Governo como pela Instituição de ensino.

Palavras-chave: PRONATEC. Políticas públicas. Educação Profissional. Evasão escolar.

## **ABSTRACT**

The National Program for Access to Technical Education and Employment (PRONATEC) was created in order to democratize and expand vocational and technical education to all citizens by offering free training courses and quality for the Brazilian population, especially those who are in vulnerable social. This program, created by the Federal Government proposes to increase the number of places and scholarships to interested parties, giving priority to students who have completed Medium Teach in the public or as a full scholarship from the private network. With regard to workers, although aware of the need to conduct training, not always seek for themselves that learning due to different factors ranging from the political, educational as individuals. The lack of preparation for the current labor market, make it more difficult for the worker himself the conquest of a good job, generates for the business sector losses, because they are in need of skilled labor and not getting a qualified professional that meets the requirements the current market. On the other side, what has been observed on the ground is that truancy has occurred at a very significant rate in PRONATEC courses, especially in the FIC mode. This work has as object of study, specifically at the problem of truancy in the courses of Initial and Continuing (FIC) of this Program, offered by the Federal Institute of Education, Science and Technology - IFMT - Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva in 2013. We sought to identify the main causes of abandonment of education by the student, knowing what the school has done to reverse the state and at the same time, submit proposals for the permanence and continuity of studies for the promotion and social mobility of students of the course. The research is configured as Qualitative and Quantitative, with the application questionnaire and semi-structured individual interviews with managers, teachers and students of six (6) courses offered this year, aiming to contribute to analysis for the PRONATEC. It has become clear that the causes of dropout are varied, competitors and non-exclusive. It must propose concrete policies to decrease this problem.

Keywords: PRONATEC. Public policy. Professional education. Truancy.

## INTRODUÇÃO

Buscaremos nesta parte introdutória, sistematizar algumas visões e concepções que orientaram a definição do objeto de estudo e a trajetória desenvolvida ao longo desta pesquisa.

Vivemos em uma sociedade em que os conflitos de todos os tipos e dimensões estão presentes, sendo esta, também palco de constantes mudanças nas diferentes áreas da atuação humana, exigindo assim, nosso constante aperfeiçoamento para o alcance de uma sociedade mais justa e igualitária, onde administrar os conflitos e mudanças se faz necessário para a sobrevivência da sociedade, e as políticas públicas são meios para fazê-lo.

É incontestável que as mudanças ocorridas na sociedade, impulsionadas principalmente pelos avanços científico-tecnológicos têm forçado os sujeitos a buscarem e acompanhar esse dinamismo sob pena de serem inexoravelmente excluídos, principalmente no que se refere ao mundo do trabalho.

Para acompanhar de perto suas transformações, sem delas tornar-se refém, mostra-se como possibilidade, a educação, já que a economia brasileira precisa de profissionais qualificados para continuar a crescer e a educação profissional passa a ocupar um lugar de destaque como propulsora na complexa engrenagem de um projeto de desenvolvimento e inclusão no País.

Submerso em um regime capitalista de mercado, nada mais restaria ao homem “despossuído” de capital senão vender sua força-de-trabalho como condição necessária e suficiente para garantir a própria subsistência. De acordo com a teoria econômica vigente, dimensionada ao valor de troca/valor de uso, as condições de empregabilidade e distintos níveis salariais seriam contingências da insuperável, inevitável e natural lei da oferta e da procura de mão-de-obra. A demanda por mão-de-obra é sempre derivada e, nas empresas competitivas e maximizadoras de lucros, a contratação de um trabalhador depende de uma opção do capitalista considerando quanto cada trabalhador proporcionará de lucro.

Por outro lado, a tecnologia, sobretudo a partir dos anos 90, trouxe implicações diretas no mercado de trabalho, aumentando o produto marginal do trabalho e, assim, também, da demanda de mão de obra, o que reduz

significativamente os níveis salariais, ou seja, trabalha-se mais, ganha-se menos.

O século XX foi marco de grandes acontecimentos mundiais, sobretudo os de cunho político e econômico, que marcaram a (re)configuração de nossa história, a exemplo das duas grandes guerras mundiais e das crises dos anos de 1930 e 1970/80 que, dentre outros, revelam o caráter despótico e hegemônico do capital.

É importante ressaltar que quando se fala em educação e trabalho no Brasil, para ser compreendida de forma mais ampla e dialética, é preciso situar esta relação em um contexto político-econômico-social de mudanças inserindo-a em um reordenamento de relações sociais estabelecidas em diferentes períodos. A educação pública brasileira, na atualidade, apresenta diversas diretrizes orientadoras para seu desenvolvimento nos seus diferentes níveis e modalidade de ensino. Este fato se deve a que, principalmente a partir da metade da década de 90 tem-se assistido a criação de diferentes medidas no sentido de atender às novas demandas oriundas do âmbito político e econômico que, de modo geral, reforçam a redefinição do papel do Estado no que diz respeito a sua atuação na sociedade.

O que se pode observar é que as medidas ou programas educacionais criados e implementados pelo Governo Federal, vão de encontro ao atendimento das demandas advindas do sistema produtivo dominante que, neste contexto, passa implementar novas estratégias de organização e funcionamento como forma de superação da crise desencadeada nos anos 70.

Tendo como suporte teórico as leituras e estudos realizados, pode-se constatar que a escola e a educação, de forma mais ampla no Brasil, historicamente vêm se organizando e se desenvolvendo com vistas ao atendimento das necessidades do setor produtivo em vigor, manifestando, em diferentes contextos, características semelhantes às desenvolvidas pelo sistema produtivo, evidenciando com isso marcas de princípios não propriamente educacionais que levem em consideração as peculiaridades do processo ensino-aprendizagem, e sim de princípios permeados por ideologias e interesses oriundos do setor econômico, contribuindo, desse modo, para a descaracterização do papel social da escola e, por conseguinte, da educação e de seus objetivos próprios ou reais.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que, em alguns países, estabeleceu-se uma crescente e forte separação entre o mundo do trabalho e o “mundo” da educação, convivendo estes, como uma espécie de universos paralelos, comunicando esporadicamente suas desconfianças e reprovações. Criou-se, também, a perspectiva de que maior número de anos de escolaridade, ou seja, quanto mais alto o grau de instrução, mais condições de empregabilidade teria o trabalhador que, portanto, teria assegurado os melhores ganhos. Na verdade, esta concepção de educação refletia (e ainda reflete) as influências do modelo taylorista sobre as práticas desenvolvidas na escola, destacando-se, especialmente, a divisão entre as tarefas de pensamento (destinadas aos sujeitos que planejam, decidem etc.) e as ações, voltadas àqueles que apenas executam aquilo que foi previamente determinado, o que caracteriza a dicotomia entre o trabalho intelectual e trabalho manual.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), foi criado pelo Governo Federal em 26 de outubro de 2011, através da Lei nº 12.513, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica de qualidade, sendo oferecidos cursos gratuitos nas escolas públicas federais, estaduais e municipais, nas unidades de ensino do SENAI, SENAC e SENAT bem como em instituições privadas de ensino superior e profissional técnica de nível médio.

Esse Programa envolve um conjunto de iniciativas e projetos, oferecendo, basicamente, três tipos de cursos:

- Técnico: para quem concluiu o Ensino Médio, com duração mínima de um ano;
- Técnico (concomitante): para quem está matriculado no Ensino Médio, com duração mínima de um ano;
- Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional: para trabalhadores, estudantes de Ensino Médio e beneficiários de programas de transferência de renda, com duração mínima de dois meses, sendo que esta modalidade é o foco desta dissertação.

De acordo com a lei de criação do Programa, a previsão era a de ofertar oito milhões de vagas para a educação profissional até o final de 2014 (na verdade, segundo fontes oficiais do governo, foram ofertadas efetivamente em torno de sete milhões de vagas). Pretende-se que o PRONATEC se configure



como um programa social público, onde o governo contribui para a melhoria da qualidade do ensino público, acesso ao emprego e renda, através da formação de profissionais capacitados através da qualificação profissional.

A escolaridade da força do trabalho brasileira ainda é muito baixa, se comparada a de outros países desenvolvidos, pois em que pese o significativo conjunto de ações desencadeadas pelo governo nos últimos 20 a 30 anos, o crescimento da rede de ensino técnico-profissional, desde a implantação das Escolas de Artífices, datadas de 1909, não acompanhou a expansão econômica e a diversificação da estrutura produtiva.

Somente a partir do ano de 2008 com a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que criou também os atuais Institutos Federais, houve uma expansão significativa no número de instituições e oferta de vagas. Foram criados trinta e oito Institutos, com cerca de quatrocentos e trinta unidades (*campi*), com a oferta atual de aproximadamente dois milhões e quatrocentas mil vagas (representando apenas dois e meio por cento da oferta total de vagas na educação brasileira), porém, ainda insuficiente para atender a demanda de trabalhadores qualificados para os múltiplos arranjos produtivos locais.

Professores e servidores da Rede Federal que se dedicam ao estudo da Educação Profissional e Tecnológica, defendem que a formação profissional deve ser tida como prioritária para uma força de trabalho competente para enfrentar os desafios impostos pela concorrência e pelo progresso técnico-tecnológico.

Assim, a ação governamental no que diz respeito às políticas públicas, objetiva satisfazer as demandas de diferentes atores sociais, bem como aquelas formuladas pelos agentes do sistema, assim, as demandas e os atores sociais são dois aspectos importantes na formulação de políticas públicas porque definem seu teor e caminho.

Os investimentos em políticas públicas e programas educacionais diversos contribuem para a formação profissional de grande número de jovens e trabalhadores que buscam complementar sua escolaridade e/ou se (re)inserirem no mundo do trabalho e o PRONATEC foi criado no bojo das políticas públicas para a expansão da Educação Profissional Tecnológica no Brasil.

Por outro lado, no que se refere à Educação Profissional e Tecnológica -

EPT - oferecida pela Rede Federal de Ensino: Escolas Técnicas vinculadas, CEFETs e os atuais Institutos Federais, a evasão tem sido tema frequente de discussões nos últimos anos, e na atualidade, também nos cursos ofertados pelo PRONATEC, porém, sem estudos oficiais e/ou conclusivos sobre o tema.

Na revisão bibliográfica realizada sobre evasão escolar, os poucos trabalhos encontrados sobre o PRONATEC, mostraram-se ainda bastante incompletos e insuficientes para uma análise mais aprofundada sobre o tema, até mesmo por ser um programa ainda bastante recente.

Portanto, o problema central que se busca nesta pesquisa é: **Identificar e analisar os principais motivos da evasão escolar nos cursos ofertados pelo PRONATEC na modalidade de Formação Inicial e Continuados (FIC) do IFMT – Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva no ano de 2013.**

Tal questionamento é importante, devido à verificação *in locu* da evasão escolar nos cursos FIC do PRONATEC, visto que há todo um mecanismo de propaganda que coloca os cursos ligados ao PRONATEC como carro chefe do Governo Federal. Esta problemática colocada, justifica o desenvolvimento desta pesquisa.

Para desenvolver este problema, partiremos de 3 pilares básicos:

1. A História da Educação Profissional no Brasil
2. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)
3. A evasão escolar

A hipótese de trabalho que será testada é: **“a evasão escolar nos cursos FIC/PRONATEC do IFMT - Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva, ocorre porque o aluno encontra um trabalho, mesmo que provisório, abandonando então o curso”.**

A partir dos pressupostos apresentados, o presente trabalho parte de um levantamento bibliográfico sobre a trajetória da Educação Profissional no Brasil e a sua oferta, em seguida, verifica-se a ocorrência da evasão escolar nestes cursos, especificamente nos cursos da modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC).

A pesquisa, portanto, tem como objeto de estudo, a evasão escolar nos cursos ofertados pelo PRONATEC, modalidade FIC no ano de 2013, no Instituto

Federal de Educação de Mato Grosso, *Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva* e se constitui como uma ferramenta estratégica, oferecendo condições para se avaliar o processo educacional desenvolvido pela Instituição neste programa do Governo Federal, identificando o perfil, a percepção do curso e dos estudantes evadidos, justificando-se, assim, pela necessidade de uma análise das recentes políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino.

Acreditamos que os resultados obtidos poderão servir de subsídios para futuros planejamentos e oferta destes cursos no âmbito do IFMT - Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva.

## **OBJETIVOS**

### **Geral**

- Analisar o processo de evasão escolar nos cursos FIC/PRONATEC do IFMT, Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva no ano de 2013.

### **Específicos**

- Identificar e analisar as causas da evasão escolar nos cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) do IFMT - Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva no ano de 2013.

Este texto está organizado em três seções. Na seção I será apresentada um resumo histórico da educação profissional no Brasil e como se deu a sua oferta ao longo dos anos. A seção II, foco principal da pesquisa, tem como objetivo apresentar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, discutindo as suas concepções e políticas de governo, dando destaque à discussão, na perspectiva da educação profissional as concepções acerca do binômio educação e trabalho e como ele foi desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT - *Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva*, discutindo-se também nesta seção, as concepções teóricas sobre evasão escolar. Na seção III discute-se inicialmente a trajetória trilhada no desenvolvimento da pesquisa, ou seja, o processo metodológico. Apresenta-se também, nesta seção os resultados e sua análise. Conclui-se o trabalho com as considerações finais a respeito dos resultados e das visões e reflexões obtidas ao longo de toda a pesquisa.

## SEÇÃO I

### A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

#### 1.1 A Educação Profissional no Brasil

Neste capítulo, faremos um breve histórico da educação profissional no Brasil, para compreendermos os caminhos percorridos por ela de forma que possam servir de subsídios para as discussões que serão apresentadas no decorrer deste trabalho. Para isso, iremos dividi-la em fases ou períodos, destacando os seus principais marcos, conforme utilizado também por vários autores que se dedicam ao estudo da educação profissional. Utilizaremos a divisão mostrada no quadro 1, abaixo.

Quadro 1. Divisão histórica da educação profissional no Brasil

ORDEM	DATA/PERÍODO	CONTEXTO
1	Antes de 1909	Período colonial e vinda da família real para o Brasil
2	1909 - 1930	Criação das Escolas de Aprendizizes e Artífices
3	1930 - 1940	Início da industrialização no Brasil
4	A partir da década de 1940	Legislação e criação do Sistema S
5	1971 - 1994	Lei 5.692/71 (Profissionalização compulsória)
6	1994 a 2008	- 1994: Lei 8.848/94 (criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica) - LDB/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (dedica um capítulo à Educação Profissional) - Expansão do ensino técnico
7	2008 - atual	Lei nº 11.892/2008 (institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia)

Fonte: Elaboração do autor

#### 1 – Primeira fase (antes de 1.909)

A história da educação profissional no Brasil tem várias experiências registradas ao longo dos anos. Segundo Fonseca (1961), a formação do trabalhador no Brasil começou a ser feita desde os tempos mais remotos da colonização, tendo como primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos, e “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”. (p. 68).

A partir de 1800 foi adotado o modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. As crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros.

Com a chegada da família real portuguesa em 1808 e com a abertura dos portos ao Comércio estrangeiro e ao mesmo tempo, a permissão para a instalação de fábricas e indústrias no Brasil, D. João VI cria o Colégio das Fábricas, considerado o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público, com o objetivo de atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal.

Um outro ponto que merece destaque nesta fase é a criação em 1816 da Escola de Belas Artes, que, segundo Barbosa (2004), tinham o propósito de articular o ensino de ciências e de desenho para os ofícios mecânicos.

O Presidente do Estado do Rio de Janeiro (como eram chamados os governadores na época), Nilo Peçanha, iniciou no Brasil o ensino técnico por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, criando quatro escolas profissionais naquela unidade federativa: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras, para o ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola. Assim, o ano de 1906 foi marcado por várias ações, que deram início à consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil. Dentre essas ações podemos citar:

- O projeto que previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho;
- Aumento da dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares, sendo criada na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro;
- Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis”.

## 2 – Segunda fase (1.909 a 1.930)

Segundo o documento Brasil (2009), com o falecimento de Afonso Pena, em julho de 1909, Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil e assina, em 23 de setembro de 1909, o Decreto nº 7.566, criando, inicialmente em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito.

O que se observa é que os objetivos presentes nessas escolas é o ensino de ofícios às classes menos favorecidas e para impulsionar a “economia dos novos tempos”.

De acordo com Barbosa (2004):

Essas escolas, antes de pretender atender às demandas de um desenvolvimento industrial praticamente inexistente, obedeciam a uma finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho os órfãos, os pobres desvalidos da sorte, retirando-os das ruas. Assim, inicia-se a formação profissional como política pública na perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho. (p. 73)

O autor Lima Filho (2008), concorda com esta afirmação ao comentar que essas instituições cumpriam função assistencial e ocupacional; segregacionista e correcional, mais do que propriamente educacional, [...] “o trabalho era visto como elemento regenerador da personalidade de crianças e adolescentes” (p. 44). Esta era a concepção de educação profissional apresentada pelo Decreto de criação das escolas.

Já Ciavatta (2008) afirma que:

A sociedade brasileira tem uma dívida secular para com a população relegada, desde os primórdios do país, a não receber conhecimentos senão aqueles que fossem necessários ao trabalho produtivo no campo e nos espaços urbanos. Mais tarde, com séculos de atraso em relação aos países europeus colonizadores, o ideário

educacional necessário à produção capitalista se implantou, de modo escasso e limitado, apenas nas funções de ler, escrever, contar e aprender um ofício. Ciavatta (p.78)

### **3 – Terceira fase (1.930 a 1940)**

A década de 1930 pode ser considerada um referencial histórico para a Educação Profissional do Brasil, pois ela configurou o início da industrialização no país e possibilitou a institucionalização de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, foi estruturada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, que passava a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, antes ligadas ao Ministério da Agricultura. Essa Inspeção foi transformada, em 1934, em Superintendência do Ensino Profissional. Foi um período de grande expansão do ensino industrial, impulsionada por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes.

A Constituição brasileira de 1937 foi a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial, estabelecendo no artigo 129:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

Assim, em 13 de janeiro de 1937, foi assinada a Lei 378 que transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.

No entanto, o que se pode perceber é que nesse período há uma total desvinculação entre formação profissional e educação; aos trabalhadores era destinada uma formação voltada para o treinamento, adestramento até porque a nossa indústria ainda era bastante elementar, baseada no artesanato e manufatura com poucas exigências.

Na análise de Oliveira (2003), só se pode falar em Sistema Educacional Brasileiro a partir de 1930, quando ocorreu a consolidação do Estado Nacional e, em decorrência disso, a educação passou a contar com diretrizes e normas legais, que se tornaram vigentes em todo o país. Um exemplo é a Constituição de 1934. Tanto o documento de 1934, como o de 1937 que revisa o capítulo que trata da educação, instituíram o ensino primário obrigatório com algumas ressalvas, tais como: a contribuição financeira solidária das famílias e a isenção da obrigatoriedade quando as escolas fossem muito distantes ou quando os pais fossem muito pobres.

#### **4 – Quarta fase (a partir da década de 1.940)**

Outra referência é a década de 1940, que também foi de suma importância para a educação profissional brasileira, pois, foram criadas as instituições conhecidas como “Sistema S”, que deu um grande impulso em amplitude de atendimento.

Até o surgimento das leis orgânicas do Ensino, a partir de 1942, o ensino profissional, à exceção das escolas federais, não tinha nenhuma regulamentação. Em 1941 vigoraram uma série de leis conhecidas como a “Reforma Capanema” que remodelou todo o ensino no país, e tinha como principais pontos:

- o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio;
- o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão;
- os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico



industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades.

O Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. A partir desse ano, inicia-se, formalmente, o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação.

Outro marco importante é a criação do Serviço Nacional dos Industriários, passando mais tarde a se chamar Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, destinado

(...) a organizar e administrar escolas de aprendizagem industrial em todo país, podendo manter, além dos cursos de aprendizagem, que eram mais rápidos, segundo a Lei Orgânica do Ensino Industrial, e tinham por objetivo a preparação dos aprendizes menores dos estabelecimentos industriais, cursos de formação e continuação para trabalhadores não sujeitos à aprendizagem. (Romanelli, 1980, p. 166)

Portanto, nesse período, criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social do Comércio (SESC); instituições que responderiam efetivamente às exigências imediatas do mercado de trabalho, de modo que se deixava à cargo das empresas os cursos de aprendizagem, destinados ao treinamento rápido e à reciclagem. Posteriormente, foram implantados o Serviço Nacional de Agricultura (SENAR) e o Serviço Nacional de Transporte (SENAT), que completaram o denominado Sistema S.

No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, as instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso, intensificam a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

Segundo Manfredi (2002), essas instituições foram criadas para fazer frente a duas situações emergenciais: a carência de operários especializados causada pelo aumento da produção industrial e pela redução da imigração no período da guerra, no caso do Senai e no caso do Sesi, a emergência foi a mobilização do operariado no pós-guerra, provocada, em parte, pelo problema da carestia e pela ascensão política dos comunistas.

### **5 – Quinta fase (1971 – 1994)**

Em 1971 com a lei nº 5.692, torna, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse período, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos.

A lei 5.692/71, depois conjugada com a lei 4.024/72, traz a concepção, no que diz respeito à educação profissional:

(...) trouxe, como alteração mais importante, no que tange o ensino profissional, a completa equivalência dos cursos técnicos ao secundário, para efeito de ingresso nos cursos superiores. facultou, também, a possibilidade das instituições criarem cursos pré-técnicos, com duração de um ano, cujas disciplinas seriam apenas as de caráter geral, obrigatórias para todo o curso técnico, mas desenvolvidas em três séries nos cursos secundários (OLIVEIRA, 2003, p. 34).

Conforme o documento do MEC (2009), em 1978, com a Lei nº 6.545, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs. Esta mudança confere àquelas instituições mais uma atribuição, formar engenheiros de operação e tecnólogos, processo esse que se estende às outras instituições bem mais tarde.

Os Referenciais para a Educação Profissional do SENAC (2002) ressaltam que as reformas educacionais dos anos 1970 tiveram inspiração na Teoria do

Capital Humano, que creditava à educação o poder “quase mágico” de favorecer o desenvolvimento das nações e a ascensão social dos indivíduos.

## **6 – Sexta fase (1994 a 2008)**

Em 1994, com a lei nº 8.948, instituiu-se o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, mediante decreto específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, levando-se em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas e recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro.

Em 1996 é promulgada a Lei nº 9.394, considerada a segunda LDB do País - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB/96, como é conhecida. Esta lei dedica um capítulo exclusivo à educação profissional (Capítulo III, artigos 39 a 42), conforme mostrado abaixo.

### **CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

#### **Da Educação Profissional e Tecnológica (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)**

~~Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.  
(Regulamento)~~

~~Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.~~

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II – de educação profissional técnica de nível médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. (Regulamento)

~~Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. (Regulamento)~~

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

~~Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional. (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)~~

~~Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (Regulamento)~~

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

Para Saviani (1997, p. 9), “(...) esse capítulo parece mais uma carta de intenções do que um documento legal, já que não define instâncias, competências e responsabilidades”. No entanto, em um primeiro momento, acreditamos que ela supera os enfoques de caráter assistencialista e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país.

O Decreto 2.208/1997 depois substituído pelo Decreto 5.154/2004, regulamenta a educação profissional. Este novo decreto traz, em seu artigo 1º, que a educação profissional, prevista no art. 39 da Lei nº 9.394/96 (Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional), será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- I - formação inicial e continuada de trabalhadores;
- II - educação profissional técnica de nível médio; e
- III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Em seu 2º artigo, o Decreto dispõe que a educação profissional observará as seguintes premissas:

- I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;
- II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia (BRASIL, 2004).

Já em 2005, com a publicação da Lei 11.195, ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino. Em 2006, com o Decreto 5.840 é instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos - PROEJA com o ensino fundamental, médio e educação indígena.

Em 2007 há o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta entregar à população mais 150 novas escolas e unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010, cobrindo todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional.

## **7 – Sétima fase (2008 – atual)**

Em 2008, a lei nº 11.892, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Esta lei dá uma nova configuração à Educação Profissional no País, conforme explicita as suas finalidades e objetivos, expostos abaixo (BRASIL, Planalto, 2008).

### **Seção II**

#### **Das Finalidades e Características dos Institutos Federais**

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

### **Seção III**

#### **Dos Objetivos dos Institutos Federais**

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea *b* do inciso VI do caput do citado art. 7º.

§ 1º O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.

§ 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei.

Portanto, pode-se verificar que a educação profissional e tecnológica assume valor estratégico para o desenvolvimento nacional resultante das transformações ao longo das últimas décadas na Rede Federal, cuja visibilidade social apenas recentemente começou a tomar forma com a criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com os esforços para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e com a intensificação e diversificação das atividades de ensino visando a atender os mais diferenciados públicos nas modalidades presencial, semi-presencial e a distância.

Conforme o documento do MEC (2009), a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica está fundamentada numa história de construção de 100 anos, cujas atividades iniciais eram instrumento de uma política voltada para as “classes desprovidas” e hoje se configura como uma importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas. Esse é o elemento diferencial que está na gênese da constituição de uma identidade social particular para os agentes e instituições envolvidos neste contexto, cujo fenômeno é decorrente da história, do papel e das relações que a Educação Profissional e Tecnológica estabelece com a ciência e a tecnologia, o desenvolvimento regional e local e com o mundo do trabalho e dos desejos de transformação dos atores nela envolvidos.

Parte integrante de um projeto de desenvolvimento nacional que busca consolidar-se como soberano, sustentável e inclusivo, a Educação Profissional e Tecnológica está sendo convocada não só para atender às novas configurações do mundo do trabalho, mas, igualmente, a contribuir para a elevação da escolaridade dos trabalhadores. Nessa direção a atual conjuntura histórica é extremamente favorável à transformação da Educação Profissional e Tecnológica em importante ator da produção científica e tecnológica nacional, especialmente porque o espaço social das práticas de ensino, pesquisa e inovação desenvolvidas nessa área possui características diferenciadas daquelas desenvolvidas no espaço do mundo acadêmico.

Para finalizar esta discussão sobre a educação profissional no Brasil, o comentário que podemos fazer, é que o debate acerca das relações entre educação, trabalho, processos produtivos e projetos de sociedade, tem ocupado lugar de destaque na educação brasileira desde longa data. De acordo com Lima Filho (2008), no que diz respeito à relação entre educação básica e formação dos trabalhadores ocorreram diversos debates ao longo de sucessivas legislações e reformas educacionais.

No que concerne à história do ensino técnico profissional escolar e das políticas de formação de trabalhadores no Brasil, é importante observar os caminhos percorridos à luz das transformações ocorridas no Estado-Nação brasileiro do decurso do século XX à atualidade (p.106).



Deitos (2006) corrobora essa análise ao partir da consideração de que, no Brasil, a qualificação de trabalhadores está imbricada no processo de construção e consolidação do modo de produção vigente em cada época, sendo também conivente com as formas com que o modo de produção vai se instalando em cada local em particular.

Um outro autor que também concorda com estas observações é Wittaczik (2008), onde comenta que o fenômeno da educação profissional acompanha as práticas humanas, desde os períodos mais remotos da história, quando os humanos transferiam seus saberes profissionais por meio de uma educação baseada na observação, na prática e na repetição, pelas quais repassavam conhecimentos e técnicas de fabricação de utensílios, aprimoramento de ferramentas, instrumentos de caça, defesa e demais artefatos que lhes servissem e facilitassem o cotidiano.

## **1.2 A oferta de educação profissional no Brasil**

Apresentaremos, aqui, uma discussão mais detalhada e específica sobre a oferta da educação profissional no Brasil.

Ao longo da história da educação brasileira, o ensino em geral tem-se constituído de uma série de lutas e desafios, principalmente porque o acesso à educação era restrita a uma pequena parcela da população, considerando que até o início do século XX, a educação tinha como finalidade formar indivíduos da elite dominante para a continuidade de seu *status quo*, sem nenhum comprometimento com a preparação para o trabalho.

Segundo Barbosa (2004):

A educação brasileira traz em sua raiz uma problemática extremamente importante e que ao longo do processo educacional não foi superada: a dualidade formação técnica x formação humanística, aliadas diretamente à questão da formação instrumental x formação intelectual. O que se pode observar à priori, é que na prática, as políticas educacionais impostas pelos diversos governantes não têm sido bem sucedidas ou pelo menos

não têm atendido às exigências e anseios da sociedade. (p. 71)

Conforme esse autor, as primeiras concepções da formação profissional no Brasil registram apenas decisões circunstanciais, especialmente destinadas a “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, assumindo assim, um caráter assistencialista que marcou toda sua história.

De acordo com Manfredi (2002), no Brasil colônia, a base da economia era a agroindústria açucareira organizada em plantações, predominando o regime escravocrata de produção e organização do trabalho. Nos engenhos, unidades básicas, também prevaleciam as práticas educativas informais de qualificação no e para o trabalho. Ainda nesse período, os colégios e as residências dos jesuítas foram os primeiros núcleos de formação profissional, ou seja, as escolas-oficinas de formação de artesãos e demais ofícios.

O ensino profissional no Império teve impulso importante com as transformações políticas e econômicas, quando da transferência em 1808 da família real portuguesa para o Brasil. A economia brasileira deixou de ser baseada na agroindústria, não havia mais a necessidade do intercâmbio comercial com a metrópole, pois fazíamos também parte do Estado nacional português. Iniciou-se a implantação de atividades e de empreendimentos industriais tanto estatais como da iniciativa privada para, principalmente, subsidiar o comércio que era importante para o Reino.

No entanto, quando se fala em política de governo, os primórdios de um esforço governamental em direção a um ensino profissionalizante, data de 1809, quando um decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, criou o Colégio das Fábricas, logo após a suspensão da proibição de funcionamento de indústrias manufatureiras em terras brasileiras. Posteriormente, em 1816, era proposta a criação de uma escola de Belas Artes, com o propósito de articular o ensino de ciências e de desenho para ofícios mecânicos, sendo em 1826 instituído oficialmente o ensino de Artes e Ofícios.

Na segunda metade do século XIX, foram criadas várias entidades civis destinadas a “amparar crianças órfãs e abandonadas”, oferecendo-lhes instrução teórica e prática, iniciando-as no ensino industrial. As mais importantes dessas entidades foram os Liceus

de Artes e Ofícios, entre os quais os do Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886). Ainda em 1861, foi organizado, por Decreto Real, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, cujos diplomados tinham preferência no preenchimento de cargos públicos das Secretarias de Estado. op. cit (p. 72).

No início do século XX, o ensino profissional continuou mantendo basicamente o mesmo traço assistencial do período anterior, tanto que no manifesto antes de assumir a Presidência da República, em 1906, Afonso Penna afirmava que a criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito poderiam contribuir para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres instruídos e hábeis.

Em 1906, o ensino profissional passou a ser responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, numa política de incentivo ao desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola a exemplo da instalação da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado em São Paulo e outras escolas públicas comerciais no Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, etc.

Kunze (2006), em seu livro “A Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (1909 – 1941)” comenta que durante o processo de formação do Estado brasileiro, foram organizados arsenais de guerras, destinados à sua proteção nas províncias estratégicas do reino, dentre elas, Mato Grosso. Criado em 1832, o Arsenal foi instalado na capital do Estado, Cuiabá, tendo como uma de suas finalidades o abastecimento das tropas militares sediadas em território mato-grossense e, pela Lei do Ministério da Guerra nº 85, de 26/10/1839, que organizou no seu interior a Companhia de Aprendizes Artífices, passou também a servir de abrigo e instituição educacional para meninos pobres (p. 14-15).

Comenta ainda, que conforme a organização do ensino, os internos tinham aulas de primeiras letras (leitura e escrita, desenho linear e religião) e eram inseridos nos trabalhos das oficinas necessárias ao arsenal, considerando suas aptidões, inclinações e condições físicas para a aprendizagem de um ofício, dentre eles os de carpinteiro, ferreiro, seleiro, funileiro, sapateiro, alfaiate, latoeiro, torneiro, armeiro, espingardeiro e tanoeiro (op. cit., p. 15). Essa experiência de ensino profissional (de cunho militar, pois preparava os artífices necessários à

manutenção do Arsenal), perdurou por quarenta anos, sendo extinta em 1899 com a extinção da Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Guerra.

Uma outra experiência nos mesmos moldes, conforme Kunze (2006), e com os mesmo objetivos e finalidades, existiu também a Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal da Marinha de Mato Grosso, funcionando em Cuiabá de 1857 a 1878, foi então transferida para Ladário, hoje, Mato Grosso do Sul. Segundo a autora, pelo que se tem notícia, instalou-se ainda, em 1896 em Cuiabá, o Liceu Salesiano de Artes e Ofícios São Gonçalo, que atuava em duas frentes. Para as elites dirigentes oferecia o curso de Ciências e Letras, e para as massas populares, o curso profissional com as oficinas de alfaiataria, ferraria, carpintaria e curtição de couro (idem, p. 16-17).

Portanto, antes da criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, Mato Grosso teve três experiências de escolas que ministravam educação profissional. Efetivamente, a formação profissional como responsabilidade do Estado inicia-se em 1909 no governo Nilo Peçanha através do Decreto nº 7.566/1909, que estaca:

O Presidente Nilo Peçanha cria em quase todos os estados, escolas de Aprendizes e Artífices, representando o início da atuação direta do Governo Federal na área de formação profissional. São apresentadas as seguintes justificativas para editá-lo: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades crescentes da luta pela existência, e que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos pela fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, mas fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime, que é um dos primeiros deveres do governo da República, formar cidadãos úteis à Nação. (In: BARBOSA, 2004, p. 73).

É criada então, uma rede de 19 (dezenove) Escolas de Artífices, precursoras das Escolas Técnicas e atuais Institutos Federais, nas diferentes unidades da federação, marcando dessa forma o início das atividades do governo

federal no campo do ensino de ofícios, porém, com os mesmos objetivos: destinados ao ensino de ofícios às classes menos favorecidas e para impulsionar a economia dos novos tempos, mas na verdade, segundo Kunze (2006), pouco se sabe sobre os processos de implantação e desenvolvimento de cada uma delas nos Estados.

Tais escolas foram localizadas em cidades-polo e de decisão política, isto é, nas capitais dos estados, exceção do Rio Grande do Sul, onde a escola localizou-se em Pelotas, com base em critérios essencialmente políticos, segundo os quais seriam exatamente nas capitais, os cenários potenciais para maior afluência de surtos de insubmissão ou rebeldia popular.

Conforme Queluz (2000), a abolição da escravidão, o crescimento econômico brasileiro, a industrialização e a imigração, proporcionaram um crescimento acentuado das principais cidades brasileiras.

O fenômeno do crescimento urbano desordenado levou a sérios problemas nas principais capitais brasileiras, como a dificuldade de abastecimento de produtos alimentícios, a falta de moradias, a falta de condições sanitárias, o desemprego, o crescimento de epidemias e a intensificação da miséria. A necessidade de gerir este acúmulo de homens, tornando-os corpos úteis e capazes de proporcionar um acúmulo de capital, levou à necessidade de criação de mecanismos de controle sobre a população citadina (QUELUZ, 2000, p. 18-19).

Ele continua:

(...) As classes dominantes associaram a pobreza não apenas à carência de recursos, mas a uma maior permeabilidade aos vícios, ao desregramento moral, à indolência, à criminalidade. A única saída para a redenção moral das classes perigosas, seria a venda de sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção. Para obter-se o saneamento moral da pobreza estruturaram-se políticas republicanas, calcadas em uma série de práticas de disciplina e controle social. A construção da sociedade do trabalho também foi, portanto, a construção de uma sociedade disciplinar, que procurava adequar os

indivíduos como cidadãos úteis para concretização do projeto de civilização republicano (op. cit., p. 18)

Conforme Ferreira (2002), o “inchamento” das cidades, o crescente número de vadios, a desordem pública, a tentativa de desarticular os movimentos operários de todo o país e os conflitos sociais foram, por certo, os fatores mais imediatos que pressionaram uma postura política do Estado nesse rumo, isto porque, os desocupados, os vadios, os mendigos, ladrões e toda sorte de marginalizados e excluídos sociais, começavam a se agrupar nas grandes cidades, oferecendo desafio constante à ordem estabelecida.

Em um outro ponto de seu trabalho, Queluz (2000) assim enuncia:

Torna-se fundamental como estratégia de auto-preservação da burguesia, a imposição de uma “identidade social ao proletariado emergente”. (...) Empreendeu-se uma vasta empresa de moralização, cujo “eixo principal é a formação de uma nova figura do trabalhador, dócil, submisso, mas economicamente produtivo. Este projeto de integração de trabalhadores ao “universo dos valores burgueses”, desdobrou-se em múltiplas estratégias de disciplinarização, que incidiram no interior da fábrica, mas também fora dela, no cotidiano do trabalhador, conjugando-se a permanência da violência do período escravocrata contra os destituídos, através de sofisticadas técnicas disciplinares (op. cit., p. 19)

Continuando,

O Estado deveria, portanto, criar instituições de preferência de confinamento, preocupadas em formar o caráter da criança dentro da ética do e dos valores burgueses, através do aprendizado profissional que não somente preparasse o menor para a atividade produtiva, mas também moralizasse sua alma e higienizasse seu corpo. É nesse contexto que se disseminam as instituições de preservação e assistência e institutos profissionais no país, dentre elas, as Escolas de Aprendizes e Artífices,

nas capitais dos estados, em 1909 (op. cit., p. 23)

Em paralelo, a industrialização passou a ser defendida, sob a justificativa de que somente um Brasil industrializado poderia se equiparar às nações desenvolvidas sob o ponto de vista da concorrência entre as nações:

O desenvolvimento da indústria acentua a necessidade de prover com a máxima brevidade e, eficazmente, o ensino profissional, tão descuidado entre nós. A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional, muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis (INEP, 1987, p. 19).

Portanto, segundo Kunze (2006a):

(...) A criação da Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (EAAMT), foi resultado de uma ação do governo federal, apoiada pelo governo do Estado, no âmbito da educação profissional, que teve a finalidade de promover a formação de trabalhadores qualificados de modo a contribuir para o desenvolvimento do processo de industrialização que se iniciava no Brasil e do ponto de vista sociocultural, esse empreendimento pretendeu sanar um problema que os dirigentes da época consideravam impeditivo do progresso: a “ociosidade das classes desfavorecidas”, gestada após a abolição da escravidão e até então não resolvida (KUNZE, 2006a, p. 120).

Ao assumir a Presidência da República em 1910, o Marechal Hermes da Fonseca reafirmava à nação que a política de apoio e ampliação das escolas de Aprendizes e Ofícios não sofreria alteração, afirmando que particular atenção dedicaria ao ensino técnico-profissional, artístico, industrial e agrícola, que a par da parte propriamente prática e imediatamente utilitária, proporciona também instrução de ordem ou cultura secundária, capaz de formar o espírito e o coração daqueles que amanhã serão homens e cidadãos.

Segundo Gianini (2000), ao assumir a Presidência da República em 1914,

o Presidente Venceslau Brás, expressou uma concepção sobre a formação profissional da seguinte forma:

A criminalidade aumenta, a vagabundagem campeia, o alcoolismo ceifa cada vez mais, maior número de infelizes, porque, em regra, não tendo as pobres vítimas um caráter bem formado e nem preparo para superar as dificuldades da existência, tornam-se vencidos em plena mocidade e se atiram à embriaguez e ao crime. Dê-se, porém, outra feição às escolas primárias e às secundárias, tendo-se em vista que a escola não é somente um centro de instrução, mas também de educação e, para esse fim, o trabalho manual é a mais segura base; instalem-se escolas industriais de eletricidade, mecânica, de química industrial, escolas de comércio, que os cursos se povoarão de alunos e uma outra era se abrirá para o nosso País. Se não tivermos pessoal habilitado para essas escolas, o que não de se admirar, pois novos que somos, contrataremos no estrangeiro a missão industrial. Conseguiremos assim, remediar em parte os males do presente e lançaremos as bases para um futuro melhor, bem como alcançaremos desviar a corrente impetuosa e exagerada que atualmente existe para a empregomania e para o bacharelismo. (p. 170-171).

O que se pode observar no texto acima é que a essas escolas era atribuído o papel de corrigir as desigualdades sociais, justificando desta maneira, a criação do ensino profissional, no entanto, existia também um “pano de fundo” nesse modelo de escola, que pode ser denominada de estético-regeneradora<sup>1</sup>, conforme conceitua Ferreira, 2002 (p. 30), uma vez que à exemplo das demais instituições disciplinares (exércitos, reformatórios, prisões, etc.), contribuía para o reordenamento da sociedade para o trabalho assalariado (através da disciplina, elemento de peso substancial nessas escolas).

Almiro de Sá Ferreira (2002), comenta em seu livro “Profissionalização dos excluídos: a Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba (1910 – 1940)” que revendo a história da referida escola, diversos problemas se apresentam como de grande relevância e significativo interesse para a pesquisa social, como: o rigor

---

<sup>1</sup> A função estético-regeneradora é entendida nesse contexto como aquela que visava “limpar” as cidades das denominadas “classes perigosas”.



disciplinar e o elevado índice de evasão e reprovação escolar, onde de uma movimentação de 9228 matrículas no período citado, apenas 70% (setenta por cento) concluíram os cursos ofertados (p. 24), ou seja, naquela época o problema da evasão escolar já era bastante intenso.

Ao lado do fato estético se procurava também regenerar os despossuídos e desclassificados, reeducando o “novo homem livre”, transformando-o em um potencial cidadão, perseguindo assim, o alvo mais saliente que era qualificar o homem para o trabalho, constituindo-se a escola em um elemento a mais para no esforço conjunto de afastar das ruas o espetáculo da pobreza e integrar o homem pobre urbano à sociedade.

O processo de organização escolar no Brasil começa a sistematizar-se a partir do período que precede a Revolução de 1930 quando se inicia um lento, mas importante processo de industrialização do País. Impulsionado a partir do início da industrialização brasileira à época do Estado Novo (golpe de Estado de 1937), o ensino técnico de nível médio no Brasil traz, na sua concepção originária, um traço fortemente discriminatório e de exclusão. Esta concepção está presente também no texto escrito por em Kunze (2006).

A Constituição de 1937, ocasião em que se dá a chamada “Reforma Capanema”, estabelece, como dever do Estado, o ensino chamado pré-vocacional e profissional destinado às “classes menos favorecidas”, reconhecendo assim oficialmente duas escolas: a da elite intelectual dirigente e outra para o povo.

Conforme Barbosa (2004):

A marca da separação em duas vertentes no âmbito do sistema de ensino passou a ser completada com o sistema privado de formação profissional, criado em 1942 (SENAI) e em 1946 (SENAC). Assim, combinaram-se a iniciativa pública e a privada para atender as demandas bem definidas decorrentes da divisão social e técnica do trabalho organizado e gerido pelo paradigma taylorista-fordista como resposta ao crescente desenvolvimento industrial que passa a exigir mão-de-obra qualificada. É desse período a criação das Escolas Técnicas a partir da transformação das Escolas de Artes e Ofícios. (p. 78)

Essa realidade sofre uma importante modificação em 1961 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 4.024/1961) a partir de mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

Esse autor comenta ainda que com o estabelecimento da Lei 5.692/1971, que tinha como um dos objetivos conter a demanda para o ensino superior e que definiu a educação profissionalizante compulsória, iniciou-se de fato a questão da profissionalização no País, porém, ao estabelecer esta lei, depois conjugadas as alterações da Lei Federal 7.044/82, que substituiu o caráter compulsório da profissionalização que passou a ser facultativo, pensou-se numa modernização do Brasil a curto prazo, por meio da qualificação de recursos humanos de nível médio, propondo conciliar os objetivos de educar e profissionalizar.

Desde então, muito pouco se mudou na educação profissionalizante exceção às Escolas Técnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), mas, em contrapartida, muito se mudou no mundo com relação às formas de organização e produção industrial, principalmente com o advento das novas tecnologias.

Em 1994, foi criado através da Lei 8.948/1996, o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, na tentativa de poder criar um sistema de educação que pudesse gerar tecnologia e profissionais de alto nível, capazes de desenvolver, criar e trabalhar com as novas tecnologias, transformados em 2008 pela lei 11.788 na Rede Federal de Educação Tecnológica e criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A criação dos Institutos Federais de Educação em 2008 tem sido tema recorrente nos debates envolvendo a educação em todo o território nacional, alocados no interior de políticas para a educação brasileira, com recorte especial para aquelas voltadas para a Educação Profissional Tecnológica e a Rede Federal. Assim, a criação destes institutos responde a necessidade em um país como o nosso, da institucionalização definitiva da Educação Profissional Tecnológica como política pública.

A Educação Profissional no Brasil é fruto da correlação de força entre setores que sempre a tomaram como um braço a favor da acumulação capitalista e outros que a concebem como importante instrumento de política social, aqui assumida como aquelas para redistribuição de benefícios sociais visando à

diminuição das desigualdades.

Desta forma, o papel que está previsto para os Institutos Federais de Educação e Tecnologia é garantir a perenidade de ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma Educação Profissional Tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e transformação social.

No caso específico de Mato Grosso, a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia deste Estado, reuniu três autarquias federais, o CEFET-MT (antiga Escola Técnica Federal de Mato Grosso), o CEFET-Cuiabá (antiga Escola Agrotécnica de São Vicente) e a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres. Na atualidade, o IFMT é constituído por 14 (quatorze) campi: Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecís, Confresa, Cuiabá Cel. Octaide Jorge da Silva, Cuiabá Bela Vista, Juína, Lucas do Rio Verde, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Rondonópolis, São Vicente, Sorriso, e 5 (cinco) campus avançados: Campo Verde, Diamantino, Jaciara, Poconé e Tangará da Serra.

Por outro lado, verifica-se que a falta da conclusão da formação básica pode ser uma variável para o desinteresse pela formação profissional, uma vez que para Silva (2012) a educação técnica e profissional possui um importante dever e relevância social, para que grandes transformações sociais e econômicas ocorram. Para o autor, a educação profissionalizante que visa inserir ou reinserir o indivíduo no mercado de trabalho, garantindo a ele os direitos trabalhistas e sociais, traz grandes benefícios e tem um grande papel a cumprir na sociedade, essa então pode ser considerada uma forma de tratar o desemprego.

Neste patamar, Ribeiro *et al.* (2011) destaca que os jovens possuem forte desvantagem quando são comparados aos adultos, quando se refere à exigência de muitos empregadores, no que diz respeito à experiência de trabalho. Mesmo considerando que os jovens possuem maior nível de escolaridade em comparação aos adultos, e desta forma, o sistema de ensino técnico é visto como o modelo de ensino que tornaria a transição do jovem, da escola para o trabalho facilitada.

## SEÇÃO II

### PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC

#### 2.1 O Pronatec

Neste tópico, vamos analisar o PRONATEC enquanto programa do governo que proclama a promoção do direito à Educação Profissional a um número significativo de brasileiros, considerando também, que o objetivo declarado deste programa é garantir e assegurar cursos de qualificação para os trabalhadores, oportunizando acessos mais numerosos às oportunidades de formação profissional.

Por se tratar de uma nova proposta no âmbito da educação profissional, não há muitas produções e análises a respeito. Desta forma, buscaremos apresentar o PRONATEC tendo como base principalmente os documentos legais de sua criação. A principal referência é a Lei nº 12.513/2011<sup>2</sup>, as informações oficiais do MEC, alguns discursos e entrevistas da Presidenta Dilma Rousseff proferidos entre 2011 e 2012, e análise de alguns pesquisadores da área.

O PRONATEC é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado pelo Governo Federal em 26 de outubro de 2011, com a sanção da Lei nº 12.513/2011 pela Presidenta Dilma Rousseff, com o intuito principal de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores e posterior encaminhamento dos estudantes concluintes para o mercado de trabalho. Prevê uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira que, juntos, deverão ofertar oito milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis nos próximos anos (2011 – 2014).

Os objetivos do PRONATEC, conforme a Lei no 12.513/2011 são apresentados a seguir.

Artigo 1º Parágrafo único.

São objetivos do PRONATEC:

---

<sup>2</sup> Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e à distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

O artigo 4º estabelece:

O PRONATEC será desenvolvido por meio das seguintes ações:

- I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica;
- II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional;
- III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;
- IV - oferta de Bolsa-Formação, nas modalidades:
  - a) Bolsa-Formação Estudante; e
  - b) Bolsa-Formação Trabalhador;
- V - financiamento da educação profissional e tecnológica;
- VI - fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação à distância;
- VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;
- VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e
- IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego.

De acordo com o MEC (2012), em resumo, o PRONATEC se propõe a:

- Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional

técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e à distância;

- Construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais;
- Aumentar as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- Aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica;
- Melhorar a qualidade do ensino médio.

Como pode ser observado, trata-se de um conjunto de ações que convergem no sentido de ampliar o acesso à educação profissional e, como já foi salientado, boa parte delas já era executada anteriormente pela Secretaria de Educação tecnológica (SETEC/MEC), mas o PRONATEC passa a congregá-las incorporando dois novos componentes: o Projeto Bolsa-Formação e o Fies Técnico e Fies Empresa.

Como destacou a presidenta Dilma em entrevista ao programa “Café com a Presidenta”, concedida em maio de 2011, “o PRONATEC é um programa que implica um conjunto de ações visando ao atendimento do jovem, de um lado, e do trabalhador, do outro. E continua, “[...] para quem já está no mercado de trabalho, vamos oferecer cursos de formação e qualificação profissional, e para o estudante do ensino médio, vamos oferecer cursos de formação profissionalizante”.

Assim, o programa é parte de uma estratégia de desenvolvimento, em escala nacional, que busca integrar a qualificação profissional de trabalhadores com a elevação da sua escolaridade, constituindo-se em um instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão social e produtiva e de promoção da cidadania.

Em outro momento, a Presidente Dilma durante discurso destacou uma das ações do PRONATEC<sup>3</sup>:

[...] O PRONATEC vai beneficiar milhões e milhões de brasileiros. O Pronatec é um projeto extremamente ousado para garantir que o ensino médio brasileiro não

---

<sup>3</sup> Discurso da presidente Dilma em 16 de agosto de 2011, quando do anúncio das 208 novas unidades da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica.

seja um ensino desfocado da realidade que nós vivemos. Mas o Pronatec é aquele programa de ensino médio que introduz na educação brasileira um momento decisivo, que é a formação técnica profissional. E vai significar para o Brasil um grande aumento de produtividade, uma imensa capacidade de melhorar a qualidade dos nossos empregos e, sobretudo, de assegurar para o Brasil um padrão de desenvolvimento e de integração social, no qual a educação cumpre um dos papéis mais relevantes para que os nossos trabalhadores sejam, de fato, aqueles beneficiados com o fruto do desenvolvimento e, portanto, tenham salários cada vez mais adequados (ROUSSEF, 2011).

No entanto, conforme se pode verificar em dados parciais do próprio governo, esta concepção do Pronatec e os números reais até o final de 2014, não se confirmaram.

Um ponto importante a salientar, é que se verifica que o PRONATEC concentrou junto ao Ministério da Educação, responsável pela educação profissional e tecnológica no país, todas as necessidades de capacitação e cursos demandados por outros Ministérios, e as ações vinculadas à expansão da Rede Federal de Educação, agora fazem parte do PRONATEC. Dessa forma, o PRONATEC passou a atender em instituições de ensino autorizadas a todas as ações isoladas dos Ministérios que, por diversas vezes, contratavam instituições educacionais sem tradição para realizar os cursos que propunham.

Conforme CASSIOLATO e GARCIA (2014), provavelmente esta estratégia se deveu ao fato de que no primeiro mandato da atual Presidente Dilma, houve a constatação de que não se poderia depender apenas da expansão da rede federal e de que os programas de qualificação profissionais até então existentes não alcançaram êxito (Planfor, PNQ) por serem pulverizados e de qualidade duvidosa, daí o PRONATEC surge como uma “solução” para atender a demanda por toda a qualificação profissional e de expansão da rede.

Anunciou-se que a diversificada realidade brasileira de necessidades e oportunidades exige um programa que abranja toda essa complexidade. Nessa direção, outra frente das ações do PRONATEC é a oferta de cursos de formação

inicial e continuada do trabalhador beneficiado com programas de transferência de renda do governo (bolsa-família) ou beneficiário do seguro desemprego (SOARES, 2012).

Assim, a instituição ofertante, deve se pautar na sua infraestrutura de laboratórios e salas, além do corpo de servidores para definir os cursos a serem ofertados, no entanto, os cursos poderão se utilizar de recursos humanos externos, bem como de salas e laboratórios emprestados pelos demandantes ou parceiros, podendo em último caso, alugar espaços.

Os cursos ofertados deverão constar no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), quando forem de Educação Profissional Técnica de Nível Médio concomitantes, e no Guia Pronatec de Cursos FIC para os cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional. Os cursos ofertados devem, prioritariamente, seguir a expertise da instituição (*campus*).

Assim, o Guia PRONATEC pretende tornar-se um instrumento não somente de fomento ao desenvolvimento profissional, mas também de inclusão e de promoção do exercício da cidadania. Observamos que apenas os cursos listados no Guia poderão ser ofertados no âmbito do programa. A lista é atualizada periodicamente mediante consulta aos parceiros ofertantes da Bolsa-Formação.

As instituições são classificadas em dois tipos: ofertantes e demandantes. As instituições ofertantes são aquelas que atuarão no sentido de oferecer os cursos do PRONATEC. Portanto, a oferta de cursos se dará em parceria com Instituições de Educação Profissional e Tecnológica, que são denominados parceiros ofertantes, sendo elas:

- Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (EPCT);
- Serviços Nacionais de Aprendizagem (SNA), compostas pelo Sistema “S”;
- Rede Privada, via FIES-Técnico (a partir de 2014).

As instituições demandantes são aquelas que vão buscar e indicar os potenciais alunos para os cursos do PRONATEC: Prefeituras Municipais, através das Secretarias de Assistência Social ou equivalente, Secretarias de Educação Municipal ou Estadual (somente para alunos matriculados no ensino médio), Ministério da Defesa, Ministério do Turismo, Ministério de Desenvolvimento



Agrário, Ministério do Trabalho e Emprego (através do SINE), Ministério da Cultura, Ministério da Justiça, Ministério das Comunicações, Secretaria dos Direitos Humanos (por meio do Viver Sem Limites), além do Programa Nacional Mulheres Mil e do PROEJA, que também foram incorporados à Bolsa-Formação em 2014.

Verifica-se que, no que se refere à oferta, o mérito do PRONATEC será conseguir estruturar um extenso sistema de ofertantes, por meio de redes públicas e privadas (Sistema S) e de escolas técnicas estaduais que têm tradição na formação profissional. No entanto, o lado da demanda é complexo (um fator crítico de sucesso para o programa) porque envolve vários parceiros demandantes: ministérios, estados e secretarias de governo, que estão encarregados de mapear, qualificar e encaminhar a demanda para os cursos de maneira clara.

Mas o que tem ocorrido é que eles muitas vezes não estão capacitados para a captação dos beneficiários, o que gera o risco de se ter uma oferta ociosa e uma demanda frustrada. Esta dimensão do programa depende de um desenho que ainda está em definição nas instituições e que deve envolver fóruns de pactuação. Por isso, paralelamente, está se criando mecanismos para que a própria rede de ofertantes possa captar demanda, por meio de cadastro-reserva.

Dessa forma, as instituições que tenham interesse em ofertar cursos do PRONATEC, devem contatar às possíveis instituições demandantes para estabelecimento de convênios e parcerias que possibilitem a realização dos cursos que desejam. A oferta de cursos FIC estará vinculada ao Guia PRONATEC de Cursos FIC, considerando a denominação, o eixo tecnológico, a carga horária, a descrição do perfil profissional, a área de atuação e os requisitos de escolaridade para o acesso. Tais requisitos serão recomendados conforme a natureza da formação, sem prejuízo às exigências de escolaridade, de idade ou de outra natureza estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Educação, associações profissionais ou outro órgão reconhecido pelo Governo Federal.

A recomendação de escolaridade mínima para cursos utilizada pelo Guia PRONATEC adotará a seguinte escala:

- Ensino Fundamental incompleto;
- Ensino Fundamental completo;

- Ensino Médio incompleto;
- Ensino Médio completo

Conforme a Portaria nº. 168/2013, Art. 3º, alterada pela Portaria nº. 1.007/2013, terão acesso ao PRONATEC:

- I. Estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
- II. Trabalhadores, inclusive agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores;
- III. Beneficiários titulares e dependentes dos programas federais de transferência de renda entre outros que atenderem a critérios especificados no âmbito do Plano Brasil sem Miséria;
- IV. Pessoas com deficiência;
- V. Povos indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais;
- VI. Adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas;
- VII. Trabalhadores beneficiários do Programa do Seguro-Desemprego, considerados reincidentes, nos termos do Decreto nº. 7.721, de 16 de abril de 2012;
- VIII. Públicos prioritários dos programas do governo federal que se associem à Bolsa-Formação;
- IX. Estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.

Ainda, de acordo com a Portaria acima, cada instituição terá uma equipe compatível com suas necessidades de atendimento ao Programa, selecionado por meio de edital e, preferencialmente, ofertado aos servidores ativos ou inativos da própria instituição, cujo tempo de permanência da equipe é do início ao término da oferta dos cursos no ano, podendo ser prorrogada, por igual período, após avaliação de desempenho na função pela direção.

A Instituição terá um Coordenador-Adjunto que irá administrar o PRONATEC localmente. Além, disso, para cada turma terá:

- I. Supervisor de curso;
- II. Orientador;
- III. Apoio às atividades acadêmicas e administrativas;
- IV. Professores;

V. Coordenador-Adjunto (no campus), se houver mais de cinco turmas ofertadas, com mínimo de 20 alunos por turma.

Esta é a estrutura que foi disponibilizada no *Campus* Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva e que ainda está em funcionamento.

A ampliação de vagas e a expansão das redes estaduais de Educação Profissional prevêm a oferta, pelos estados, de Ensino Médio concomitante com a Educação Profissional a partir do Programa Brasil Profissionalizado, lançado em 2008 pelo governo federal mediante convênios com os estados e que se encontra em execução. Seus investimentos são destinados à construção, reforma e ampliação de centros de Educação Profissional.

Deve-se ressaltar que o PRONATEC não se resume ao projeto Bolsa-Formação, como ficou conhecido por muitos por ser uma nova ação criada pela lei de 2011, ou ao Plano de Expansão da Rede (PER), na verdade, ele é uma tentativa de amalgamar um conjunto de iniciativas preexistentes. Originariamente, essas iniciativas foram desenhadas como programas isolados e com lógica própria. O desafio agora é trabalhar todas as iniciativas de forma integrada.

Um outro aspecto importante de se salientar se refere à questão das bolsas. O Pronatec oferece dois tipos de bolsas: o bolsa-estudante e o bolsa-trabalhador.

Na Bolsa-Formação Estudante, contempla cursos técnicos com carga horária igual ou superior a 800 horas e são destinadas a alunos regularmente matriculados no Ensino Médio público propedêutico, para a formação profissional técnica de nível médio, na modalidade concomitante. Já a Bolsa-Formação Trabalhador oferece cursos de qualificação a pessoas em vulnerabilidade social e trabalhadores de diferentes perfis. Em ambos os casos, os beneficiários têm direito a cursos gratuitos, alimentação, transporte e material didático-instrucional necessário.

A Bolsa-Formação é uma iniciativa que visa possibilitar o acesso a cursos presenciais, a serem realizados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por escolas estaduais de EPT e por unidades de serviços nacionais de aprendizagem integrantes do Sistema S. Vale ressaltar que será admitida a concessão de bolsas somente para cursos ofertados por instituições com competência e tradição em educação profissional.

Os cursos da Bolsa-Formação Trabalhador apresentam atividades (transversais) de integração entre as pessoas e de orientação profissional que podem ser dadas a qualquer tempo do curso e que visam integrar o beneficiário à instituição e trabalhar a autoestima do indivíduo para que amplie as suas possibilidades de emprego. A ideia é que os cursos Formação Inicial Continuada (FIC) sejam uma janela, um ponto de partida para a inserção do indivíduo.

Os cursos FIC ofertados pela rede federal não são apenas daqueles pouco exigentes em infraestrutura, como manicure, cabeleireira, mas cursos que formam profissionais qualificados, como eletricitas, soldadores e que exigem investimentos pesados em laboratórios (esse perfil de cursos não é muito ofertado pela rede privada, pelo investimento que exigem).

O MEC (2011) declara que a Bolsa-Formação constitui-se na principal novidade do PRONATEC, que permitirá a oferta de vagas em cursos técnicos e de Formação Inicial e Continuada (FIC), também conhecidos como cursos de qualificação.

O MEC (2011) garante que não há restrições para o número de cursos a serem realizados pelo beneficiário e sua família, além disso, uma vez concluído um curso, o beneficiário poderá matricular-se em outro. Com essa afirmação, podemos retomar as premissas de empregabilidade, as quais destacam que esta envolve três fatores inter-relacionados, sendo um deles a educação contínua do trabalhador, exigindo um novo perfil de trabalhador capaz de “aprender” continuamente, dependendo, assim, de uma educação profissional permanente, focalizada no mercado, que garanta ao trabalhador chances de entrada e saída no processo de formação ao longo da sua vida profissional.

Confirmamos essa afirmação em entrevista da Presidenta Dilma, concedida ao programa Café com a Presidenta em 14 de fevereiro de 2011:

[...] o mercado de trabalho está oferecendo boas oportunidades e melhores salários para quem tem qualificação, [...] os jovens bem qualificados estão sendo muito disputados pelas empresas, a economia é muito dinâmica e nossa juventude não pode ficar pra trás. [...] Nós estamos criando condições para que o jovem conclua o ensino médio mais bem preparado, com diploma de

curso técnico debaixo do braço, para que eles possam ter uma profissão e um bom emprego.

Conforme, Viriato e Favoretto (2012), ao analisar o PRONATEC, detectamos uma contradição expressa nessa política educacional. É interessante observar que a presidente Dilma, expressando a necessária tensão que caracteriza a luta de classes, afirma que o PRONATEC visa a proporcionar o fortalecimento do Ensino Médio Integrado, direcionado para a formação profissional, com o intuito de tornar a escola mais atraente e reduzir a evasão escolar e, ao mesmo tempo, reitera que o programa oferece à economia uma mão de obra da mais alta qualidade, formando técnicos para trabalhar nas mais diversas áreas, os quais vão ajudar o Brasil a desenvolver-se e ter uma economia cada vez mais moderna e competitiva. Em última instância, o governo federal ora assume o discurso da politécnica e da formação humana integral, mas vai pouco além das palavras; ora assume os interesses do capital.

Compreendemos que a pretensão em formar técnicos para as diversas áreas e oferecer uma qualificada mão de obra está fundamentada na concepção de trabalho alienado<sup>4</sup>. Essa concepção materializa-se na sociedade capitalista na medida em que pressupõe a separação entre trabalhador e meios de produção. Nessa sociedade, “[...] o capital torna-se o proprietário privado dos meios de produção e o acesso (restrito) a estes pelo trabalhador só é possível mediante a venda da força de trabalho (trabalho assalariado)” (BLENGLINI, 2011, p. 10). Assim sendo, a produção de bens materiais passa a priorizar bens a ser vendidos e trocados no mercado, resultando num processo de transformação do trabalho que, de autônomo e independente, passa a ser assalariado, dependente e sob o controle do capital (MANFREDI, 2002).

Já Moura, Lima Filho e Silva (2012) alertam para o fato de que o PRONATEC estabelece diretrizes declaradamente contraditórias em relação ao movimento do início dos anos 2000, que sinaliza, ainda que superficialmente, na direção da formação humana integral ou politécnica no ensino médio, pois a

---

<sup>4</sup> Braz e Netto (2011, p.55) destacam que alienação é própria de sociedade onde tem vigência a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é expropriado quer dizer, sociedades nas quais existem formas determinadas de exploração do homem pelo homem.

noção de politecnia encaminha-se na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral, postulando que o processo de trabalho desenvolva em uma unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais.

Caberá ao Poder Executivo a definição dos requisitos e critérios de priorização para concessão das Bolsas-Formação, considerando-se a capacidade de oferta, identificação da demanda, nível de escolaridade, faixa etária, existência de deficiência, entre outros, observados os objetivos do programa (Lei 12.513/2011, Artigo 4º, §3º).

Também fazem parte do PRONATEC ações já em operação pelo MEC. Nesse contexto, merece destaque a expansão da Rede e-Tec Brasil, que amplia e democratiza a EPT por intermédio da oferta de cursos à distância a partir de centenas de polos pelo país inteiro. Esse Sistema é subsidiado pelo Ministério da Educação, pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), pelos serviços nacionais de aprendizagem e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (MEC, 2011).

Portanto, o PRONATEC é um programa bastante abrangente, resultado da decisão de se enfrentar um problema atual em fase aguda: a baixa escolaridade e qualificação de parcela majoritária dos trabalhadores brasileiros, em um momento em que o crescimento da economia exige crescentes volumes de mão de obra especializada. Ele busca atacar todas as principais causas do problema e atender, mediante ações flexíveis, a características específicas dos diversos segmentos da população trabalhadora, tal como percebido ou demandado em cada caso. O seu desenho revela, portanto, a compreensão da situação do trabalhador brasileiro, da trajetória da economia nacional e do estágio em que se encontra a EPT no país.

Diante das reflexões levantadas aqui e pelos autores citados, podemos finalizar afirmando que as fontes estudadas que tratam do PRONATEC apresentam perspectivas que apontam para a formação direcionada à prática produtiva, subordinada aos interesses do capital, adotando a concepção de empregabilidade, presumindo a profissionalização que separa trabalhador e meios de produção, prevalecendo a concepção de trabalho em seu sentido econômico e alienado.

Ainda é cedo para se fazer uma avaliação final e conclusiva sobre o Programa Pronatec I, como já está sendo chamado, considerando que as informações e os dados disponíveis pelo próprio governo não são ainda definitivos. Portanto, estudos como os desenvolvidos nesta dissertação são importantes para fornecer subsídios que possam contribuir para uma avaliação do programa e propostas de adequações e melhoria para a próxima etapa do Pronatec, o Pronatec II.

## **2.2 Educação e Trabalho**

A origem da palavra trabalho é associada a um instrumento antigo de três partes, utilizado para torturar - o *tripalium*. O que se pode inferir da escolha do termo é que a atividade laboral nem sempre foi algo desejável, independente do gênero e épocas históricas, a exemplo do trabalho escravo.

Pinto (2007, p.17) o conceitua como um conjunto de atividades intelectuais e manuais, organizadas pela espécie humana e aplicadas sobre a natureza, visando assegurar sua subsistência, sendo realizado por homens e mulheres.

Por outro lado, conforme Frigotto e Ciavatta, 2010, educação e trabalho são dimensões centrais da vida do homem em sociedade e a educação profissional apresenta-se, nessa compreensão, também como direito social e subjetivo permanente (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2010, p. 13), sendo fundamental que ambos sejam construídos caminhando numa mesma direção, principalmente na travessia de superação das relações sociais capitalistas em que estamos.

Para descrever as relações entre educação e trabalho sob uma ótica educativa, é preciso citar primeiramente Marx, que analisa o conceito de trabalho sob dois aspectos: um, positivo, enquanto criação e reprodução da vida humana e outro, o negativo, enquanto alienado sob o capitalismo. Assim, para que o trabalhador produza bens e mercadorias, "o seu trabalho deve ser útil, isto é, realizar-se em valores de uso [...]”, sendo por meio dele que o homem torna-se um ser social.

Nesse sentido, se faz necessário ressaltar que a discussão sobre trabalho e educação no Brasil para ser compreendido de forma mais ampla e dialética precisa ser situado no contexto político-econômico e social de mudanças bem

como no reordenamento das relações sociais estabelecidas em diferentes períodos, onde historicamente, se organizou e vem se organizando para atender as necessidades apresentadas pelos modos de produção do setor produtivo capitalista assumindo, com isso características semelhantes às aquelas desenvolvidas no âmbito econômico.

De acordo com Marx (2005), o trabalho é o que identifica o homem, é pela realização do trabalho que o homem se realiza, ou seja, a partir da interação do homem com a natureza para garantir sua subsistência. No entanto, ao analisar o trabalho, mediante as relações desenvolvidas no sistema de produção capitalista, afirma que o trabalho caracteriza-se como alienado, uma vez que, o seu desenvolvimento passa a negar a própria existência humana. A contradição instalada pelo capitalismo tira do homem o seu trabalho em troca de um pagamento, e esta relação se dá, eminentemente, pela exploração do trabalhador, sendo este entendido como mera mercadoria, capaz de gerar lucro ao capital. Tal fato pode ser entendido a partir da lógica de valorização do capital, em detrimento do trabalho humano.

Assim, o trabalhador deixa de produzir para atender suas necessidades vitais, e passa a vender sua força de trabalho para tentar garantir sua subsistência e o produto do trabalho humano torna-se alheio ao trabalhador, considerando-se que as condições pela qual o processo de produção é realizado o alienam da forma mais perversa possível, pois tiram dele, homem/trabalhador, a satisfação em realizá-lo, o prazer pelo trabalho, oferecendo-lhe a exploração e a desvalorização, tornando-se, portanto, o trabalho um objeto, algo externo e independente ao trabalhador.

Braverman (1987), diz que:

[...] O trabalho, como todos os processos vitais e funções do corpo, é uma propriedade inalienável do indivíduo humano. Músculos e cérebros não podem ser separados de pessoas que os possuem; não se pode dotar alguém com sua própria capacidade para o trabalho, seja a que preço for assim como não se pode comer, dormir ou ter relações sexuais em lugar de outra pessoa. Deste modo, na troca, o trabalhador não entrega ao capitalista a sua capacidade para o trabalho [...]. (p. 56).



Nessa concepção, Marx (2005) afirma que a realização do trabalho deve ser para o homem, motivo de satisfação e reconhecimento de sua espécie, uma atividade que lhe proporcione prazer e não sofrimento, como acontece no processo de produção do sistema capitalista, no qual a força de trabalho passa a ser um objeto, uma mercadoria passível de comercialização e, que, portanto, não pertence ao trabalhador, e sim ao indivíduo que tiver condições de adquiri-lo, ou melhor, de comprá-lo.

Daí justificar-se a razão de o trabalhador sentir-se estranho diante do produto de seu próprio trabalho, pois a alienação do trabalhador não ocorre somente com relação ao produto do trabalho, que a ele se contrapõe, mas também com o ato de produção, visto que, o trabalho constitui-se enquanto uma atividade independente como algo que não mais lhe pertence. Quanto mais o trabalhador produz, mais se distancia de sua identidade natural, tornando-se cada vez mais condicionado pelo e para o trabalho, numa relação de exploração e hostilidade.

Segundo HONORATO (2012), caminhando pela história do trabalho e educação, nas primeiras sociedades, a base da economia era a pesca e a caça, a agricultura rudimentar, sendo que a divisão do trabalho dava-se segundo a diferenciação sexual e etária: crianças e jovens eram responsáveis por certas tarefas domésticas; as mulheres pela agricultura e outras tarefas domésticas; e os homens, a caça e a colheita. Porém, com o desenvolvimento do artesanato, o trabalho com o ferro, a pedra, a madeira e outros materiais nobres ficaram como atividades executadas estritamente pelo homem por vários séculos.

Para Manfredi (2002), na construção histórica das sociedades, o aparecimento e o crescimento das cidades, o desenvolvimento da agricultura relacionada ao aperfeiçoamento dos instrumentos e equipamentos utilizados no cultivo e plantio, somado às guerras de conquistas e de mercados, criou-se uma nova divisão social do trabalho. Apareceram, então, as classes sociais diferenciadas: agricultores, artesãos, comerciantes, guerreiros, os grandes proprietários das terras (senhores feudais) e os padres. Assim, a categoria da divisão social de trabalho associa-se à ideia de repartição de funções sociais ligadas ao domínio da produção (bens agrícolas e industriais), da distribuição e comércio de bens, do exercício das funções religiosas e políticas (MANFREDI,

2002, p.36).

Surge, assim, a noção de trabalho manual e intelectual, as corporações de ofício. Segundo essa mesma autora, é nesse momento histórico que surgem as primeiras noções de profissões e de especializações profissionais, como o mecânico, o ferreiro, o tecelão, o comerciante, o banqueiro. Afirma ainda, que é desse modo e em qualquer época que se queira argumentar, passado ou presente, que "as especializações profissionais surgem em decorrência de mudanças no sistema econômico das sociedades, afetando igualmente as condições materiais de trabalho e os tipos de profissionais necessários" (Op. cit., p.36).

A implicação educação/trabalho aparece, como objeto de análise, com o advento e desenvolvimento do capitalismo, exteriorizando, desde sempre, a preocupação com a formação ou preparação de mão de obra capacitada da classe assalariada. Educação seria, então, no ensino superior, o privilégio de uma elite pensante e nas classes mais pobres, tão somente preparação de fator de produção para o mercado de trabalho (trabalho manual), não raras vezes com perfil assistencialista (aos desafortunados).

Conforme Saviani (2007), na construção das sociedades em classes, ocorreu, e ainda ocorre, a separação entre instrução e trabalho. Logo, a separação também é uma forma de relação, ou seja: nas sociedades de classes a relação entre trabalho e educação tende a manifestar-se na forma da separação entre escola e produção (SAVIANI, 2007, p.157). Nessa situação é que ocorre o distanciamento histórico entre trabalho manual (*Homo faber*) e trabalho intelectual (*Homo sapiens*).

Frequentemente se reflete sobre o papel da escola no mundo moderno, isto porque há um longo debate na sociedade a respeito da ação transformadora da escola. Nesta era de mundo globalizado, pelas possibilidades oferecidas pelo desenvolvimento tecnológico, a reversão maciça de concentração do trabalho humano nas atividades de produção industrial é característica, observando-se a aplicação do conhecido binômio, redução do número de postos de trabalho com o aumento ou modificação na natureza das competências profissionais.

Atualmente, compreende-se a escola como a instituição que tem por função preparar os jovens para o ingresso no mercado de trabalho. Porém, tal

entendimento não esteve vinculado à formação para o trabalho. Durante alguns séculos, a preparação para o trabalho deu-se na própria dinâmica da vida social e comunitária, concomitantemente com a própria atividade laboral.

O modelo taylorista/fordista serviu de orientação para a tendência tecnicista que nas décadas de 60/70, sobretudo no período da ditadura foi predominante na educação brasileira, principalmente no que se referia à educação técnica-profissional.

É nesse contexto que se consolida o modelo produtivo taylorista na perspectiva de suprir a demanda mundial de produção e garantir a estabilidade do sistema capitalista. Com isso, o modelo taylorista ganha importância em um momento em que a sociedade mundial encontrava-se economicamente enfraquecida e desestruturada devido à guerra.

De acordo com os estudos realizados por Heloani (1994), o taylorismo além de uma forma de organização do trabalho configurou-se num movimento mundial que ultrapassou a organização do trabalho realizado na fábrica, chegando a atingir a organização da vida em sociedade, uma vez que o modo de desenvolvimento desse modelo pressupunha não apenas a cooperação entre capital e trabalho, mas também o reordenamento da subjetividade do trabalhador.

Tal esclarecimento nos permite compreender que o taylorismo, como expressão de um método científico de organização do trabalho, atendeu as expectativas de desenvolvimento do capital com sua lógica de eficiência e racionalização do trabalho por meio de experiências que se estenderam do processo produtivo, realizado no âmbito da fábrica, para a administração em geral.

Mediante esta lógica de estrutura organizacional, pode-se perceber que Taylor pensou numa forma de organizar o trabalho, de maneira que a empresa pudesse alcançar a maior produtividade possível, sendo, portanto, necessária à aplicação de alguns instrumentos à viabilização de uma administração científica. Com base nesse raciocínio, observa-se que o princípio educativo subjacente à pedagogia taylorista/fordista teve por finalidade atender a divisão social e técnica do trabalho por meio de definições claras acerca das fronteiras entre as ações intelectuais e instrumentais, isto é, o fortalecimento entre pensamento e ação.

A esse respeito Kuenzer (2006), apresenta a seguinte análise: [...] a

pedagogia do trabalho taylorista foi dando origem, historicamente, a uma pedagogia escolar centrada ora nos conteúdos, ora nas atividades, mas nunca comprometida com o estabelecimento de uma relação entre o aluno e o conhecimento que verdadeiramente integrasse conteúdo e método, de modo a propiciar o domínio intelectual das práticas sociais e produtivas [...] (p. 35).

Essa autora enfatiza que, se o modelo produtivo taylorista/fordista caracterizou-se pela organização de um trabalho pautado, principalmente, na divisão técnica do trabalho, na especialização, na repetição do movimento e na produção em massa; na área educacional, desenvolviam-se práticas pedagógicas paralelas a essa organização. Daí o processo ensino-aprendizagem, mediante esse contexto, caracterizar-se, principalmente, pela aquisição de atividades repetitivas em grande quantidade, controladas e especializadas em um determinado tipo de conhecimento, memorização, fragmentação do trabalho, conteúdos rígidos, hierarquização, entre outros, que se tornam compreensíveis, tendo em vista que:

O princípio educativo que determinou o projeto pedagógico da educação escolar para atender a essas demandas da organização do trabalho de base taylorista/fordista, ainda dominante em nossas escolas, deu origem às tendências pedagógicas conservadoras em todas as suas modalidades, as quais, embora privilegiassem ora a racionalidade formal, ora a racionalidade técnica, sempre se fundaram na divisão entre pensamento e ação. (idem, p. 35)

Desta forma, continua a autora, nada mais adequado do que uma escola que, para realizar o trabalho pedagógico assim definido, se organizasse de forma rigidamente hierarquizada e centralizada para assegurar o pré-disciplinamento necessário à vida social e produtiva (KUENZER, 2006, p. 36-37).

Enguita (1993), nos lembra que:

A escola pode crescer, e sua estrutura mudar, em função da forma como a sociedade entende as necessidades de produção, por imperativo de legitimação meritocrática, pela crescente demanda popular de educação (...) ou por outras razões, mas, quaisquer que sejam as causas

primeiras e/ou aparentes, sempre há um processo ao longo do qual tende a se produzir um ajuste entre o que a escola dá e o que produção pede. Nosso problema continua sendo mostrar que esse ajuste se dá sobretudo em termos de relações sociais, que na escola do futuro trabalhador é introduzido nas relações sociais de produção capitalistas. (p. 231)

Segundo Pinto (2007), a organização do trabalho com o advento das revoluções industriais foi incorporada ao modo de produção capitalista. A organização do trabalho foi elevada à categoria de matéria do conhecimento a ser conquistada com base na luta política e econômica explícita entre o empresariado (classe proprietária dos meios de produção e compradora de força de trabalho) e os trabalhadores (classe social expropriada nesse processo e cuja existência atual exige vender sua capacidade de trabalho em troca de salários).

Nesse caminho, Saviani (2007) faz uma relação interessante entre a Revolução Industrial e a Revolução Educacional, explicando que a primeira colocou a máquina no centro do processo produtivo e a segunda colocou a escola em forma principal e dominante da educação. No meio dessa relação encontra-se o ser humano. A partir desse ponto, a base comum da escola elementar passa a ter o seu sistema de ensino separado em duas vertentes que perduram até hoje: as escolas de formação geral e as escolas profissionais (a estratificação educacional). Essa proposta dualista, onde as escolas profissionais para os trabalhadores e aquelas de ciências e humanidades para os futuros dirigentes, é retratada por Saviani (2008) em poucas palavras, onde o "ensino secundário para os nossos filhos e ensino profissional para os filhos dos outros [...], terminalidade legal para os nossos filhos e terminalidade real para os filhos dos outros" (SAVIANI, 2008, p. 47).

A partir desse momento, dois conceitos entram em discussão por marcar bem a relação provocativa entre trabalho e educação, os conceitos de competência e empregabilidade, mas existe, segundo Pochmann (2004), a necessidade do entendimento de que a educação tem que voltar a significar novamente oportunidades redobradas de ascensão social e uma defesa contra a elevação do desemprego e a queda do nível de renda.

Por outro lado, o ensino e a formação técnica profissional, que preparam técnicos e trabalhadores de nível médio são particularmente importantes para os países em desenvolvimento. Assim, a formação profissional deve conciliar dois objetivos divergentes: a preparação para empregos existentes atualmente e uma capacidade de adaptação a empregos que ainda nem sequer se pode imaginar, mas que sem dúvida, logo estarão no mercado de trabalho.

Desta forma, o trabalhador, mediante esta nova fase do capitalismo, precisa ser, praticamente, infalível, completo e “adaptável” a qualquer situação que ocorra no âmbito do seu trabalho, enfim, possuir as condições necessárias para garantir sua própria empregabilidade. Essa lógica, nos permite afirmar que, mediante esse novo modo do trabalho, pautado em inovações tecnológicas, novas formas de organização e gestão do trabalho, o trabalhador entendido como flexível, polivalente e dotado de competências e habilidades necessárias ao aceleração da competitividade no mercado de trabalho

Diante das mudanças no mundo do trabalho, onde o domínio das novas tecnologias é fator primordial, em que pese a crise estrutural do emprego, já não se pensa em "formar para o posto de trabalho", mas formar para a trabalhabilidade<sup>5</sup> empregabilidade<sup>6</sup> e a laborabilidade<sup>7</sup>.

Portanto, a aprendizagem é o enfoque para a melhoria da atuação humana em todas as áreas de suas relações, seja social, familiar ou profissional. Todo trabalhador precisa desenvolver competências e habilidades para que o desempenho em sua atividade laboral seja eficaz e resulte em ganhos tanto financeiros como em sua satisfação pessoal.

Os avanços tecnológicos e a produção de bens e serviços estão atingindo patamares antes nunca vistos e transformam continuamente o modo de produção,

---

<sup>5</sup> Trabalhabilidade: capacidade do indivíduo de conseguir um trabalho, ou seja, inserir-se no mundo do trabalho para mobilizar e colocar em ação suas competências e habilidades. (In: BARBOSA, 2009, p. 59)

<sup>6</sup>Empregabilidade: é a condição ou conjunto de condições para acesso e permanência no emprego ou posto de trabalho. Valoriza ou dá ênfase à formação para ocupação de postos de trabalho específicos no mercado de trabalho. (In: BARBOSA, 2002, p. 25)

<sup>7</sup>Laborabilidade: capacidade de organizar os tipos de competências e qualificação que permitem às pessoas encontrar, criar, conservar, enriquecer, seu posto de trabalho, ou passar de um a outro obtendo satisfação pessoal, econômica, social e profissional. Na verdade, a empregabilidade enfatiza a formação para a ocupação de postos específicos no mercado de trabalho, enquanto a laborabilidade valoriza ou dá ênfase ao desenvolvimento e aprimoramento de competências e habilidades para desempenho e atuação profissionais no mundo do trabalho (In: BARBOSA, 2002, p. 25)

exigindo dos profissionais maiores empenhos para que estes processos sejam compatíveis com as novas exigências do mercado. Entretanto, nem sempre o avanço tecnológico e da produção é acompanhado pela eficaz atuação humana, pois para atuarem nesse novo ambiente de trabalho, necessitam de capacitação profissional.

Nesse sentido, a educação e em especial, a formação profissional aparecem hoje como questões centrais pois a elas são conferidas funções essencialmente instrumentais, ou seja, capazes de possibilitar a competitividade e intensificar a concorrência, adaptar trabalhadores às mudanças técnicas e minimizando os efeitos do desemprego.

O mercado de trabalho brasileiro não conseguiu estabelecer uma situação em que o emprego formal (aquele que possibilita garantias e direitos sociais) tenha se tornado algo generalizado para o conjunto da população; ao contrário, criou-se um mercado “altamente flexível” com situações completamente diferenciadas e, em grande medida, precárias.

É consenso que a grande maioria da força de trabalho brasileira não educação básica, há milhões de jovens sem o Ensino Fundamental, mais da metade fora do Ensino Médio; temos um grande problema de escolarização da População Econômica Ativa - PEA.

Em primeiro lugar, aponta-se o crescente desemprego de trabalhadores escolarizados, mesmo em um contexto como o brasileiro, no qual a educação ainda não é um direito conquistado por todos; e, em seguida, questiona-se essa relação a partir das desigualdades geracionais, raciais e de gênero. O desemprego crescente de trabalhadores escolarizados, sobretudo nos setores mais modernos da sociedade, é tomado como um dos argumentos para tornar relativa essa perspectiva instrumental da educação que se expressa como se fosse capaz de garantir o emprego ou, até mesmo, o trabalho.

Conforme Segnini (1999), o desemprego de trabalhadores em decorrência do processo de reestruturação, acrescenta uma nova dimensão aos problemas sociais que marcam há muito o Brasil, até então, miséria, pobreza, não-acesso à educação e à saúde. Trata-se do desemprego de trabalhadores escolarizados como, por exemplo, ocorreu intensamente na última década com os bancários no país, categoria que vivenciou o desemprego de milhares de trabalhadores.

Para Severnini e Orellano (2010) a falta de qualificação da população brasileira tem sido muito criticada e estudos sobre essa temática no Brasil são considerados prioritários no debate sobre desenvolvimento econômico.

O Brasil precisa de pessoal qualificado e de bons técnicos em todos os níveis de formação e em número suficiente para atuarem nas áreas tecnológicas tradicionais e de ponta dos setores de produção. Hoje, mais do que o passado, o País necessita de recursos humanos capacitados para conseguir dar o salto de qualidade e produtividade indispensável a um projeto de nação que quer e precisa se relacionar com o resto do mundo em uma posição de respeito e não de subserviência aos ditames dos interesses econômicos das nações de primeiro mundo.

A necessidade de capacitação de recursos humanos torna-se urgente ao se considerar o estágio atual de desenvolvimento da ciência e das tecnologias nacionais, bem como a rapidez com que avançam e se diversificam em modalidades e setores, na tentativa de superar as dificuldades e as necessidades das diversas áreas para se conseguir a autonomia nacional.

Para Arruda (2000), a qualificação profissional<sup>8</sup> emerge no cenário contemporâneo como um elemento fundamental na composição dos fatores que regem a competitividade dos países, das organizações e indivíduos, porque as organizações passam a exigir qualificações que agregam valor ao diploma e que tenha aplicabilidade nas situações de trabalho.

Conforme Castelo Branco (2008), na atualidade novas tendências estão sendo colocadas em prática em relação a administração de pessoas, pois percebe-se que todo o sucesso empresarial reside no conhecimento e na competência em lidar com diferentes situações, onde se agrega o entendimento da motivação para a realização das atividades profissionais em um sentido amplo, ou seja, enfocando o interesse do trabalhador em realizar uma atividade que lhe seja proveitosa e que gere satisfação própria por estar realizando a sua função.

De acordo com Barbosa (2004), nesse aspecto, ouve-se falar a todo instante que estamos em tempo de reestruturação produtiva de economia competitiva e de globalização. E, em face dessa realidade posta como

---

<sup>8</sup> Entende-se que a qualificação profissional não deve ser nome de posto de trabalho, mas um conjunto de competências que podem servir como referência para o desempenho nos postos de trabalho na organização. (In: BARBOSA, 2009, p. 60)



"irreversível", a escola e as instituições de formação técnico-profissional necessitam se adequar a essas novas demandas. Essa adequação postula uma educação e formação profissional que gere um "novo trabalhador", flexível, polivalente e moldado para a competitividade. Assim, cabe à escola e aos centros de formação profissional, desenvolver um "banco" variado de competências e de habilidades gerais, específicas e de gestão.

Kotler (2000), comenta que essa visão focada na qualidade total do atendimento e de serviços, resulta do processo de globalização e do uso de novas ferramentas nas relações de trabalho e oferta de serviços ou produtos. Com isso o consumidor passa a perceber que pode buscar em outro local de atendimento ou serviço, e até mesmo um preço mais competitivo para suas necessidades.

De acordo com Fardin (2003), no Brasil, o entendimento da sociedade sobre quem trabalhava era um tanto diferente da atualidade por considerarem ser uma função de menor prestígio social, o que não estimulava até mesmo as pessoas de poucos rendimentos a buscarem ocupações que exigissem muita força física, como o trabalho na agricultura, o que levou o país a buscar na escravidão negra um meio para conseguir trabalhadores para o serviço braçal.

Já Santos (2000) considera que para a época colonial brasileira, o trabalho braçal era uma afronta a posição social do indivíduo, por isso "o preconceito influenciou decisivamente a formação de nossa força de trabalho, a partir do momento em que passou a classificar os ofícios segundo o critério que se fundamentava na relação entre trabalho escravo e atividades inerentes aos homens livres". (p. 205).

Esse autor comenta ainda que a força de trabalho que se iniciou nas fábricas brasileiras era composta em grande parte por imigrantes e o capital nacional predominava. O capital estrangeiro passou a se concentrar na produção de energia elétrica e companhias de ferrovias. É nessa fase que a formação profissional como responsabilidade do Estado foi iniciada, em 1909, com a criação de 19 escolas de artes e ofícios em diversos estados brasileiros. Essa rede de escolas compreendia a admissão de alunos com idade entre 10 e 13 anos devendo ser dada preferência aos mais desfavorecidos (op. cit.).

Para Kuenzer (2000), essas escolas que "antes de pretender atender às

demandas de um desenvolvimento industrial praticamente inexistente, obedeciam a uma finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua" (p. 27). A autora comenta ainda que estas escolas ofereciam, assim, uma visão diferenciada do entendimento de trabalho até então concebida pelos brasileiros, mesmo assim, a diferença dessas escolas era que tinham parte de sua grade curricular voltada para o ensino profissionalizante, enquanto as escolas da elite tinham outra trajetória, com o ensino primário sendo seguido pelo secundário e propedêutico, posteriormente completado pelo superior, dividindo-se este em ramos profissionais, em que se buscava tão somente atender aos interesses do capitalismo e não as necessidades de conhecimento do cidadão e por isso limita as ações do estado em relação as reais necessidades formativas de sua população.

Gramsci (1987) assevera que esse capitalismo dependente relaciona-se às forças políticas no âmbito do Estado que, ao defenderem e imprimirem uma direção ética-política e cultural-ideológica à sociedade legitima concepções de mundo. A importância dada ao movimento político no âmbito do Estado no campo da Educação Profissional representa a disputa entre capital e trabalho, através da defesa de projetos distintos de formação profissional.

A especificidade do capitalismo dependente brasileiro justifica a falta de investimentos nacionais em uma educação integrada à ciência e à tecnologia, embora os discursos presentes nos documentos referentes à Educação Profissional apontem para a formação do trabalho complexo, ocorrendo principalmente em escolas técnicas federais. A política de Educação Profissional, conforme as diretrizes do Ministério da Educação a partir do Decreto nº 5.154/04, caracteriza-se na realidade, como formação para o trabalho simples, voltada imediatamente para o mercado de trabalho.

No que diz respeito à escola, no bojo da reestruturação pós-fordista, questiona-se em particular, a inadequação e ineficiência do sistema público de massa às novas técnicas do mundo do trabalho e do sistema produtivo, ou seja, o que se questiona, é que a educação pública não está atendendo às novas demandas do mundo globalizado.

Para Barbosa (2004):

A educação escolar é um instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político de um país, de seu povo e para a garantia dos direitos básicos de cidadania e da liberdade social. Neste sentido, a educação para o trabalho tem como tarefa essencial, restituir ao homem a possibilidade de realizar suas capacidades e de desenvolver-se através do trabalho, isto é, a possibilidade de conhecer e apropriar-se, de transformar o processo de produção aproveitando as potencialidades do desenvolvimento técnico. (p. 42)

Portanto, o PRONATEC se apresenta como um processo de gestão centralizada no nível federal e descentralizada na sua implementação e o impacto das parcerias privadas imprime um movimento de conservação em relação à Política de Educação Profissional. Demonstra que as políticas educacionais encerram linguagens diferentes, apresentam discursos ideológicos não lineares e podem ser contraditórios, pois pertencem às sociedades determinadas em tempo e espaço e apresentam projetos defendidos por sujeitos com interesses diversos.

O Ensino Técnico Integrado ao Médio considera a realidade brasileira e a necessidade de milhões de jovens brasileiros em se profissionalizarem durante o Ensino Médio, para tanto, a formação mais completa para estes jovens implica em uma formação geral, propiciada pelo Ensino Médio mediante a compreensão de conhecimentos científico-tecnológicos e socioculturais para a realização de uma leitura crítica do mundo, integrada a uma formação profissional que lhes permita garantir suas sobrevivências, considerando-se, portanto, que a educação, enquanto processo de formação humana, possui a dupla dimensão de transformação e de reprodução.

Assim, o PRONATEC em uma de suas concepções, prioriza a qualificação profissional concomitante ao Ensino Médio público, mediante as parcerias público/privado que fragmentam os insuficientes recursos públicos e promove também a descontinuidade da concepção progressista de integração do Ensino Médio/Educação Profissional no âmbito das políticas públicas, interrompendo o processo de travessia para a escola unitária e não enfrenta a problemática complexa da qualidade na escola pública.

Desta forma, o Estado deve pautar as suas políticas públicas educacionais

pela perspectiva de que o conhecimento teórico e prático não está subordinado aos interesses do mercado para adestramento de pessoas em benefício do capital produtivo, em sendo um bem público (e não mercadoria). Caso o capital necessite de competências, deverá investir com recursos próprios, privados (e não apenas subsidiados pelo Estado), para qualificar a mão-de-obra de que necessita.

É preciso reafirmar que qualificação para o trabalho é uma relação social (de classe, de gênero, de etnia, geracional), muito além da escolaridade ou da formação profissional, que se estabelece nos processos produtivos, no interior de uma sociedade regida pelo valor de troca e fortemente marcada por valores culturais que possibilitam a formação de preconceitos e desigualdades. Isso quer dizer que os conhecimentos adquiridos pelo trabalhador através de diferentes processos e instituições sociais – família, escola, empresa, etc., somados às suas habilidades, também adquiridas socialmente e acrescidas de suas características pessoais, de sua subjetividade, de sua visão de mundo, constituem um conjunto de saberes e habilidades que significa, para ele, trabalhador, valor de uso, que só se transforma em valor de troca em um determinado momento histórico se reconhecido pelo capital como sendo relevante para o processo produtivo.

### **2.3 O PRONATEC no IFMT - *Campus* Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva**

Desde sua implantação em 2011, o Programa tem envidado uma série de ações para cumprir a missão de ofertar cursos técnicos profissionalizantes para a população com idade para ingresso no mercado de trabalho, compreendendo sobretudo jovens que concluíram ou estão cursando o Ensino Médio e trabalhadores em situação de desemprego.

Os cursos oferecidos aos trabalhadores na modalidade FIC, são em geral, de curta duração, com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas podendo chegar a 400 (quatrocentas horas), ao passo que para os jovens são ofertados cursos de forma concomitante ao Ensino Médio com duração média de dois anos. Assim, além de proporcionar educação profissionalizante, o Programa incentiva o aumento de escolaridade dos trabalhadores e o fortalecimento do

Ensino Médio.

No IFMT – *Campus* Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva, o PRONATEC teve início no ano de 2011 com a adesão da Instituição ao Programa com a pactuação de 22 (vinte e dois) cursos na modalidade Formação Inicial Continuada (FIC), para execução no ano de 2012.

No entanto, devido a questões organizacionais e administrativas entre o ofertante, no caso o *campus* Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva e o demandante, Ministério de Desenvolvimento (MDS), através do SINE e outras instituições bem como por problemas de infraestrutura e liberação de recursos orçamentários do próprio governo estes cursos não foram ofertados em 2012, sendo feita então, a repactuação para o ano de 2013, incluindo novos cursos, totalizando 42 (quarenta e dois) e para o ano de 2014, 46 (quarenta e seis) na modalidade FIC e 5 (cinco) cursos na modalidade concomitante.

Estas ofertas, totalizaram aproximadamente 1380 (hum mil trezentos e oitenta) vagas para os cursos FIC e 140 (cento e quarenta) vagas para os cursos concomitantes.

Por outro lado, tem-se observado que apesar da oportunidade de oferta de educação profissional e qualificação gratuita, a evasão escolar tem sido grande, principalmente nos cursos da modalidade FIC, o que resultou na não oferta destes cursos na instituição para os anos seguintes, sendo que dos cursos pactuados, apenas 06 (seis) foram efetivamente executados, com 170 (cento e setenta) matrículas.

Quadro 02. Cursos ofertados pelo PRONATEC-FIC: 2013

ORDEM	CURSO	CARGA HORÁRIA (horas)	DURAÇÃO (meses)	VAGAS
01	Auxiliar de agenciamento de viagens	200	03	30
02	Auxiliar de pessoa	160	03	30
03	Operador de computador	160	02	25
04	Recepcionista de eventos	200	03	30
05	Regente de Banda	200	03	30
06	Reparador de circuitos eletrônicos	280	05	25

O PRONATEC no âmbito do IFMT - Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva é composto por uma equipe de:

- 01 Coordenador Adjunto;
- 05 Supervisores de curso;
- 03 Orientadores Pedagógico;
- 08 Técnicos de Apoio às atividades acadêmicas e administrativas;
- 22 Professores.

Desta forma, esta pesquisa se justifica não só para fazer um estudo sistemático e científico da evasão escolar, mas também pela carência de pesquisas no PRONATEC, principalmente por se tratar de um programa novo.

#### **2.4 Evasão escolar**

A discussão sobre a conceituação de evasão escolar e as principais concepções sobre este tema, será foco deste item.

Segundo Barbosa (2011), em todos os tempos da história da humanidade e da educação, a partir do momento que passaram a existir escolas nas suas diferentes modalidades, houveram alunos que abandonaram os estudos. Este fenômeno de abandono da escola passou a acentuar-se cada vez mais, na medida em que a população aumentou e a educação se tornou acessível a um maior número de pessoas, atingindo as classes populares e assumindo a forma atual.

Conforme Silva Filho (2007), a evasão escolar é, certamente, um dos problemas que mais afligem as instituições de ensino em geral e este fenômeno de abandono da escola passou a acentuar-se cada vez mais, na medida em que a população aumentou e a Educação se tornou acessível a um maior número de pessoas, atingindo as classes populares.

A evasão escolar está dentre os temas que, historicamente, fazem parte dos debates e reflexão no âmbito da educação pública brasileira e segundo dados oficiais do Ministério da Educação, embora tenha diminuído nos últimos anos, ocupa, ainda, espaço de relevância no cenário das políticas públicas, ela continua desafiando e causando prejuízos incalculáveis a todos. As perdas dos estudantes

que começam e não terminam os cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos, principalmente quando se refere ao setor público, já que são recursos investidos e sem retorno. No setor privado, a evasão significa perda de receita. Em ambos os casos, porém, ela se torna uma fonte de ociosidade de espaço físico, paralisação de equipamentos técnicos, professores e técnicos administrativos.

Em geral, os debates envolvendo evasão escolar, principalmente no que diz respeito à sua origem, variam conforme o ponto de vista dos debatedores/educadores, porém nos últimos anos tem tido como foco, dois pontos principais, começando pelas questões relacionadas à família por um lado e estendendo-se às questões do trabalho profissional por outro lado. Há também aqueles que inserem neste foco de discussão o papel do Estado.

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), a média de abandono nas escolas brasileiras é de 17,0% (dezessete por cento) e a de evasão, 9,6%. Mudar essa realidade é uma necessidade, se realmente há interesse em realizar o desenvolvimento nacional. Atualmente, a legislação (Lei nº 9.394/96 - LDB) estabelece o limite máximo de 25,0% de faltas para a perda do período letivo.

Segundo Ávila (1992, p. 273), a evasão escolar é o abandono da escola antes do término de um curso. Assim, pode-se dizer que a evasão escolar é o abandono da escola antes da conclusão de uma série, de um nível de ensino, de um curso, etc.

Pode-se observar que estes conceitos estão ligados, porém, não de maneira direta, porque dependem dos níveis de reprovação e das taxas de evasão por ano, ao longo do curso, que não são as mesmas.

Em geral, tanto no ensino público como no privado, justifica-se a evasão do ponto de vista econômico, ou seja, o estudante não tem condições de prosseguir seus estudos pela falta de recursos financeiros para suprir as várias necessidades de gastos durante o curso: bibliografia, transporte, alimentação fora de casa, etc.

No entanto, verifica-se que essa resposta é uma simplificação, uma vez que as questões de ordem acadêmica, as expectativas do estudante em relação à sua formação e a própria integração do estudante com a instituição, são na maioria das vezes, os principais fatores que acabam por desestimular o estudante a priorizar o investimento de tempo ou financeiro para a conclusão do curso.

Para Luscher e Dore (2011), a evasão escolar é influenciada por um conjunto de fatores que podem estar relacionados tanto aos estudantes e suas famílias, quanto à escola e a comunidade em que vivem.

Pode-se calcular o percentual de evasão em uma turma ou em um determinado ano pela comparação simples entre o número de ingressantes no ano de formação dessa turma e o número de concluintes da mesma turma.

Para Barbosa (2011), o que se tem verificado ao longo dos anos, é que a evasão escolar não é um problema isolado, ela acontece em razão de um somatório de fatores e não necessariamente de um especificamente. Dentre estes fatores, alguns são gerados dentro da própria escola e outros fora dela. Assim, a evasão pode ser classificada segundo duas vertentes:

- 1 - Fatores externos à escola;
- 2 - Fatores internos à escola.

### **1 – Fatores externos à escola**

- Família: (fatores familiares)
- Ausência de políticas públicas adequadas para diferentes regiões
- Desemprego
- Incompatibilidade de horários
- Distância da escola x transporte
- Necessidade de trabalho (sustento da família)
- Cansaço do aluno (noturno), após uma jornada diária de trabalho
- Outros

Em que pese os programas do governo tais como: escola ciclada, bolsa-escola, PDE, etc., estes não têm sido suficientes para manter o estudante na escola e a sua posterior promoção.

### **2 – Fatores internos à escola**

- Escola: falta de estrutura, metodologia de ensino, professores mal preparados, avaliação, currículos inadequados, etc.
- Desinteresse do aluno
- Falta de base científica e/ou tecnológica pelo aluno
- Repetência: desenvolve a baixa estima e o aluno não retorna à escola
- Outros



A evasão escolar se apresenta como um entrave que se reflete negativamente na educação profissional e tecnológica, principalmente, quando se tem em conta os investimentos na área.

A pesquisa sobre a evasão escolar na educação profissional tecnológica, inclusive nos cursos ofertados pelo PRONATEC se constitui como uma ação importante neste contexto, à medida que ela possibilita o levantamento de informações, diagnósticos mais detalhados e precisos em relação à situação dos evadidos.

Apesar das pesquisas sobre evasão escolar estarem bastante concentradas no Ensino Fundamental e Médio, conforme verificado no levantamento bibliográfico, ela está presente também nos cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, que por vez possui como pré-requisito o Ensino Fundamental e Médio.

Desta forma, o espaço onde se dão as relações sociais e econômicas, no qual as instituições de ensino estão inseridas, é dinâmico e se constitui em um *locus* de constantes transformações, o que aponta para diversos desafios ao processo educacional. Portanto, são necessárias estratégias para que as instituições de ensino tenham condições de acompanhar estas transformações, na perspectiva de uma avaliação contínua da formação profissional ofertada, dos seus currículos, do perfil profissional dos egressos e das exigências crescentes de uma formação profissional continuada.

Conforme Silva Filho (2007) são raríssimas as IES brasileiras que possuem um programa institucional profissionalizado de combate à evasão, com planejamento de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem-sucedidas. É preciso garantir a formação em sua totalidade, seja ela em nível de Formação Continuada, técnica ou Tecnológica, para que o estudante possa garantir o seu passaporte para o mercado de trabalho e o mundo produtivo.

Considera-se como fator para o aumento da evasão escolar no Brasil, a cultura da não necessidade de estudos para o trabalho, sendo que essa questão já vem debatida desde 1934 por Lourenço Filho, que apresentou os primeiros dados estatísticos sobre a evasão escolar no país. No período citado, apenas 65% da população conseguiam concluir o ensino fundamental nas séries iniciais, ou seja, até a quinta série atual, nesse período pouco mais de dois milhões de

estudantes frequentavam os bancos escolares, sendo que a população infantil era de 8 milhões e entre os matriculados mais de 70% não tinham frequência constante nas salas de aula, o que não contribuía para a obtenção de um bom rendimento de aprendizado escolar.

Verificando possíveis causas para essa evasão escolar, Neri (2009) constatou que a falta de interesse pela escola é o principal motivo que leva o jovem brasileiro a evadir. A pesquisa revela que 40% dos jovens de 15 a 17 anos que evadem deixam de estudar porque acreditam que a escola é desinteressante. A necessidade de trabalhar é apontada como o segundo motivo pelo quais os jovens evadem, com 27% das respostas, e a dificuldade de acesso à escola aparece com 10,9%.

Quanto ao principal motivo da evasão escolar, Neri (2009) complementa que a falta de interesse intrínseco dos pais e dos estudantes sobre a educação ofertada se dá pela baixa qualidade percebida ou por desconhecimento dos seus impactos potenciais.

O autor revela também que as regiões com maiores oportunidades de trabalho são as que mais atraem os jovens para fora da escola. Conforme podemos notar, a taxa de evasão escolar é maior nas regiões mais ricas: São Paulo (19,43%) e Porto Alegre (18,70%) têm os maiores índices de abandono de um ano para o outro. O crescimento econômico tira o jovem da escola mais nas regiões ricas do país do que nas mais pobres, que não oferecem oportunidade de trabalho para os pais e seus filhos. (p. 51)

Lüscher (2011) enfatiza que além da diversidade de situações que podem ser vistas como evasão escolar, existe também o problema de entender as suas causas. Trata-se de algo difícil de resolver porque, de forma análoga a outros processos vinculados ao desempenho escolar, a evasão escolar é influenciada por um conjunto de fatores relacionados tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive, o que resulta na baixa qualidade do trabalho desenvolvido pelo trabalhador brasileiro. Entretanto, até o início do desenvolvimento das novas tecnologias que revolucionaram o modo de produção, não se tinha interesse primordial em saberem quantos e quais eram os evadidos do sistema educacional no país. O que dificultava a busca por conhecimentos sobre a sua causa.

O mesmo autor comenta que em pesquisa sobre evasão escolar no ensino técnico no Brasil encontra um de seus maiores desafios na escassez de informações sobre o assunto, que abrange tanto o referencial teórico quanto o empírico e cria dificuldades adicionais à pesquisa na construção de indicadores adequados à investigação do problema. Reforça ainda que: “A exemplo do que ocorre em países europeus, nos Estados Unidos e na Austrália a expansão da formação profissional tem sido acompanhada de problemas relacionados à evasão escolar que podem comprometer o acesso à formação profissional” (Lüscher, 2001, p. 157).

Bonadeo (2006) corrobora com as ideias de Lüscher ao afirmar que a ocorrência da evasão escolar nas redes de ensino público representa um abalo à universalização da política educacional e o cenário dos fatores responsáveis pelo abandono escolar constitui uma das formas de exclusão dos estudantes da escola. A evasão escolar impede que um maior número de estudantes possa futuramente ter acesso à educação profissional.

A evasão escolar, especialmente nos cursos de formação inicial e continuada, com carga horária mínima de 160 horas, é uma preocupação tanto nas redes públicas federais e estaduais quanto no Sistema S. Gestora do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Leite (2013) afirma que o índice de evasão nos cursos ministrados pela entidade chega a 17%, considerado muito alto. Com 568 unidades próprias para oferta de cursos, o Senac pretende matricular 550 mil jovens e adultos no ano de 2014, nas áreas de gestão e negócios, ambiente e saúde, turismo, hospitalidade e lazer.

Leite (2013) sugere que demandantes de cursos de formação inicial e continuada – FIC tenham preocupação não apenas com a abertura de vagas, mas com o aproveitamento posterior dos profissionais pelo mercado de trabalho. Segundo ela, muitos municípios pedem cursos, mas não oferecem a infraestrutura necessária, cita como exemplo o curso técnico de enfermagem, um dos mais procurados pelas prefeituras. O Senac providencia a parte teórica, de 1,2 mil horas, mas os alunos não têm onde fazer às 600 horas práticas. “Sem prática, não existe técnico de enfermagem qualificado”, garante.

### SEÇÃO III

## O PROCESSO METODOLÓGICO

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

FREIRE, Paulo (1998)

Neste capítulo, faremos uma descrição de metodologia utilizada na pesquisa, ou seja, descreveremos “o como” e o “com o que” foi desenvolvido o presente trabalho.

De acordo com Barbosa (2011), a evasão escolar pode ser medida tomando-se como base um semestre, um ano letivo (no caso de cursos com regime anual) ou um curso no período em que está sendo ofertado, desde que se tenha acesso às informações do universo escolhido. Este é o caso do Pronatec, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - *Campus* Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva.

Barbosa (2011), comenta:

O estudo pode ser feito internamente, pela própria instituição de ensino, ou externamente, por um órgão. O estudo interno se mostra mais eficiente, uma vez que o(s) pesquisador(es) conhece(m) a realidade escolar em estudo. Assim, pode-se fazer um acompanhamento mais detalhado, com registro das várias situações ocorridas durante o curso e a partir dos dados obtidos, organizar tabelas e gráficos que demonstrem a evolução da ocorrência de determinada situação-problema. (BARBOSA, 2011, p. 77)

No caso desta dissertação, o estudo foi desenvolvido por um servidor da instituição, que trabalhou como supervisor dos cursos FIC ofertados, ou seja, conhecedor da realidade, viveu e fez parte do processo, o que torna a coleta e

análise de dados mais confiáveis.

O levantamento de dados foi feito organizando-se as informações disponíveis na Secretaria do Pronatec (existe na instituição uma estrutura própria para o Programa) e no sistema acadêmico institucional. Todos os dados estão apresentados nos quadros e tabelas mostradas no item 3.3.

### **3.1 Caracterização da pesquisa**

Foi desenvolvida a pesquisa contemplando aspectos de abordagem quali e quantitativa (Lakatos e Marconi, 2010), ou seja, uma investigação que promove uma interlocução entre as características da pesquisa qualitativa e a quantitativa. Todavia, a abordagem principal foi com prioridade à pesquisa qualitativa, dando-se ênfase a análise descritiva do objeto de estudo.

Em um primeiro momento, buscou-se reunir documentos sobre a legislação educacional vigente sobre o tema (leis, decretos, resoluções, etc.), processos, condições escolares e outras informações referentes ao PRONATEC, não para responder ao problema, mas para proporcionar uma melhor visão sobre o mesmo.

Em um segundo momento, fez-se a descrição mediante a pesquisa de campo um estudo realizado em um determinado espaço-tempo, delineando o que é, abordando a descrição, o registro, e análise e interpretação dos fenômenos.

O objeto de estudo da pesquisa é a evasão escolar ocorrida nos cursos do PRONATEC, modalidade FIC, ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, *Campus Cuiabá* Cel. Octayde Jorge da Silva no ano de 2013.

### **3.2 Instrumentos de coleta de dados**

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram:

**1 – Análise de documentos:** onde foi analisada a documentação legal no que se refere ao objeto de estudo, no caso, o PRONATEC;

A partir dela se fez a análise crítica de textos, leis, decretos, etc., para subsídios e análise de dados a partir dos objetivos propostos.

Os documentos referentes ao PRONATEC que foram analisados são:

- **Lei nº 12.513/2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e

Emprego (PRONATEC) e dá outras providências.

- **Decreto nº 7.589/2011**. Institui a Rede e-Tec Brasil.
- **Resolução nº 62/2011**. Estabelece critérios e procedimentos para descentralização de créditos orçamentários às instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica visando a oferta de bolsa-formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)
- Planalto. **Portaria nº 1.568/2011**. Institui o Guia Pronatec dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)
- **Portaria nº 1.569/2011**. Fixa diretrizes para execução da bolsa-formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).
- **Resolução nº 61/2011**. Estabelece orientações, critérios e procedimentos para transferência de recursos financeiros para a oferta de bolsas-formação em cursos de educação profissional e tecnológica vinculados aos sistemas nacionais de aprendizagem no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).
- **Resolução nº 72/2011**. Altera a Resolução CD/FNDE nº 62/2011
- **Resolução nº 04/2012**. Altera a Resolução CD/FNDE nº 62/2011.

## **2 – Entrevistas:**

Para complementar os dados da análise documental foram realizadas entrevistas, envolvendo a conversa intencional entre o entrevistador e o entrevistado com o objetivo de se obter informações sobre o entrevistado e o objeto de estudo. As entrevistas do tipo semiestruturadas se constituíram como estratégia dominante da pesquisa para a coleta de dados neste estudo.

Segundo Barbosa (2004), a entrevista semiestruturada ou focalizada, embora livre, parte de certos questionamentos básicos sobre um tema específico de interesse da pesquisa e oferecem um amplo campo de interrogativas, fruto de hipóteses que surgem à medida que se recebem as respostas dos informantes.

Foram entrevistados os seguintes grupos de atores:

- Gestores: Coord. Adjunta, Supervisores, Orientadores e Equipe de Apoio (17)
- Professores (22)
- Alunos (39)

As entrevistas foram do tipo avaliativas sobre o tema de estudo.

No que diz respeito à análise de dados, fez-se a seleção, codificação e análise, onde, além da análise qualitativa, estes dados foram analisados através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos dos documentos analisados e das entrevistas, visando obter indicadores quantitativos ou não que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de funcionamento do objeto de estudo, contemplando, também, uma análise quantitativa para uma clareza e visualização dos mesmos, traduzindo-se em tabelas e/ou gráficos, quando assim se fizer necessário, utilizando-se as ferramentas da estatística descritiva.

Para a identificação dos fatores que levaram à evasão dos alunos dos cursos do PRONATEC, buscou-se verificar, através das entrevistas, as concepções, ideias e valores dos próprios cidadãos (estudantes) que conviveram com a realidade diária de ensino-aprendizagem-trabalho-família, situação geográfica de moradia, condições econômicas, sociais, etc., levando-se em consideração os valores e conflitos pertinentes a essa realidade diária.

Neste caso, se pretendeu-se verificar quais as causas para a evasão nos cursos do PRONATEC, modalidade FIC, ofertados pelos IFMT Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva, ano 2013.

### **3.3 Resultados e Análise dos Dados**

De acordo com a fundamentação teórica apresentada no item 2.4 a evasão escolar é o abandono da escola antes da conclusão de uma série, de um nível de ensino ou de um curso. Assim, nesta seção de resultados e análise, será feita tendo como base os estudantes que se classificam nesta conceituação. As tabelas 1 a 10 mostram a caracterização dos alunos e gestores participantes do programa, sendo que será dado maior destaque a tabela 10, que trata especificamente da tabulação das entrevistas feitas com os alunos evadidos e as possíveis causas da evasão. Assim, utilizando-se os instrumentos de coleta de dados propostos, obteve-se os dados mostrados abaixo.

A tabela 1 mostra a caracterização sócio-demográfica do total de 170 alunos matriculados.

**Tabela 1** - Caracterização sócio demográfica dos alunos matriculados nos Cursos ofertados pelo FIC-PRONATEC/IFMT - *Campus* Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva. Ano de 2013.

<b>Variáveis</b>	<b>N (n = 170)</b>	<b>%</b>
<b>Ano de acesso</b>		
2013	170	100
<b>Portador de necessidades especiais</b>		
Não possui	0	0
<b>Faixa Etária</b>		
Mais de 50 anos	13	7,8
46 a 50 anos	13	7,8
41 a 45 anos	15	8,9
36 a 40 anos	23	13,4
31 a 35 anos	24	14,1
26 a 30 anos	23	13,4
21 a 25 anos	25	14,8
Até 20 anos	34	20
<b>Sexo</b>		
Masculino	86	50,6
Feminino	84	49,4
<b>Etnia (auto declaração)</b>		
Branco	85	50
Negro	4	2,4
Pardo	81	47,6
<b>Estado Civil:</b>		
Solteiro	109	64,1
Casado ou União Estável	47	27,7
Separado Judicialmente	3	1,8
Viúvo	11	6,5
<b>Prole (N° de filhos):</b>		
Não possui	72	42,4
Um filho	43	25,3
Dois Filhos	29	17,1
Três filhos	20	11,8
Mais de três filhos	6	3,5
<b>Grau de Instrução do pai:</b>		
Alfabetizado	1	0,6
Fundamental (até quarta série)	15	8,8
Fundamental completo	68	40,0
Médio completo	83	48,8
Médio incompleto	1	0,6
Superior completo	2	1,2
<b>Grau de Instrução da mãe</b>		
Alfabetizado	3	1,8

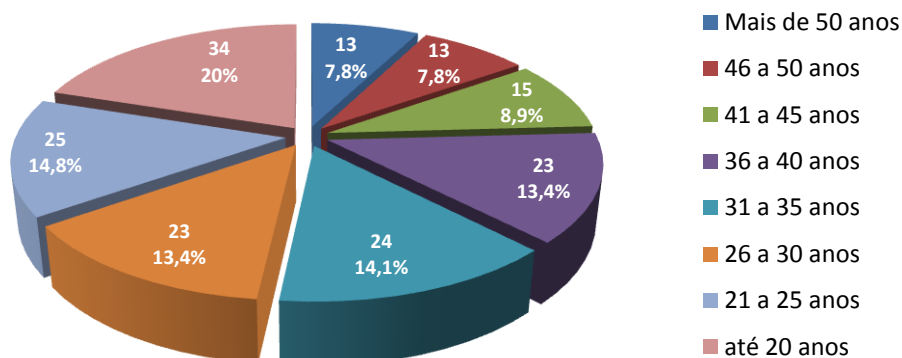


Fundamental (até quarta série)	31	18,2
Fundamental completo	27	15,9
Médio completo	71	41,8
Médio incompleto	3	1,8
Superior completo	28	16,5
Superior incompleto	7	7,0
<b>Estado civil dos pais</b>		
Casados ou União Estável	157	92,4
Solteiros	1	0,6
Separados Judicialmente	2	1,2
Viúvo	10	5,9
<b>Renda Familiar</b>		
Até um Salário Mínimo	6	3,5
Mais de um a três Salários Mínimos	72	42,4
Mais de três a cinco Salários Mínimos	66	38,8
Mais de cinco a oito Salários Mínimos	19	11,2
Mais de oito a dez Salários Mínimos	6	3,5
Mais de dez Salários Mínimos	1	0,6
<b>Em que condições residem</b>		
Com os pais	111	65,3
Com esposo (a)/companheiro (a)	43	25,3
Sozinho	5	2,9
Outros	11	6,5

Fonte: Organização do autor. Cuiabá-MT/2014

Gráfico 01. Faixa etária dos alunos

Gráfico 01 - Faixa Etária



Fonte: Elaboração do autor

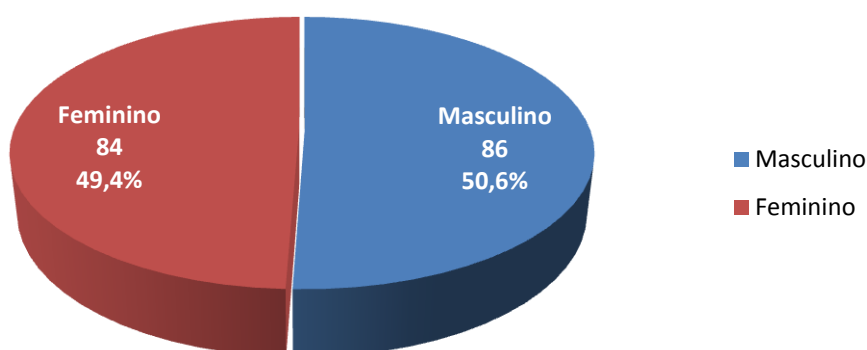
Observa-se pelo Gráfico 01 que grande parte de alunos inscritos está na faixa etária de até 20 (vinte) anos. São 34 (trinta e quatro) inscritos, correspondendo a 20,0% (vinte por cento) das inscrições. No entanto, se

observarmos a faixa de 21 a 50 anos, ou seja, aqueles que estão em pleno potencial de trabalho, estes números correspondem a 123 (cento e vinte e três) alunos, ou seja, 72,4%.

Uma possível interpretação para estes números pode ser a de que até os 20 anos a busca por capacitação ainda se dá mais para os cursos regulares (técnicos ou superiores), no entanto, a partir dos 21 anos há uma procura maior por cursos de capacitação mais rápida, isto é, de menor duração, tendo em vista a possibilidade de entrada no mercado de trabalho, sendo que na faixa etária de 30 a 50 anos, esta procura ainda é maior, ou seja, 49,9%.

Gráfico 02. Sexo dos alunos

Gráfico 02 - Sexo



Fonte: Elaboração do autor

O gráfico 02 mostra a distribuição de matrículas por sexo. Observa-se neste gráfico uma grande procura por capacitação pelo sexo feminino, praticamente a metade das vagas ofertadas nos cursos, no entanto, não se pode fazer uma avaliação ou análise mais aprofundada em relação a estes dados, considerando que dos cursos ofertados, 03 (três) foram cursos que, tradicionalmente as vagas são mais ocupadas por mulheres e os outros 03 (três), se referem a cursos onde os postos de trabalho são mais ocupados por homens.

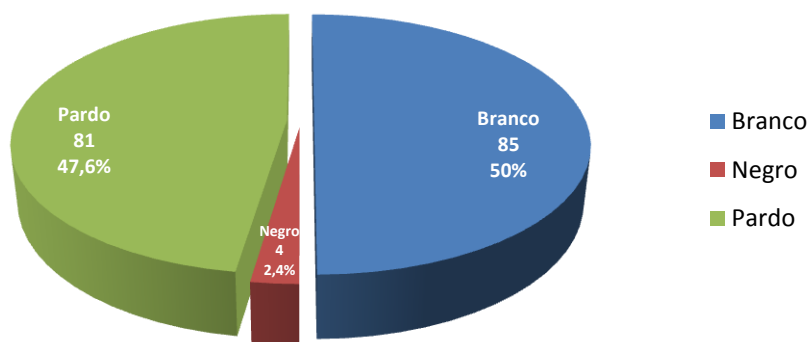
Homens e mulheres não ocupam posições iguais na sociedade, o que é considerado uma questão de gênero, pois a sociedade delimita com bastante precisão os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os espaços em que pode atuar o homem.

De acordo com Viezzer (1989), o termo gênero é usado para se referir as diferenças e construções socialmente impostas entre as características e papéis masculinos e femininos. Segundo a autora, “gênero é um conceito que serve para analisar a relação entre a subordinação das mulheres e a mudança social e política, onde o gênero de um ser humano é o significado social político historicamente atribuído ao seu sexo” (p.112).

Portanto, gênero é um fenômeno histórico, uma construção social, ou seja, tornar-se mulher ou homem não depende apenas da fisiologia e das características externas, mas envolve assumir comportamentos e desempenhar funções consideradas feministas ou masculinas pela sociedade.

Gráfico 03. Declaração de etnia (auto declaração)

Gráfico 03 - Etnia (auto declaração)

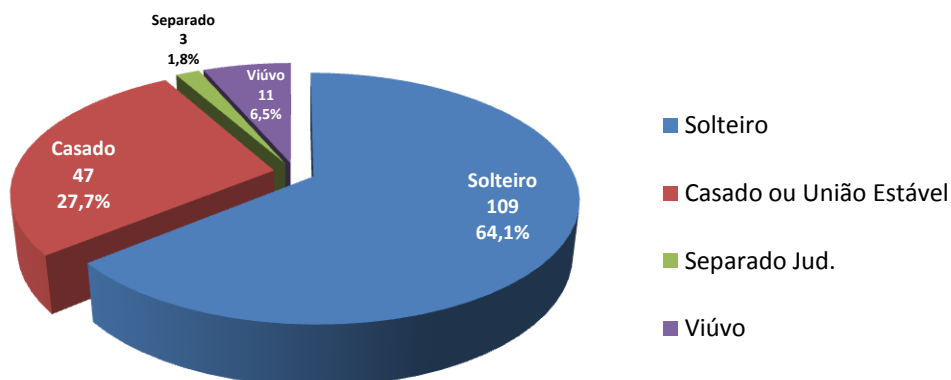


Fonte: Elaboração do autor

No gráfico 03, observa-se um dado que pode ser considerado interessante no que se refere à etnia (auto-declaração), onde apenas 04 (quatro) alunos se declararam negros, ou seja, 2,4% (dois vírgula quatro por cento). Esta observação se deve ao fato de que, sabe-se por números oficiais do governo que o percentual da população negra que concluem o Ensino Fundamental e/ou Médio, é muito baixo, o que, em um primeiro momento, poderia se inferir que a busca de qualificação de curta duração em cursos não regulares seria maior por esta população, visando a busca de competitividade no mercado de trabalho, no entanto, esta observação não pode ser considerada conclusiva.

## Gráfico 04. Estado civil

Gráfico 04 - Estado Civil

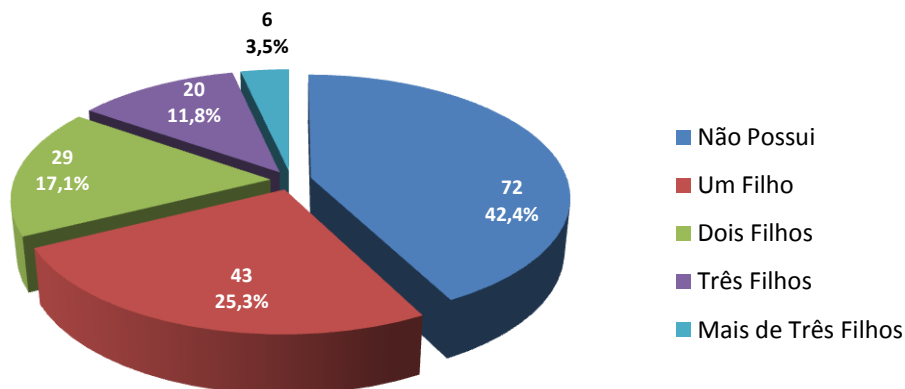


Fonte: Elaboração do autor

Acreditamos, que numa primeira análise, onde a grande maioria dos alunos matriculados se declararam solteiros, no entanto, este dado, no nosso entendimento não tem grande influência no que diz respeito à evasão.

## Gráfico 05. Prole (número de filhos)

Gráfico 05 - Prole (número de Filhos)



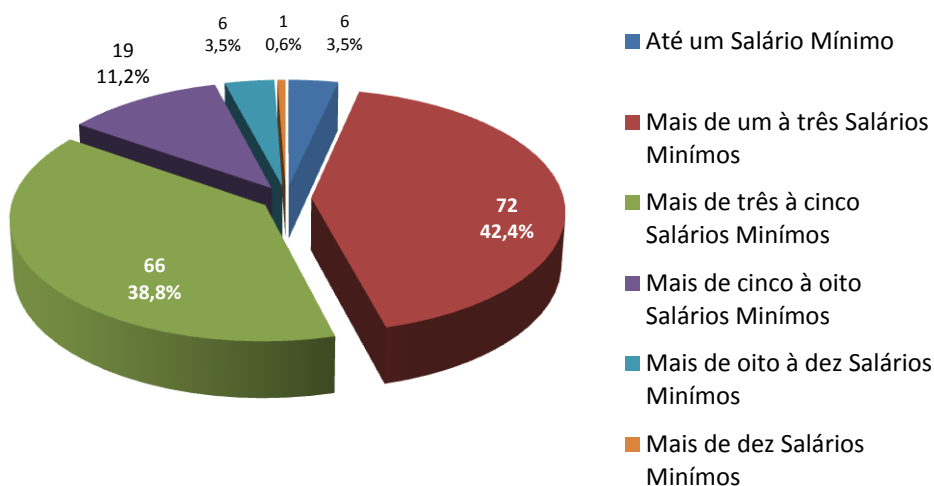
Fonte: Elaboração do autor

A questão da prole é importante, principalmente no que se refere ao sexo feminino, considerando que um percentual de mulheres evadidas, declararam que abandonaram o curso para cuidar dos filhos, ou seja, a questão familiar é

prioridade em relação à capacitação para um possível emprego, o que ajudaria na renda familiar.

Gráfico 06. Renda familiar

Gráfico 06 - Renda Familiar

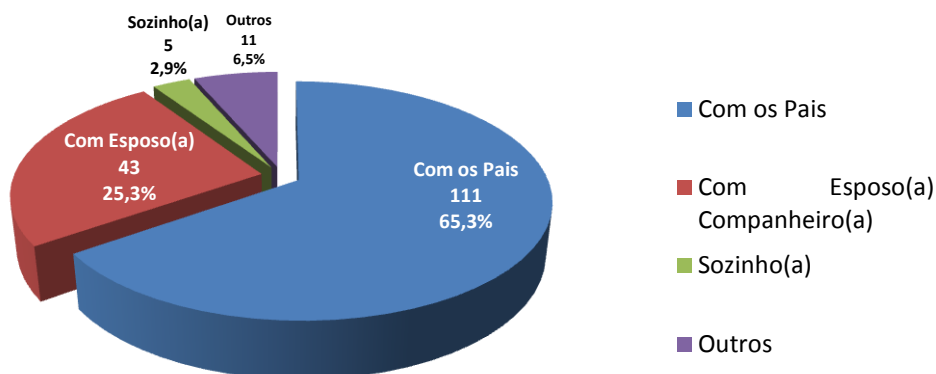


Fonte: Elaboração do autor

Este aspecto mostrado neste gráfico é importante. Observa-se que a grande maioria possui faixa de renda de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos, são 72 (setenta e dois) ou 42,4%. Logo em seguida, vem a faixa de 3 (três) a 5 (cinco) salários mínimos, sendo 66 (sessenta e seis) ou 38,8%, o que se pode inferir a necessidade de busca pela formação ou capacitação para a obtenção de uma renda melhor. No entanto, observou-se, através das entrevistas, que mesmo aqueles que se encontram na faixa de um a três salários mínimos ainda abandonam a escola, não persistindo na busca pela capacitação, o que possibilitaria uma melhoria salarial e a mobilidade social. Há um busca por um melhor posto de trabalho, contraditoriamente, não se busca a capacitação.

## Gráfico 07. Condições de residência

Gráfico 07 - Em Que Condições Reside



Fonte: Elaboração do autor

Acreditamos que este dado, mesmo com um percentual grande de pessoas com moram com os pais, mas não tem interferência direta com a questão da evasão.

A tabela 2 mostra a situação de escolaridade do total de 170 alunos matriculados.

**Tabela 2** - Caracterização da situação de escolaridade e profissionalização dos alunos matriculados nos Cursos FIC-PRONATEC/IFMT - *Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva*. Ano de 2013.

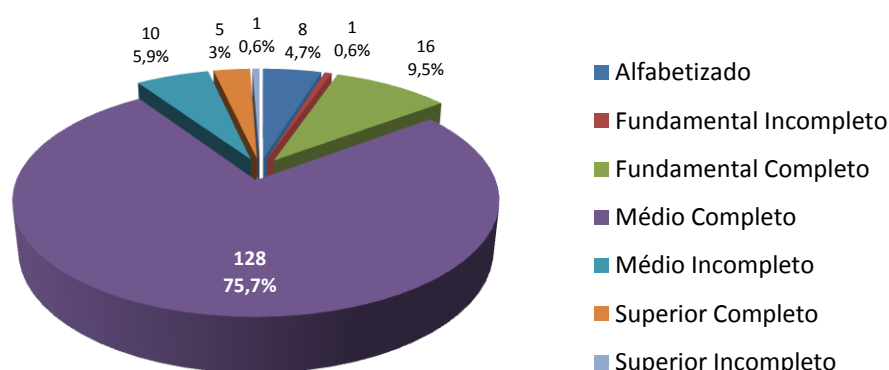
Variáveis	N (n = 170)	%
<b>Escolaridade</b>		
Alfabetizado	8	4,7
Fundamental (até quarta série)	1	0,6
Fundamental completo	16	9,5
Médio completo	128	75,7
Médio incompleto	10	5,9
Superior completo	5	3,0
Superior Incompleto	1	0,6
<b>Tempo decorrido da conclusão da maior escolaridade</b>		
Mais de 20 anos	8	4,8
Entre 20 e 16 anos	10	6,0
Entre 15 e 11 anos	32	18,8
Entre 10 e 6 anos	52	30,5
Entre 5 e 1 ano	68	40,1
<b>Escola de Origem</b>		
Pública	115	67,6
Privada	55	32,4

<b>Turno em que estudava</b>		
Diurno	13	7,7
Noturno	157	92,4
<b>Profissão por auto declaração</b>		
Auxiliar Administrativo	19	11,2
Bombeiro Militar	3	1,8
Contador	1	0,6
Doméstica	6	3,5
Eletricista	10	5,9
Garçom	1	0,6
Gari	1	0,6
Motorista	4	2,4
Músico	6	3,5
Pedreiro	2	1,2
Policial Militar	11	6,5
Professor	3	1,8
Segurança Patrimonial	1	0,6
Técnico em Contabilidade	1	0,6
Técnico em Edificações	1	0,6
Telefonista	1	0,6
Vendedor	9	5,3
Não possui	90	52,9
<b>Situação de ocupação atual</b>		
Empregado	50	29,6
Subempregado	70	40,8
Desempregado	50	29,6
<b>Participa de Programa de Transferência de Renda?</b>		
Sim	1	0,6
Não	169	99,4

Fonte: Organização do autor. Cuiabá-MT/2014

Gráfico 08. Escolaridades dos alunos

Gráfico 08 - Escolaridade dos alunos

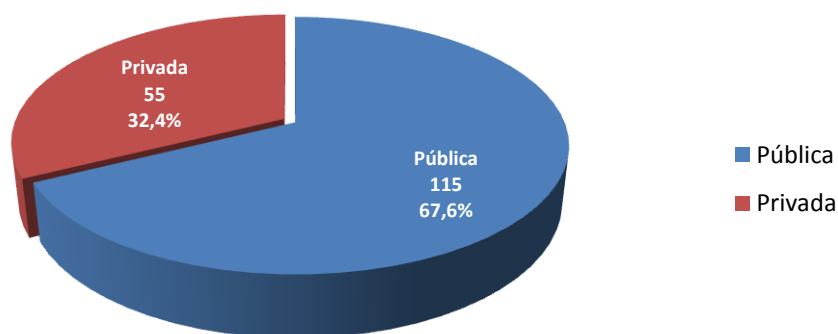


Fonte: Elaboração do autor

Neste gráfico, a observação que se faz é que 128 (cento e vinte e oito) alunos, ou seja, 75,7% possuem o Ensino Médio completo. Na verdade, este dado não tem um significado muito importante, uma vez que dos cursos ofertados, pelo *campus* Cuiabá, apenas dois deles não exigiam escolarização de nível médio, os demais possuíam esta exigência. No entanto, observa-se que nos cursos de não exigência de nível médio, teve-se 35 (trinta e cinco) matrículas das 60 (sessenta) vagas oferecidas, ou seja, mais de 50,0%.

Gráfico 09. Escola de origem

Gráfico 09 - Escola de Origem



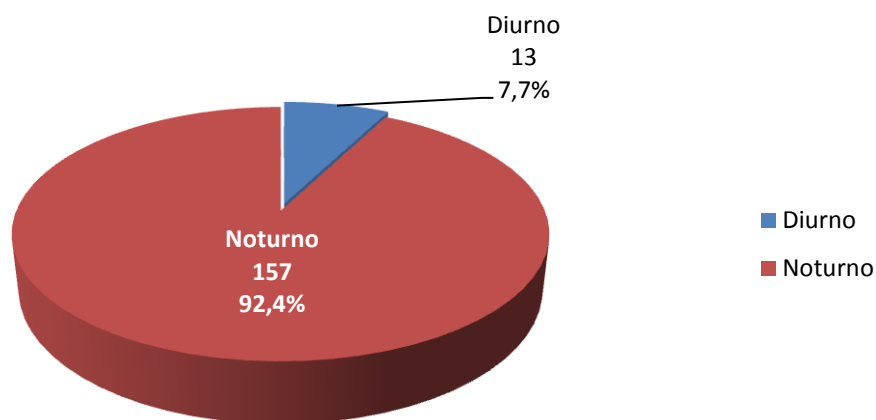
Fonte: Elaboração do autor

No que diz respeito à escola de origem, um aspecto que se pode observar é que um percentual de alunos entrevistados, principalmente nos cursos de Operador de Computador e Reparador de Circuitos, declararam dificuldade no acompanhamento do curso, por exigir uma base das disciplinas cursadas no Ensino Médio, o que pode ter relação com a origem escolar no que diz respeito à qualidade dos cursos e o ensino ministrado nas escolas públicas. Este fato dificultou o aprendizado dos conteúdos, mas também, levou o aluno a abandonar o curso, sendo este, portanto, um dos fatores da evasão escolar. Na entrevista com os professores que ministraram aulas nesses cursos, estes declararam a falta de base dos alunos matriculados.



Gráfico 10. Turno de estudo (escola de origem)

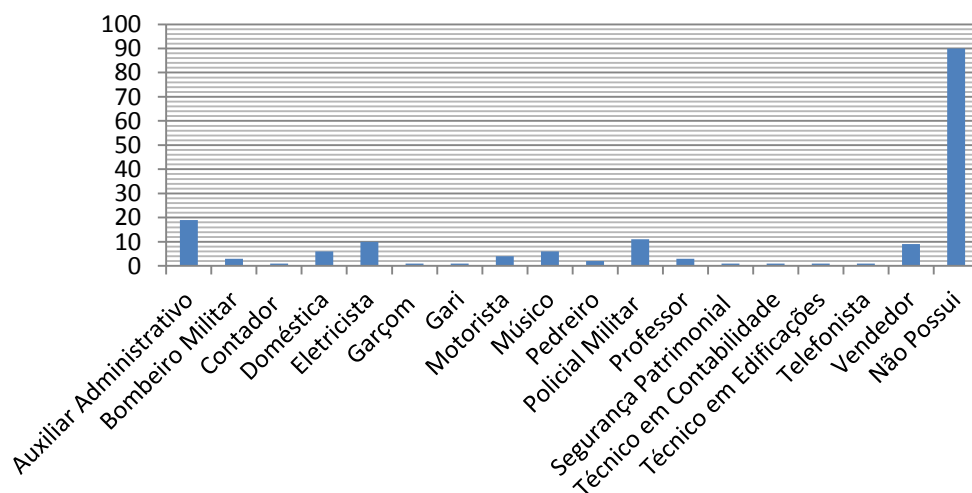
Gráfico 10 - Turno em que Estuda



Fonte: Elaboração do autor

Este gráfico está relacionado com o Gráfico 33, onde aponta como um dos fatores responsáveis pela evasão foi exatamente o turno de oferta dos cursos, ou seja, os cursos do Pronatec no IFMT, *Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva* tiveram sua oferta no período vespertino, o que impedia os alunos de buscarem um trabalho no período diurno, ou seja, a preferência seria a oferta no período noturno para que pudesse de alguma forma ter algum tipo de trabalho no período diurno.

Gráfico 11. Profissão (autodeclaração)

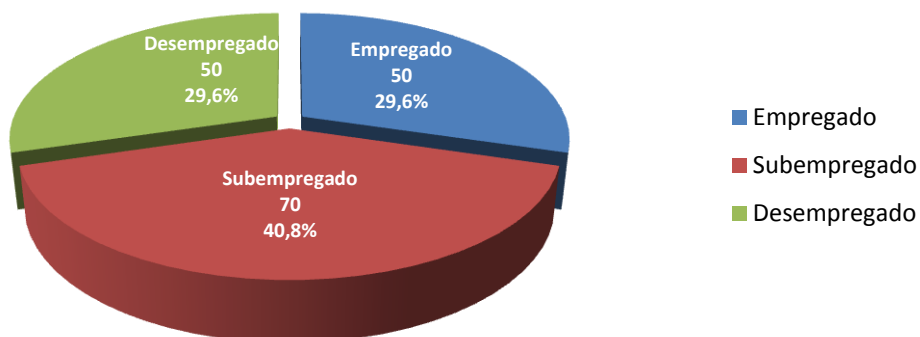


Fonte: Elaboração do autor

Observa-se pelo gráfico, que 90 (noventa) alunos, ou seja, 52,9%, declararam não possuir profissão definida, o que neste caso, mostra a necessidade da capacitação em uma área ou curso técnico específico para que ele, estudante, possa pleitear um trabalho de melhor qualidade e com uma melhor renda. Portanto, em uma análise mais simplista, o Pronatec atendeu a esta demanda.

Gráfico 12. Ocupação atual

Gráfico 12 - Situação de Ocupação

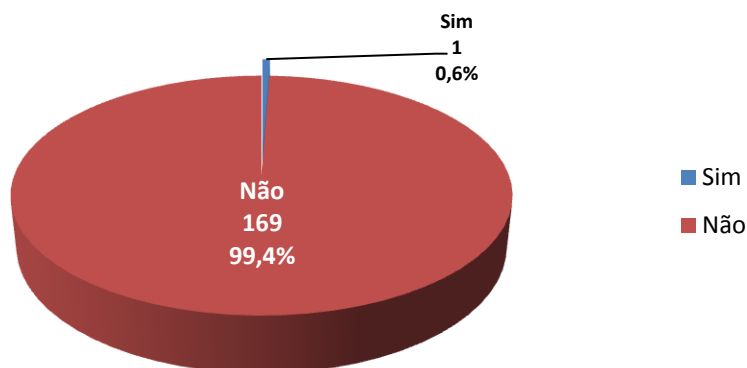


Fonte: Elaboração do autor

Neste gráfico, observa-se que 70 (setenta) ou 40,8% dos alunos estão em condições de subemprego (emprego de qualquer natureza, provavelmente sem carteira assinada e com renda mensal baixa) e ainda, 50 (cinquenta), ou seja, 29,6% estão desempregados. Segundo o SINE (Sistema Nacional de Emprego), grande parte dos trabalhadores não conseguem emprego ou mesmo permanecer nele por falta de qualificação. Nesta situação, o Pronatec se mostra uma alternativa importante para a capacitação de trabalhadores em cursos técnicos para atender a demanda do mercado de trabalho.

Gráfico 13. Participação em Programa de Transferência de Renda

Gráfico 13 - Programas de Transferencia de Renda



Fonte: Elaboração do autor

No Gráfico 13, aparece o dado de que 169 (cento e sessenta e nove), correspondente a 99,4%, não participam de nenhum programa de transferência de renda do governo, portanto, neste caso específico, dos cursos ofertados pelo IFMT - *Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva*, os alunos não estão atendendo à proposta do Pronatec, ou seja, capacitação de trabalhadores que participam de programas de transferência de renda do governo federal.

Na tabela 3 estão mostrados os dados referentes aos cursos ofertados pelo FIC-PRONATEC/IFMT - *Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva* e a situação final dos alunos matriculados, ou seja, os concluintes e evadidos.

**Tabela 3** - Caracterização dos alunos matriculados nos Cursos ofertados pelo FIC-PRONATEC/IFMT-*campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva*, conforme o Curso escolhido e a situação final. Ano 2013

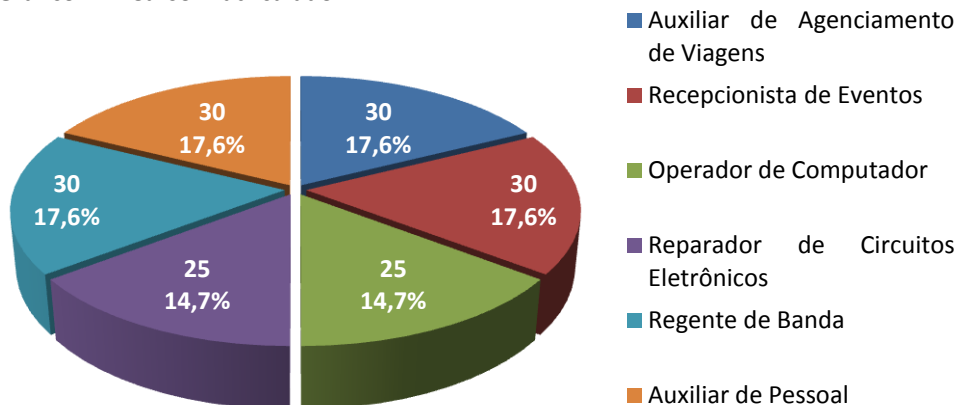
Variáveis	N (n = 170)	%
<b>Curso matriculado</b>		
Auxiliar de Agenciamento de Viagens	30	17,6
Recepcionista de Eventos	30	17,6
Operador de Computador	25	14,7
Reparador de Circuitos Eletrônicos	25	14,7
Regente de Banda	30	17,6
Auxiliar de Pessoal	30	17,6
<b>Situação final</b>		
Concluiu/Aprovado	89	52,4
Reprovado	00	0,0
Desistiu/Evadido	81	47,6

Fonte: Organização do autor. Cuiabá-MT/2014

Os gráficos 14 e 15 mostram os dados referentes à Tabela 2.

Gráfico 14. Curso (matriculas) no Pronatec

Gráfico 14 - Curso Matriculado

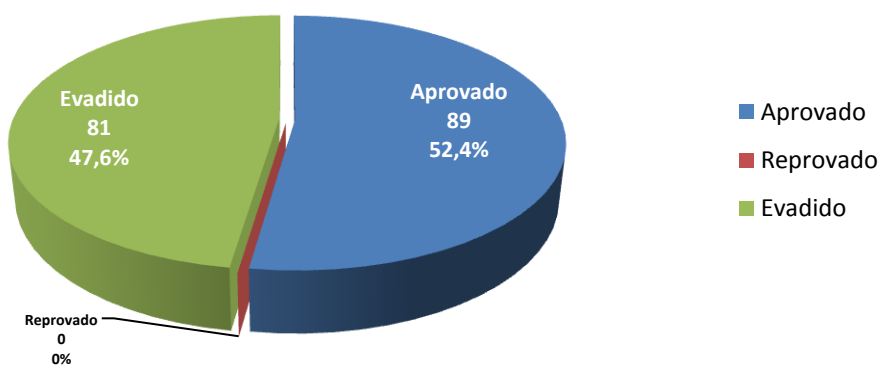


Fonte: Elaboração do autor

O gráfico mostra os cursos ofertados no Pronatec. Verifica-se que quatro dos cursos se referem a área de prestação de serviços e dois estão mais relacionados a área industrial. A escolha destes cursos se deu em virtude da solicitação da instituição demandante (Ministério do Trabalho e Emprego/SINE/MT).

Gráfico 15. Situação final no Pronatec

Gráfico 15 - Situação Final



Fonte: Elaboração do autor

O Gráfico 15, se refere à situação final dos alunos, ou seja, daqueles que efetivaram a matrícula, quando concluíram o curso, reprovaram ou evadiram.

Este gráfico mostra um dado importante, já relativo à evasão. Do total de matriculados, 170 (cento e setenta) alunos, apenas 89 (oitenta e nove), ou seja, 52,4% concluíram o curso, havendo, portanto, 81 (oitenta e um) evadidos, o que corresponde a 47,6%. Assim, pode concluir que, neste caso, o índice de evasão escolar foi de 47,6%.

A tabela 4 mostra o índice de evasão por curso.

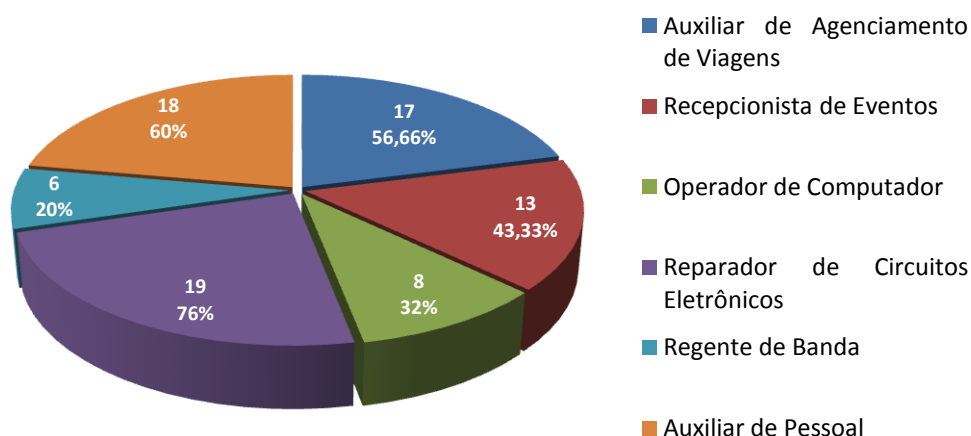
Tabela 4 - Distribuição, por curso, dos alunos matriculados no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC/IFMT – *campus* Cuiabá, na modalidade de Formação Inicial e Continuada, que evadiram do processo de formação, no ano de 2013.

Variáveis	N (n = 81)	%
<b>Curso matriculado</b>		
Auxiliar de Agenciamento de Viagens	17	56,66
Recepcionista de Eventos	13	43,33
Operador de Computador	8	32,00
Reparador de Circuitos Eletrônicos	19	76,00
Regente de Banda	6	20,00
Auxiliar de Pessoal	18	60,00

Fonte: Organização do autor. Cuiabá-MT/2014

Gráfico 16. Alunos evadidos por curso

Gráfico 16 - Curso Matriculado



Fonte: Elaboração do autor

Observa-se neste gráfico que o curso com maior índice de evasão foi o curso de Reparador de Circuitos Eletrônicos. De acordo com os dados obtidos

nas entrevistas, este foi de curso de um grau de dificuldade elevado, uma vez que exigia conhecimentos de outras disciplinas afins (física, matemática, eletricidade e eletrônica básica), o que dificultou o acompanhamento dos conteúdos pelos alunos. Observou-se também, que a grande maioria de alunos deste curso, vieram de escola pública. Em seguida, os cursos com índice de evasão maior foram os de Auxiliar de Pessoal, Auxiliar de Agenciamento de Viagens e Recepcionista de Eventos. O alto índice de evasão nestes cursos, numa primeira análise pode causar estranheza por serem de um grau de dificuldade baixo, sem exigência de escolarização de nível médio. No entanto, ao verificar a grande maioria da clientela destes cursos, verificou-se que era formada por mulheres e na grande maioria possuíam prole, ou seja, a dedicação à família teve prioridade em relação à capacitação. No entanto, outros fatores também influenciaram para a evasão nestes cursos.

A Tabela 5 mostra os dados relativos à aprovação dos alunos por curso ofertado.

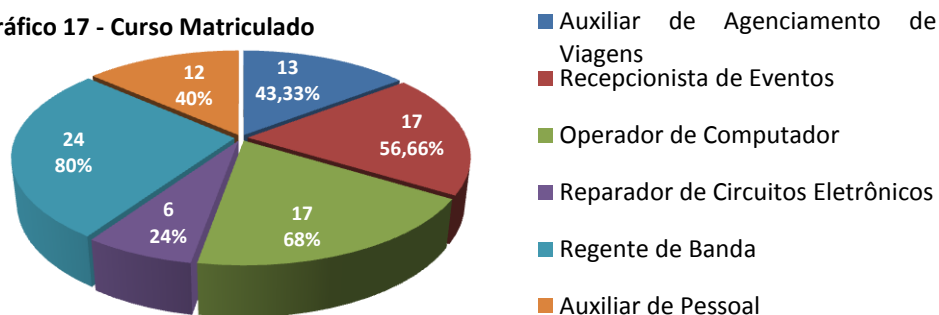
**Tabela 5** - Distribuição, por curso, dos alunos matriculados no FIC-PRONATEC/IFMT - *Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva, que Concluíram/Aprovaram no processo de formação. Ano 2013.*

Variáveis	N (n = 89)	%
<b>Curso matriculado</b>		
Auxiliar de Agenciamento de Viagens	13	43,33
Recepcionista de Eventos	17	56,66
Operador de Computador	17	68,00
Reparador de Circuitos Eletrônicos	06	24,00
Regente de Banda	24	80,00
Auxiliar de Pessoal	12	40,00

Fonte: Organização do autor. Cuiabá-MT/2014

Gráfico 17. Alunos aprovados no Pronatec (por curso)

Gráfico 17 - Curso Matriculado



Fonte: Elaboração do autor

Neste gráfico, o dado importante a se observar diz respeito à evasão no curso de Reparador de Circuitos Eletrônico. Das 25 (vinte e cinco) vagas ofertadas, apenas 6 (seis), correspondendo a 24,00%, concluíram o curso. A análise que se pode fazer em relação a este dado é que o curso exige muitos conhecimentos matemáticos e vários outros conhecimentos transversais, sendo um curso muito específico e de grau de dificuldade considerável, provavelmente os alunos não conseguiram acompanhar o seu desenvolvimento, conforme já comentado anteriormente. Ainda neste gráfico, observa-se que o curso com melhor aproveitamento, isto é, com menor índice de evasão foi o curso de Regente de Banda, onde das 30 (trinta) vagas ofertadas, 24 (vinte e quatro), ou seja, 80,00% concluíram o curso. A observação que se faz aqui é que este curso foi ofertado para os membros da Banda Oficial da Polícia Militar, portanto, pela própria disciplina presente na corporação já se podia esperar um índice de evasão muito baixo. Os demais índices da evasão estão variando entre 13 (treze) e 20 (vinte) por cento, o que é um índice considerado ainda alto.

A Tabela 6 mostra a caracterização dos alunos desistentes nos cursos ofertados.

**Tabela 6** – Caracterização sócio demográfica dos alunos matriculados nos Cursos FIC-PRONATEC/IFMT - *Campus Cuiabá* Cel. Octayde Jorge da Silva, que desistiram do processo de formação. Ano 2013.

<b>Variáveis</b>	<b>N (n = 81)</b>	<b>%</b>
<b>Ano de acesso:</b>		
2013	81	100
<b>Portador de necessidades especiais</b>		
Não possui	81	100
<b>Faixa Etária</b>		
Mais de 50 anos	5	6,2
46 a 50 anos	7	8,6
41 a 45 anos	7	8,6
36 a 40 anos	10	12,3
31 a 35 anos	8	9,9
26 a 30 anos	13	16,0
21 a 25 anos	16	19,9
Até 20 anos	15	18,5
<b>Sexo</b>		
Masculino	36	44,4
Feminino	45	55,6

<b>Etnia (auto declaração):</b>		
Branco	37	45,7
Negro	2	2,5
Pardo	42	51,9
<b>Estado Civil</b>		
Solteiro	51	63,0
Casado ou União Estável	23	28,4
Separados Judicialmente	2	2,5
Viúvo	5	6,2
<b>Prole (Nº de filhos)</b>		
Não possui	17	21,0
Um filho	33	40,7
Dois Filhos	17	21,0
Três filhos	9	11,1
Mais de três filhos	5	6,2
<b>Grau de Instrução do pai</b>		
Alfabetizado	1	1,2
Fundamental (até quarta série)	12	14,8
Fundamental completo	34	42,0
Médio completo	33	40,7
Superior completo	1	1,2
<b>Grau de Instrução da mãe</b>		
Alfabetizado	2	2,5
Fundamental (até quarta série)	19	23,5
Fundamental completo	13	16,0
Médio completo	35	43,2
Médio incompleto	1	1,2
Superior completo	8	9,9
Superior incompleto	3	3,7
<b>Estado civil dos pais</b>		
Casados ou União Estável	75	92,6
Viúvo	6	7,4
<b>Renda Familiar</b>		
Até um Salário Mínimo	6	7,4
Mais de um a três Salários Mínimos	39	48,1
Mais de três a cinco Salários Mínimos	30	37,0
Mais de cinco a oito Salários Mínimos	5	6,2
Mais de oito a dez Salários Mínimos	1	1,2
<b>Em que condições residem</b>		
Com os pais	54	66,7
Com esposo (a)/companheiro (a)	19	23,5
Sozinho	3	3,7
Outros	5	6,2

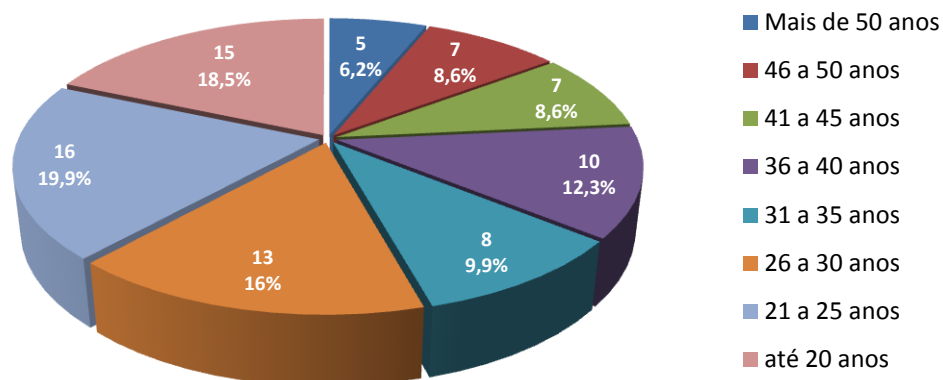
Fonte: Organização do autor. Cuiabá-MT/2014



Os gráficos 18 a 23, mostram os dados obtidos na tabela 6.

### Gráfico 18. Faixa etária dos alunos

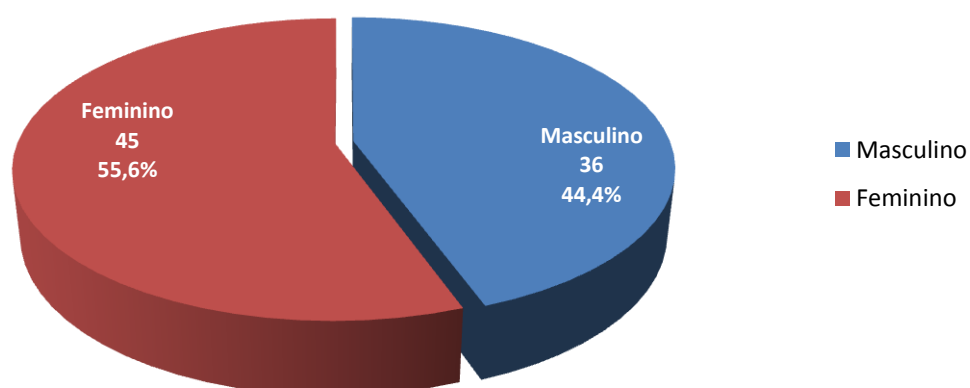
Gráfico 18 - Faixa Etária



Fonte: Elaboração do autor

### Gráfico 19. Distribuição de alunos por sexo

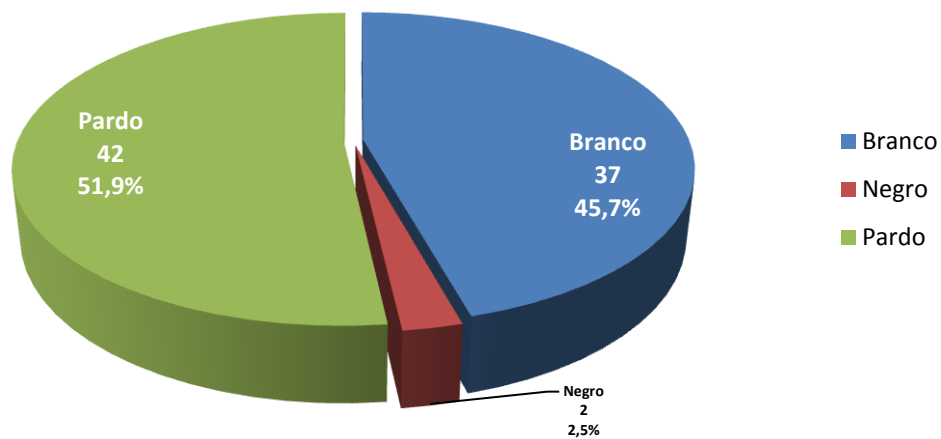
Gráfico 19 - Sexo dos alunos



Fonte: Elaboração do autor

Gráfico 20. Etnia (autodeclaração)

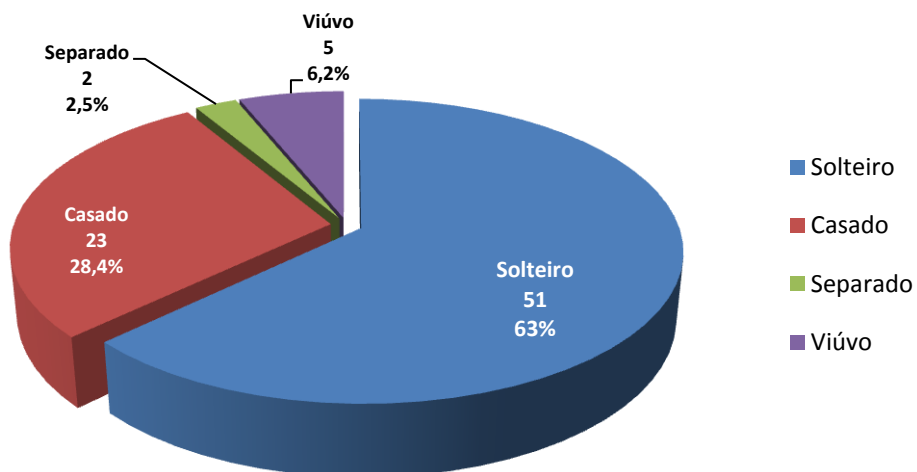
Gráfico 20 - Etnia (Auto Declaração)



Fonte: Elaboração do autor

Gráfico 21. Estado civil

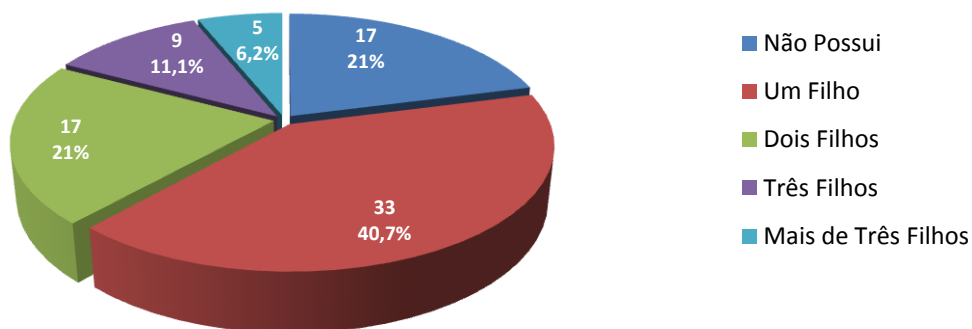
Gráfico 21 - Estado Civil



Fonte: Elaboração do autor

Gráfico 22. Prole (número de filhos)

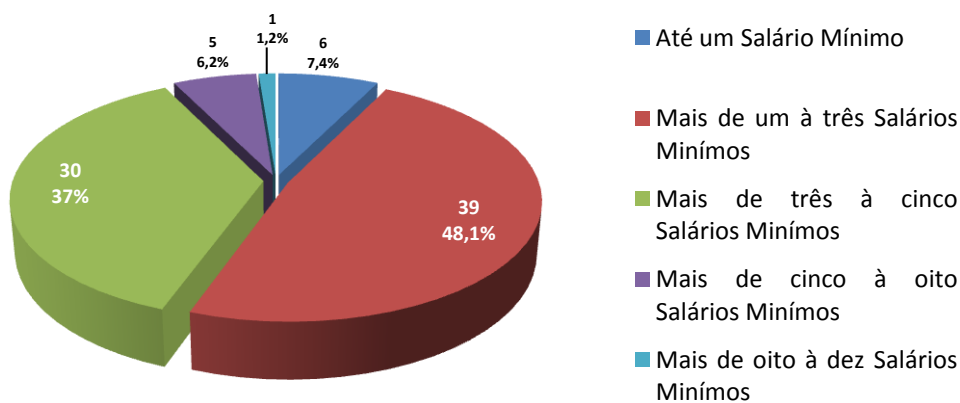
Gráfico 22 - Prole (número de Filhos)



Fonte: Elaboração do autor

Gráfico 23. Renda familiar

Gráfico 23 - Renda Familiar



Fonte: Elaboração do autor

Nestes gráficos (18 a 23), podem-se fazer as seguintes análises. Primeiro, verifica-se que os maiores índices de evasão ocorreram na faixa etária de até 25 (vinte e cinco) anos. Foram 31 (trinta e um) alunos evadidos, ou seja, 38,4%. Isto vem a corroborar, em parte, com os comentários feitos em relação aos dados apresentados na Tabela 1, isto é, nessa faixa etária, a busca é ainda pelo ensino

regular, com pouca procura para cursos de formação rápida, que não conferem uma profissão ao concluinte.

Em segundo lugar, verifica-se que os menores índices de evasão ocorreram na faixa etária de 40 (quarenta) anos em diante. Foram 19 (dezenove) evadidos nesta faixa, o que corresponde a 23,4%, o que mostra o interesse pela capacitação em cursos de curta duração nesta faixa etária.

Um outro aspecto se refere ao sexo dos alunos evadidos. Foram 45 (quarenta e cinco) do sexo feminino, correspondendo a 55,6% contra 36 (trinta e seis) do sexo masculino, correspondendo a 44,4%. Este índice se deve em parte, à questão da prole, ou seja, dedicação da mulher a questões familiares.

Um outro ponto de análise se refere à questão da renda familiar. Verifica-se que 39 (trinta e nove), ou seja, 48,1% possuem renda familiar de até 3 (três) salários mínimos, o que se pode inferir que estão em subemprego ou mesmo desempregados, o que em um primeiro momento, justificaria a sua necessidade de capacitação e permanência no curso, no entanto, verificou-se um índice de evasão elevado, no que diz respeito a este quesito.

A Tabela 7 mostra a escolaridade dos alunos evadidos nos cursos ofertados.

**Tabela 7** - Caracterização da situação de escolaridade e profissionalização dos alunos matriculados nos Cursos FIC-PRONATEC/IFMT - *campus* Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva, que evadiram do processo de formação. Ano 2013.

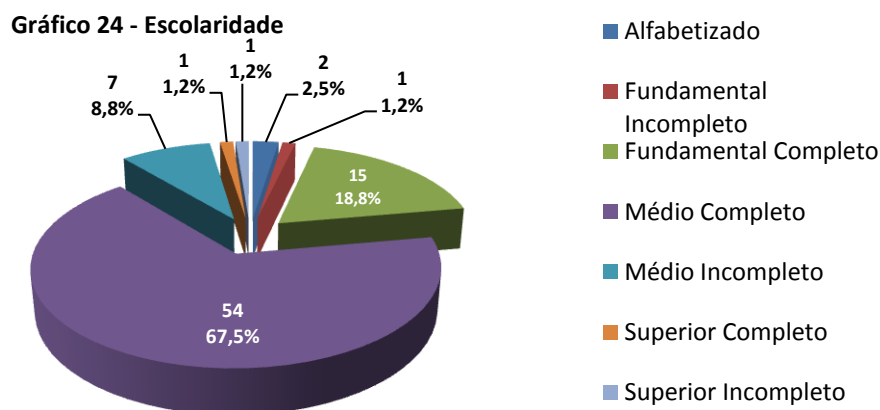
Variáveis	N (n = 81)	%
<b>Escolaridade</b>		
Alfabetizado	2	2,5
Fundamental (até quarta série)	1	1,2
Fundamental completo	15	18,8
Médio completo	54	67,5
Médio incompleto	7	8,8
Superior completo	1	1,2
Superior Incompleto		
<b>Tempo decorrido da conclusão da maior escolaridade</b>		
Mais de 20 anos	3	3,6
Entre 20 e 16 anos	2	2,4
Entre 15 e 11 anos	16	19,7
Entre 10 e 6 anos	24	29,5
Entre 5 e 1 ano	36	44,4
<b>Escola de Origem</b>		

Pública	58	71,6
Privada	23	28,4
<b>Turno em que estudava</b>		
Diurno	4	4,9
Noturno	77	95,1
<b>Profissão por auto declaração</b>		
Auxiliar Administrativo	4	4,9
Doméstica	5	6,2
Eletricista	6	7,4
Garçom	1	1,2
Gari	1	1,2
Motorista	2	2,5
Pedreiro	2	2,5
Policial Militar	2	2,5
Professor	1	1,2
Segurança Patrimonial	1	1,2
Técnico em Contabilidade	1	1,2
Técnico em Edificações	1	1,2
Vendedor	3	3,7
Não possui	51	63,0
<b>Situação de ocupação atual</b>		
Empregado	12	15,0
Subempregado	49	61,3
Desempregado	19	23,8
<b>Participa de Programa de Transferência de Renda?</b>		
Sim	1	1,2
Não	80	98,8

Fonte: Organização do autor. Cuiabá-MT/2014

Os gráficos 24 a 28, mostram alguns gráficos referentes à Tabela 07.

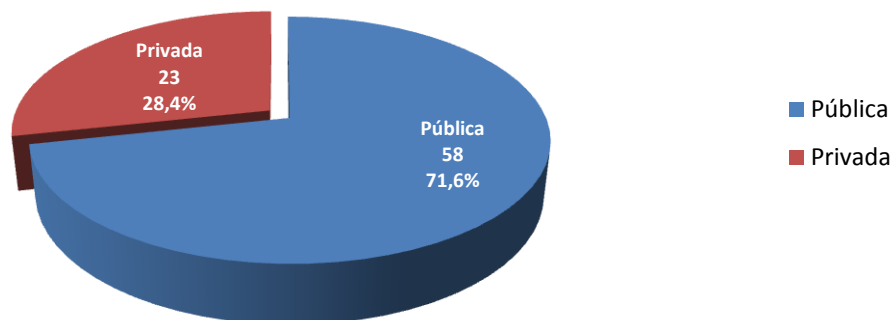
Gráfico 24. Escolaridade dos alunos evadidos



Fonte: Elaboração do autor

Gráfico 25. Escola de origem (alunos evadidos)

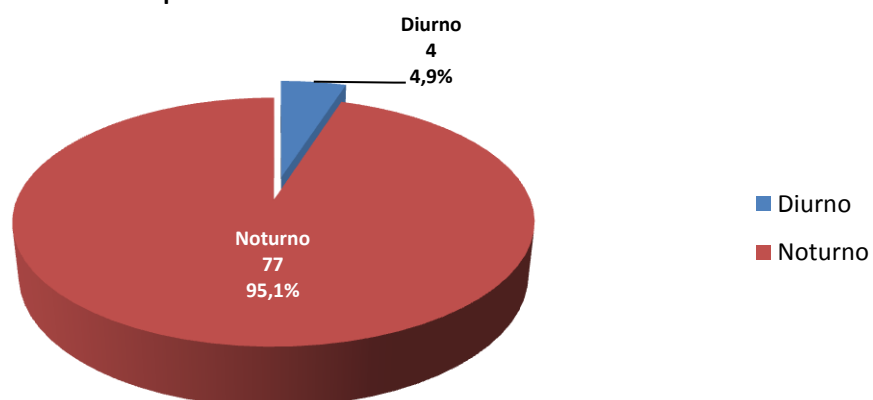
Gráfico 25 - Escola de Origem



Fonte: Elaboração do autor

Gráfico 26. Turno de estudo (escola de origem)

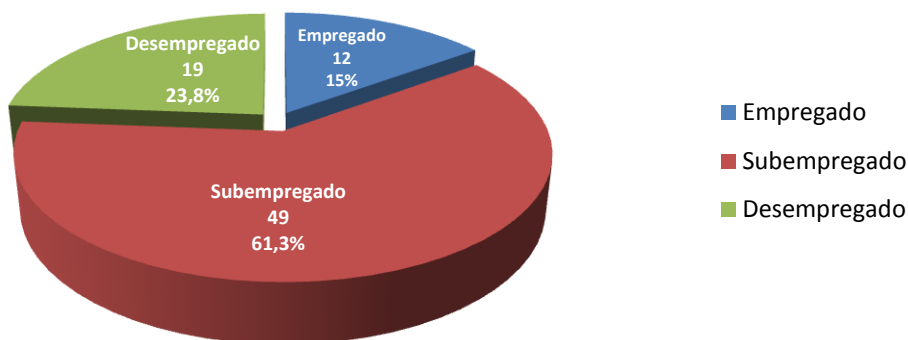
Gráfico 26 - Turno em que Estuda



Fonte: Elaboração do autor

Gráfico 27. Ocupação atual

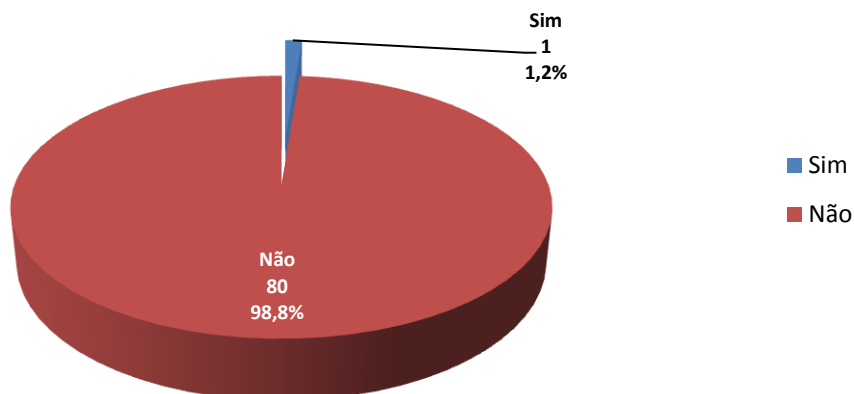
Gráfico 27 - Situação de Ocupação Atual



Fonte: Elaboração do autor

Gráfico 28. Participação em Programa de Transferência de Renda

Gráfico 28 - Programa de Transferencia de Renda



Fonte: Elaboração do autor

Nestes gráficos, os dados de interesse direto de análise são os seguintes. O primeiro se refere à questão da profissão. Verifica-se que 51 (cinquenta e um), o que corresponde a 63% declararam que não possuem profissão definida (por autodeclaração), o que em um primeiro momento justificaria a sua permanência no curso para capacitação em uma área específica, no entanto, verifica-se um alto índice de evasão com respeito a este quesito. Outro ponto, se refere à

questão de que 68 (sessenta e oito), correspondente a 85,1% estão desempregados ou em subemprego, o que também, justificaria a sua permanência no curso, ou seja, necessitam de capacitação para adentrar ao mercado de trabalho com um salário mais compatível para uma melhor qualidade de vida.

Verifica-se também, nesta tabela, que 80 (oitenta) alunos evadidos, ou seja, 98,8%, não participam de programa de renda do governo. A proposta do Pronatec é que os trabalhadores desempregados e que participam de algum tipo de programa de transferência de renda do governo, obrigatoriamente devem participar dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ofertados pelo Pronatec.

A Tabela 8 mostra a visão dos gestores no que diz respeito aos fatores que contribuíram para a evasão e algumas propostas para minimizá-la.

**Tabela 8 – Gestores do Programa** (Coord. Adjunta, Supervisores, Orientadores e Equipe de Apoio).  
Caracterização dos **Fatores que Contribuíram para Evasão Escolar, as Consequências para o Aluno e Instituição, além de Medidas Propostas para Diminuir a Evasão** nos Cursos ofertados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC/IFMT – *campus* Cuiabá, na modalidade de Formação Inicial e Continuada, no ano de 2013. Cuiabá MT. 2014.

Variáveis	N (n = 17)	%
<b>Fatores que Contribuíram para Evasão: N (n = 49)</b>		
Acesso ao trabalho formal	17	34,70
Turno de oferta dos cursos	12	24,50
Dificuldade no deslocamento para escola	5	10,20
Burocracia na execução orçamentária	5	10,20
Gestão operacional do Programa	10	20,40
<b>Consequências para o Aluno: N (n = 42)</b>		
Impedimento em participar do programa no futuro	14	33,33
Perda dos vencimentos (auxílio desemprego) caso seja beneficiário	12	28,57
Dificuldade para ingressar o mercado formal de trabalho	9	21,42
Contribuição para os índices de desemprego	7	16,62
<b>Consequências para a Instituição: N (n = 37)</b>		
Redução do orçamento	17	45,95
Dificuldade em executar o programa	15	40,54
Visibilidade negativa frente ao MEC e Sociedade	5	13,51
<b>Medidas Propostas para Diminuir a Evasão: N (n = 44)</b>		
Oferta dos cursos em outro turno: NOTURNO	16	36,30

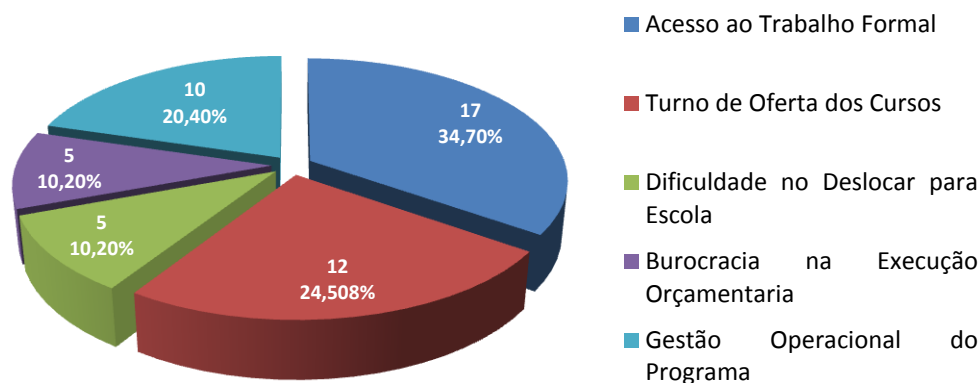


Acompanhamento semanal junto aos alunos	12	27,30
Estimular diariamente os alunos	10	22,70
Melhorar e intensificar a gestão do programa	6	13,70

Fonte: Organização do autor. Cuiabá-MT/2014

Gráfico 29. Fatores que contribuíram para a evasão escolar (visão dos gestores)

Gráfico 29 - Fatores que Contribuíram para Evasão. N (n = 49)

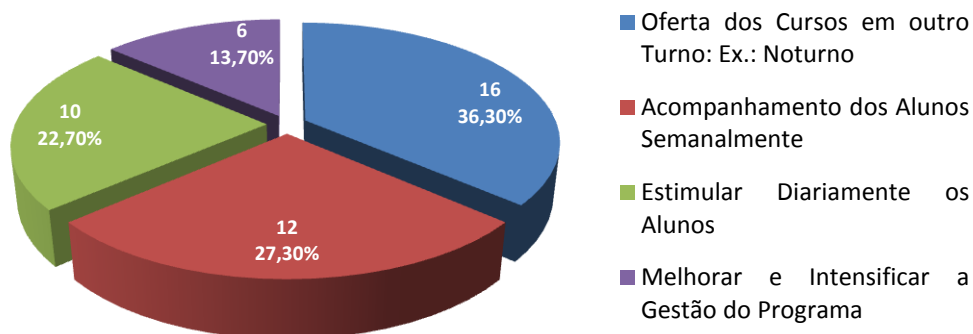


Fonte: Elaboração do autor

Na visão dos gestores, o principal fator que contribuiu para a evasão dos alunos foi o acesso ao trabalho, isto é, o aluno conseguiu um emprego e por esta razão, abandonou a escola. Este fator está diretamente relacionado com o segundo, ou seja, turno de oferta dos cursos. Todos os cursos ofertados foram no período vespertino, o que se conclui que se o aluno obteve algum tipo de emprego, mesmo não formal, haveria a incompatibilidade de horário para que ele pudesse continuar frequentando o curso e em decorrência, a sua conclusão. A sugestão é que, já que os cursos FIC-PRONATEC é para capacitação de trabalhadores, deveriam ser ofertados preferencialmente no período noturno.

Gráfico 30. Propostas para diminuir a evasão escolar (visão de gestores)

Gráfico 30 - Medidas Propostas para Diminuir a Evasão. N (n= 44)



Fonte: Elaboração do autor

Observa-se pelo gráfico que o fator interno que pode contribuir para diminuição da evasão escolar no FIC/PRONATEC é a oferta de cursos no período noturno, o que propiciará aos alunos estudarem no período diurno, o que tornaria mais atrativo para o estudante-trabalhador, uma vez que ele pode ter uma fonte de renda, mesmo estudando.

A Tabela 9 os fatores que contribuíram para a evasão na visão dos docentes que ministraram aulas nos cursos.

**Tabela 9 – Docentes do Programa.**

Caracterização dos **Fatores que Contribuíram para Evasão Escolar, as Consequências para o Aluno, além de Medidas Propostas para Diminuir a Evasão** nos Cursos ofertados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC/IFMT – *campus* Cuiabá, na modalidade de Formação Inicial e Continuada, no ano de 2013. Cuiabá MT. 2014.

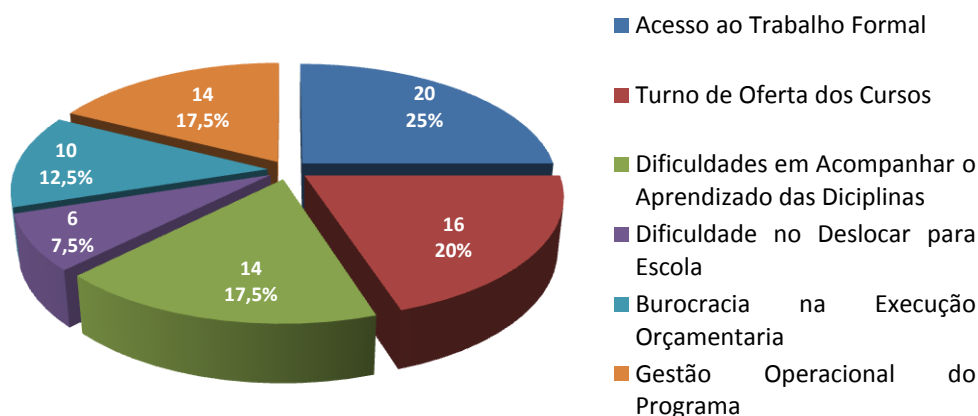
Variáveis	N (n = 22)	%
<b>Fatores que Contribuíram para Evasão: N (n = 80)</b>		
Acesso ao trabalho formal	20	25,00
Turno de oferta dos cursos	16	20,00
Dificuldade em acompanhar o aprendizado das disciplinas	14	17,50
Dificuldade no deslocamento para escola	6	7,50
Burocracia na execução orçamentária	10	12,50
Gestão operacional do Programa	14	17,50
<b>Consequências para o Aluno: N (n = 46)</b>		
Impedimento em participar do programa no futuro	12	26,08
Perda dos vencimentos (auxílio desemprego) caso seja beneficiário	10	21,75
Dificuldade para ingressar o mercado formal de trabalho	15	32,60

Contribuição para os índices de desemprego	9	19,56
<b>Medidas Propostas para Diminuir a Evasão: N (n = 54)</b>		
Oferta dos cursos em outro turno: NOTURNO	20	37,00
Acompanhamento semanal junto aos alunos	10	18,50
Estimular diariamente os alunos	9	16,70
Melhorar e intensificar a gestão do programa	15	27,80

Fonte: Organização do autor. Cuiabá-MT/2014

Gráfico 31. Fatores que contribuiram para a evasão (visão de docentes)

Gráfico 31 - Fatores que Contribuíram para Evasão. N (n = 80)



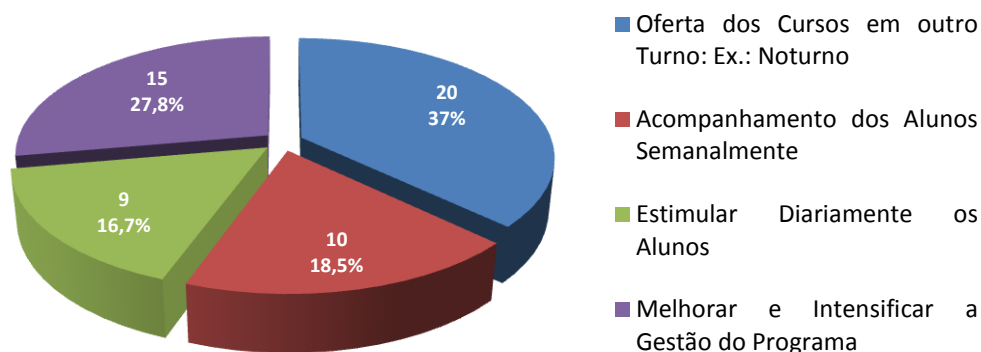
Fonte: Elaboração do autor

Pode-se observar neste gráfico que a visão dos docentes que ministraram aulas nos cursos, praticamente coincidem com aquela dos gestores, ou seja, acesso ao trabalho e turno de oferta dos cursos. A observação é que nas entrevistas feitas com estes docentes, eles colocaram o nível muito baixo de conhecimentos considerados básicos, pelos alunos.

Estas observações foram mais fortemente colocadas pelos professores que ministraram aulas nos cursos de Reparador de Circuitos Eletrônicos e Operador de Computadores, cursos estes que exigiram um conhecimento maior de nível básico no Ensino Médio.

Gráfico 32. Propostas para diminuição da evasão (visão de docentes)

Gráfico 32 - Medidas Propostas para Diminuir a Evasão. N (n = 54)



Fonte: Elaboração do autor

Também neste gráfico, há uma coincidência entre a visão dos docentes e a dos gestores no que diz respeito ao turno de oferta dos cursos. Um aspecto importante proposto pelos docentes se refere ao acompanhamento constante dos alunos, isto permitiria a prevenção de problemas e em decorrência poder evitar que estes abandonem o curso.

A Tabela 10 mostra a visão dos próprios alunos sobre os cursos do FIC-PRONATEC e os fatores que contribuiriam para a evasão.

Tabela 10 – Alunos Evadidos - Caracterização dos Fatores que Contribuíram para Evasão Escolar e Medidas Propostas para Diminuir a Evasão nos Cursos ofertados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC/IFMT – *campus* Cuiabá, na modalidade de Formação Inicial e Continuada, no ano de 2013. Cuiabá MT. 2014.

Variáveis	N (n = 39)	%
<b>Fatores que Contribuíram para Evasão: N (n = 122)</b>		
Acesso ao trabalho formal	30	24,60
Necessidade de trabalho imediato	25	20,50
Turno de oferta dos cursos	34	27,80
Dificuldade no deslocamento para escola	14	11,50
Dificuldade em acompanhar o aprendizado das disciplinas	19	15,60
<b>Medidas Propostas para Diminuir a Evasão: N (n = 64)</b>		

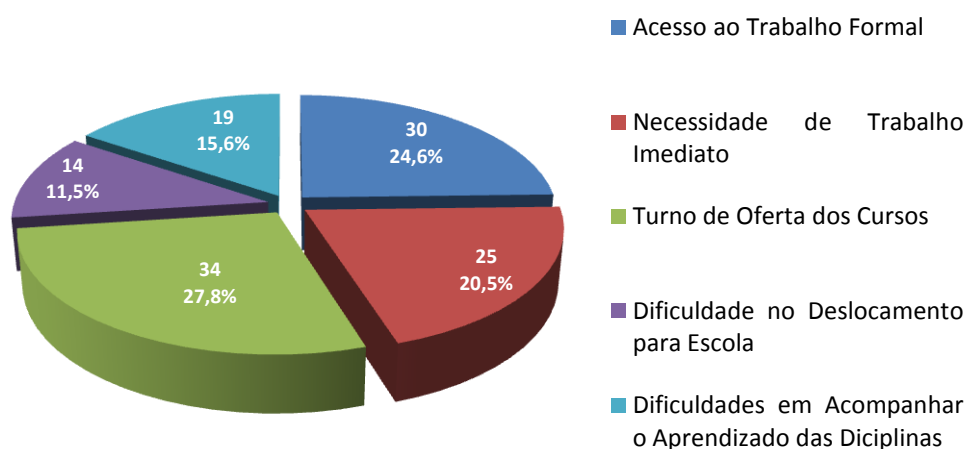
Oferta dos cursos em outro turno: NOTURNO	36	56,20
Oferta de “bolsa” (incentivo financeiro) durante o curso	14	21,90
Estimular diariamente os alunos (curso x mercado de trabalho)	8	12,50
Pontualidade no repasse dos créditos de vale transporte	6	9,40

Fonte: Organização do autor. Cuiabá-MT/2014

Os gráficos 33 e 34 mostram os dados na visão dos alunos evadidos.

Gráfico 33. Fatores que contribuíram para a evasão (visão dos alunos evadidos)

Gráfico 33 - Fatores que Contribuíram para Evasão. N (n = 122)



Fonte: Elaboração do autor

Em relação ao Gráfico 33, foram feitas 39 (trinta e nove) entrevistas com alunos evadidos, podendo-se inferir as seguintes análises.

Um primeiro ponto se refere a que os fatores que contribuíram para a evasão (acesso ao trabalho formal, necessidade de trabalho, deslocamento para a escola e dificuldade de acompanhamento de conteúdos), são fatores externos à escola, ou seja, são situações que não dependem diretamente de intervenções da gestão escolar, inclusive, no que se refere ao deslocamento, o programa Pronatec, oferece o passe livre de ônibus para deslocamento até a escola. Apenas um fator (turno de oferta dos cursos) se refere a fatores internos, ou seja, a instituição pode intervir diretamente.

Observa-se claramente que o principal fator de evasão se refere à necessidade de trabalho. Foram 55 (cinquenta e cinco) abandonos no total, todos diretamente ligados a questões de trabalho, o que vem a confirmar a hipótese de

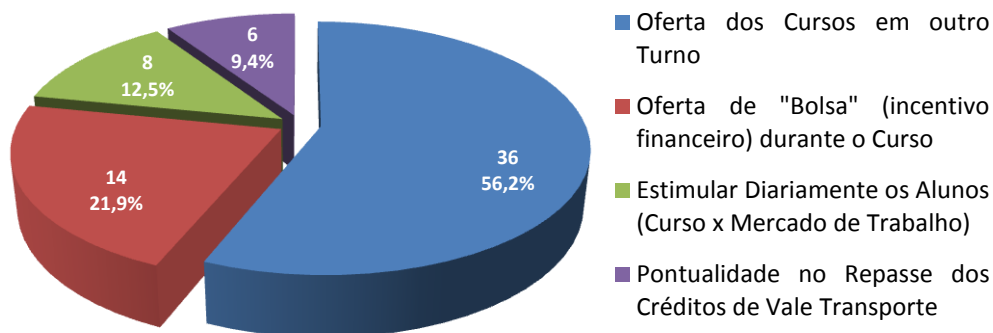
trabalho desta pesquisa, isto é, o grande fator que contribui para a evasão escolar é a necessidade de trabalho, mesmo não sendo trabalho formal (carteira assinada). Outro fator importante apontado pelos alunos foi o turno de oferta dos cursos, conforme já inferido anteriormente. Se o programa FIC-PRONATEC, tem por finalidade a capacitação de trabalhadores, e que em geral, a jornada de trabalho acontece no período diurno, a oferta de cursos deveria ser no período noturno, o que permitiria a possibilidade de trabalho durante o dia.

Um outro ponto importante com 19 (dezenove) colocações, correspondendo a 48,71% (quarenta e oito virgula setenta e um por cento) se refere ao nível dos cursos ofertados. Devido geralmente a que estes trabalhadores não possuem uma formação básica adequada, inclusive muitos deles deixaram de frequentar o ensino formal já há um longo tempo, eles têm dificuldade de acompanhamento dos conteúdos, principalmente dos cursos da área de exatas, que exigem conhecimentos de matemática, física e outras disciplinas da área. O ideal é que estes cursos focassem mais a parte prática, com menos teoria.

A questão do transporte também é um fator importante. Aparece com 14 (quatorze) abandonos, correspondendo a 35,89% (trinta e cinco virgula oitenta e nove por cento) em relação ao número de entrevistados. A questão do transporte é importante, considerando que grande parte destes alunos-trabalhadores, em geral, moram em bairros periféricos mais afastados, o que dificulta o deslocamento, principalmente no que se refere ao tempo de deslocamento.

Gráfico 34. Propostas para diminuir a evasão escolar (visão dos alunos)

Gráfico 34 - Medidas Propostas para Diminuir a Evasão. N (n = 64)



Fonte: Elaboração do autor

Também os alunos, colocaram como proposta para diminuir a evasão é a oferta de cursos no período noturno, conforme comentado anteriormente. Um outro aspecto, colocado pelos alunos se refere a oferta de “bolsa-incentivo”, o que está fora da competência da gestão da instituição. A lei e demais legislações não preveem este tipo de auxílio, a oferta é apenas de merenda escolar, material pedagógico e vale transporte. No que diz respeito ao estímulo de mercado de trabalho, em geral, os docentes já fazem uma interface do curso com as possibilidades de mercado de trabalho, inclusive, a instituição promove palestras periódicas com várias outras instituições que tratam do tema educação x mercado de trabalho.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer deste trabalho, verificamos que a política para a educação no Brasil ao longo de sua trajetória mostra-se historicamente desarticulada, sofrendo mudanças e adaptações aos modelos de organização e desenvolvimento exigido pelo setor produtivo capitalista, revelando seu caráter de contenção aos anseios da classe trabalhadora.

Historicamente, a educação brasileira traz consigo a marca da dualidade estrutural que se caracteriza pela existência de tipos diferentes de escola para classes sociais distintas. Nessa lógica, constatamos, por exemplo, que a organização do trabalho escolar, dependendo do contexto sócio-político e econômico do país, assumem características diferenciadas, tendo em vista as exigências postas ao processo de produção.

Nesse sentido, observamos que as práticas educacionais desenvolvidas especialmente nas escolas públicas brasileiras, tornaram-se um meio de aperfeiçoar a produtividade da empresa em detrimento do trabalho que agora é ainda mais explorado, sob o discurso da responsabilidade, cooperação, espírito de iniciativa, capacidade de prevenção, entre outras características peculiares a nova organização do trabalho que se estende aos diversos setores sociais.

Portanto, segundo vários autores citados neste texto, não se pode ignorar a importância da educação como pressuposto básico para o enfrentamento do mundo do trabalho. Não se deve também reduzi-la à mera formação para o

emprego em um sentido economicista. Deve-se reconhecer o trabalho como princípio educativo, principalmente sua construção histórica e de difusão da cultura da sociedade. O argumento é que essa relação é importante para o enfrentamento das instabilidades do mundo contemporâneo, sem reduzir as pessoas a meros fatores econômicos, alienando o direito delas em se reconhecerem e se realizarem plenamente como seres humanos.

Acreditamos que a formação para o trabalho deva se constituir como uma das dimensões educativas do processo de formação humana, um direito social que deve ser incorporado aos projetos de escolarização de nível médio e fundamental, aos jovens e adultos pertencentes aos grupos populares. Pode-se sintetizar que a educação profissional é um campo de disputas e de negociação entre os diferentes grupos que compõem uma sociedade, desvelando as reformas de ensino, das concepções, dos projetos e das práticas formativas.

Observamos, que a LDB de 1996, dedica um capítulo especial à educação profissional, o Cap. III do Título V, com quatro artigos. Interpretando os mandamentos constitucionais, em especial o seu art. 40, que será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. O princípio da educação profissional está em "sua especificidade que, ao mesmo tempo, deve estar articulada com a educação básica - a educação profissional de nível técnico deve, portanto, articular-se com o ensino médio".

Assim, uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, reservou espaço especial à Educação Profissional, considerada como um fator estratégico de competitividade e desenvolvimento humano na nova ordem econômica mundial. A partir desse momento, idealizou-se um Sistema Nacional de Educação Tecnológica que engloba todas as escolas técnicas públicas e as instituições particulares da rede (o Sistema S), que historicamente têm prestado serviços à educação tecnológica. O projeto de reforma do ensino médio e profissional acabou por configurar um desenho que ratifica a separação entre as formações discutidas ao longo deste texto.

A formação profissional em si veio ao encontro dos anseios e interesses imediatos dos empresários e das recomendações dos órgãos internacionais, como o Banco Mundial, distanciando-se das perspectivas democráticas



defendidas pela sociedade civil. Foram diversos projetos no âmbito da sociedade, dos próprios empresários industriais. Porém, oficialmente, a reforma dos ensinos médio e profissional do governo FHC, anunciou como seu objetivo prioritário a melhoria da oferta educacional e sua adequação às novas demandas econômicas e sociais da sociedade globalizada, portadora de novos padrões de produtividade e competitividade.

Ao final dos dois mandatos de FHC, uma profusão de programas sociais e educativos que buscavam atender a públicos focalizados, revelaram uma enorme dispersão de políticas temporárias que se afirmavam como políticas de governo mais do que de Estado, cujas bases institucionais de controle social não estavam bem definidas. Um exemplo é o Plano Nacional de Educação (PNE: 2001-2010), ser considerado uma política de governo em virtude principalmente da sua imposição à sociedade, o que culminou com a sua ineficácia como instrumento de planejamento estratégico e de longo prazo da nossa educação.

Cabe ressaltar que as principais medidas do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, estabeleciam, de forma inequívoca, a dualidade entre ensino médio acadêmico e ensino técnico, claramente posta no Decreto nº 2.208/1997, do Ministério da Educação, que separava o Ensino Médio do Ensino Técnico nas Escolas Técnicas.

As políticas do governo Lula trouxeram a marca dos setores que lhe deu sustentação, mas em muitos casos, deu continuidade às do governo anterior, reformulando-as, mas sem conseguir uma ruptura com as concepções daquele governo. Os primeiros anos do Presidente Lula (2003-2006), na verdade, foram um continuísmo do que já era desenvolvido anteriormente em diversos campos da política estatal, inclusive no campo educacional. Observou-se a mesma fragmentação e descontinuidade da década passada, sendo que foram poucas as políticas amplas no atingimento e dirigidas ao conjunto da população. Autores como Frigotto e outros, também concordam que não se realizaram, principalmente no primeiro mandato, as mudanças estruturais na sociedade e na educação.

No entanto, a nossa leitura é que a substituição do Decreto nº 2.208/97 que reformulou o ensino técnico pelo Decreto nº 5.154/04, estabeleceu um salto de qualidade na educação nacional. Este Decreto em seu art. 1º, expõe que

educação profissional será desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; técnica de nível médio e, tecnológica de graduação e de pós-graduação. Em seu art. 2º, ratifica que deverão ser observadas as seguintes premissas: organização por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica; articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego e da ciência e tecnologia.

Na segunda gestão do governo, houve um esforço considerável em abarcar diferentes ações em políticas articuladas. Na área da educação, um exemplo é o Plano de Ações Articuladas que reuniu várias ações destinadas à melhoria da qualidade nas escolas, em um programa a ser gerido em colaboração entre União, Estados e Municípios.

Nesse contexto, aparece o PRONATEC, no governo de Dilma Rousseff como alternativa para expansão do ensino técnico, capacitação profissional e emprego, sendo também um programa que reúne em um grande guarda-chuva várias ações, muitas das quais que já vinham acontecendo. Por este lado, pode ser entendido dentro deste esforço de superar a pulverização e fragmentação das ações. No entanto, guarda muitas das fortes características das políticas do governo FHC.

A concepção que pauta o PRONATEC é a urgência de preparação para o mercado de trabalho, apoiado nos mesmos pressupostos do PLANFOR: a linearidade entre formação e colocação no mercado de trabalho, a estreita articulação entre público e privado, com ênfase no Sistema S, cursos de formação aligeirados (caso dos cursos de formação inicial e continuada com carga horária variando entre 160 e 400 horas), voltados estritamente para a preparação restrita para ocupação imediata de postos de trabalho.

Novamente, e desta vez talvez com mais força, aparecem as demandas imediatas do mercado de trabalho: aos trabalhadores cabe novamente preparar-se para se adaptar às suas demandas, e às políticas públicas cabe, mais do que oferecer-lhes uma formação, oferecer imediatamente a um país em franco desenvolvimento econômico, mão de obra qualificada para que um suposto “apagão de mão de obra” não venha a impedir esse crescimento.

O que observa é que a intervenção dos governos na atualidade não se dá

pela falta de políticas públicas, mas pelo excesso e pulverização das mesmas, porém visando a uma inclusão, com o sentido de periférica, e não a uma real integração.

No entanto, como se observou ao longo deste texto, a grande oferta de vagas do programa está concentrada nos cursos de formação inicial e continuada, conforme demonstram os números mostrados ao longo do texto, divulgados pelo Ministério da Educação em dezembro de 2012, ou seja, das 2.521.418 vagas disponibilizadas pelo programa em 2012, 1.732.439 foram destinadas aos cursos de Formação Inicial e Continuada e 788.979 em cursos técnicos (sendo 252.716 oferecidas na rede federal).

Em termos percentuais, temos 68,71% das vagas do PRONATEC concentradas em cursos de curta duração e apenas 31,29% em cursos técnicos que elevam a escolaridade.

Assim, o PRONATEC passa a constituir quase que uma escola paralela que têm suas próprias regras, seus próprios professores, seus próprios sistemas de matrícula e processo seletivo. Uma escola com vida própria que orbita os Institutos Federais, mas não se submete completamente aos seus regramentos e projetos políticos.

Cabe ainda, investigar a qualidade dos cursos oferecidos e se sua estrutura está adequada ao público que pretende atingir, obter dados sobre a evasão e o quanto estes cursos têm representado para os alunos. O certo, é que a sua recente implementação ainda não nos permite estudos que indiquem resultados concretos, mas os dados gerais já nos permitem algumas inferências reiterando-se que a formação do trabalhador deve caminhar em uma dimensão efetivamente humana, superando uma formação técnica mecanicista, o que só é possível quando se percebe o trabalho como princípio educativo.

A formação profissional técnica é um caminho pelo qual o conhecimento científico produzido é legitimado socialmente ao longo da história, adquirindo o sentido de força produtiva para o trabalhador, traduzido em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão de conhecimentos científicos e tecnológicos básicos.

Acreditamos que não é possível conceber uma política de educação básica e profissional para jovens e adultos e trabalhadores nos mesmos moldes da

educação regular em termos de duração, tempos e espaços curriculares, conteúdos e abordagem pedagógica, porém, tal situação não é para diminuir conteúdos e qualidade, ou mesmo negligenciar as finalidades e os objetivos educacionais em relação àqueles que cursam a educação geral em idade regular.

A construção coletiva do conhecimento deve ser a partir da socialização dos diversos saberes e experiências trazidas pelos diferentes sujeitos.

A política que vigorou no governo da Presidente Dilma (2011-2014) em dobrar o número de escolas técnicas, reforça as diferenças sociais e a criação de estratificações internas, que, por sua vez, dão a impressão de se estar em uma sociedade democrática, daí, concluir-se que faz todo o sentido quando vivemos no Brasil, um mercado de trabalho em franco desenvolvimento e emergente, o que exige trabalhadores polivalentes e capazes de atuar em diferentes setores e áreas de empresas ou organizações. Acredita-se numa formação sólida capaz de assegurar esse caminho, por isso, as políticas de Estado para a educação brasileira devem reiterar a formação ampla e continuada do cidadão.

A história da educação profissional no Brasil teve uma lógica na construção histórica da sociedade ocidental, procurando acompanhar, um pouco distante e atrasada, o desenvolvimento econômico mundial. O trabalho, característica do ser humano, faz par constante com sua busca por inserção da vida em sociedade, alimentando a possibilidade de ascensão social com o seu reconhecimento como cidadão pleno, atuante e útil, transmissor e receptor ativo de sua cultura.

Por outro lado, no que diz respeito à questão da evasão escolar, foco deste trabalho, o que se pode dizer é que o primeiro passo para combater este problema é a elaboração de um diagnóstico fidedigno, ou seja, conhecimento dos fatores estruturais que a determinam. Conforme citado em Barbosa (2011), quando se trata de combate à evasão, duas frentes devem ser atacadas. A primeira se refere a ações imediatas, de curto prazo, que busquem resgatar o aluno evadido, e a segunda, relaciona-se à reestruturação interna da escola: currículo, formas de avaliação adequada, turno de oferta de cursos, laboratórios e espaço físico.

Outro aspecto importante se refere a fazer levantamentos e monitoramentos constantes envolvendo questões como: quem são os alunos que mais faltam? Quais as suas dificuldades? O que a escola pode fazer? Dentre

outras questões e ações conjugadas.

A formação do estudante-trabalhador-cidadão é fundamental para a sua mobilidade social e no mundo do trabalho, principalmente quando se refere a uma formação técnica de qualidade que atenda às demandas do mundo do trabalho. Com certeza, a evasão escolar tem sido um dos grandes vilões que afligem as instituições formadoras. A busca na identificação de causas e consequências tem sido objeto de estudos e pesquisa na área da educação, porém, no caso específico da Pronatec, por ser um programa muito novo, muito pouco se tem encontrado sobre pesquisas envolvendo a evasão escolar nestes cursos.

O objetivo deste trabalho foi identificar as possíveis causas da evasão escolar nos cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e emprego, ofertados pelo Instituto Federal de Mato Grosso - *Campus* Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva.

Dentre os resultados mais importantes obtidos se destacam:

- Necessidade de trabalho
- Turno de oferta de cursos
- Transporte
- Formação básica

Uma primeira análise a estes fatores que apareceram como principais na pesquisa, observa-se que três deles (necessidade de trabalho, transporte e formação básica), são fatores externos à escola, e apenas um deles (turno de oferta de cursos), se constitui como um fator interno à escola, ou seja, poderia ou pode ter interferência direta da instituição através de seus projetos pedagógicos.

Portanto, o fator que mais contribui para a evasão escolar, segundo identificado neste estudo, é a necessidade de trabalho, ou seja, o aluno-trabalhador, abandona a escola para trabalhar, o que vem a confirmar a hipótese de trabalho apresentada.

Outros fatores se apresentam como importantes, no entanto, para o objetivo e a hipótese de trabalho deste estudo, pode-se afirmar que elas são complementares e não excludentes, o que seria tema de um outro estudo.

Portanto, de acordo com os resultados obtidos e sua análise, observa-se que o estudo da evasão escolar se apresenta de maneira bastante complexa, influenciada por diversos fatores de origem interna e externa à escola. Das

entrevistas realizadas, ficou evidente que os alunos evadidos têm consciência da importância da formação e capacitação, no entanto, devido a fatores de necessidade imediata, eles abandonam a escola. Há que se estabelecer ações pedagógicas, metodológicas e políticas governamentais claras, que possam minimizar os fatores que contribuem para a evasão escolar.

Finalizando, a evasão escolar é um tema presente no cotidiano do sistema educacional brasileiro, necessitando de um tratamento constante e diário na busca de soluções possíveis. Esperamos que os dados e as reflexões apresentadas, em especial no que diz respeito ao Pronatec, possam contribuir para propostas e soluções futuras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cristiane Silva. **A relação entre trabalho e educação no Brasil**. João Pessoa: IX Seminário nacional de estudos e pesquisas “História, sociedade e educação no Brasil”. João Pessoa: 31/07 a 03/08/2012 - Anais Eletrônicos - ISBN 978-85-7745-551-5

ARANHA, M. L. de A. **História da Educação e da Pedagogia, Geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.

ARRUDA, M. da Conceição Calmon. **Qualificação x competência**. Boletim Técnico do Senac. Rio de Janeiro: Senac, v. 26, n. 2, mai-ago, 2000

ÁVILA, Fernando Bastos. **Pequena enciclopédia de moral e civismo**. Brasília/DF: MEC, 1992.

BARBOSA, Joaquim de Oliveira. **Competências na educação? Educação com competência? Novas perspectivas para os educadores**. São Paulo: Revista Técnica FIPEP, n. 3, jun./2002, p. 24-46.

\_\_\_\_\_. **Ciência, tecnologia e cidadania: um trinômio (não quadrado) imperfeito em busca de ressonância frente aos desafios do Centro Federal de Educação e a educação tecnológica em Mato Grosso**. Cuiabá: IE/UFMT. Tese de Doutorado, 2004.

\_\_\_\_\_. **O “gap” entre o perfil profissional dos estudantes formados pelo CEFET-MT e as demandas do mercado de trabalho**. Profiscientia. Cuiabá/MT: Periódico Multidisciplinar do IFMT - Campus Cuiabá, n. 4, 2009, p. 55-77.

\_\_\_\_\_. **Identificação e análise dos fatores determinantes da evasão escolar no Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial do IFMT - Campus Cuiabá - 2004 a 2010**. Cuiabá/MT: Profiscientia, n. 6, p. 69-91, 2011

BLENGINI, A. P. **As políticas públicas de Ensino Médio Integrado do governo Lula: aproximações preliminares**. V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, Educação e Emancipação Humana – UFSC – Florianópolis – SC – Brasil. Abril de 2011.

BONFIM, Silvana Vanessa Martins da Silva. **A problemática da evasão de estudantes vinculados ao PROEJA no IF baiano - Campus Guanambi**. Rio de Janeiro: UFRRJ. Dissertação de Mestrado, 2012.

BRASIL. Planalto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica**. Brasília: 2009,

\_\_\_\_\_. Planalto. **Lei nº 12.513/2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Planalto. **Decreto nº 7.589/2011**. Institui a Rede e-Tec Brasil.

\_\_\_\_\_. Planalto. **Resolução nº 62/2011**. Estabelece critérios e procedimentos para descentralização de créditos orçamentários às instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica visando a oferta de bolsa-formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)

\_\_\_\_\_. Planalto. **Portaria nº 1.568/2011**. Institui o Guia Pronatec dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 1.569/2011**. Fixa diretrizes para execução da bolsa-formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 61/2011**. Estabelece orientações, critérios e procedimentos para transferência de recursos financeiros para a oferta de bolsas-formação em cursos de educação profissional e tecnológica vinculados aos sistemas nacionais de aprendizagem no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).



\_\_\_\_\_. **Resolução nº 72/2011**. Altera a Resolução CD/FNDE nº 62/2011

\_\_\_\_\_. FNDE. **Resolução nº 04/2012**. Altera a Resolução CD/FNDE nº 62/2011.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Força de trabalho. In: **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: 1987.

CASSIOLATO, Maria Martha M. C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **PRONATEC: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Textos para discussão, 2014

CASTELO BRANCO, V. R. **Aprendizagem organizacional, gestão do conhecimento e Universidade Corporativa: Instrumentos de um mesmo construto**. Faculdade Anchieta, 2008.

CÊA, G. S. S. A reforma da educação profissional e o ensino médio integrado: perspectivas, tendências e riscos. **O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2007.

CIAVATTA, M. Formação integrada: caminhos para a construção de uma escola para os que vivem do trabalho. **O ensino médio integrado à educação profissional: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná** / Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Profissional. Curitiba: SEED – PR, 2008.

CIAVATTA, M., FRIGOTTO, G., RAMOS, M. (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

CIAVATTA, M; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e Fragmentação. **Revista Retratos da Escola**. Brasília: v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun., 2011.

CUNHA, Luiz A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

DEITOS, R. A. XAVIER, M. E. S. P. Estado e Política Educacional no Brasil. **Estado, Desenvolvimento, Democracia & Políticas Sociais**. Cascavel: Edunioeste, 2006.

ENGUITA, Mariano. **Trabalho, escola e ideologia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FARDIN, V. L. **Tecendo análises sobre o trabalho docente nos ciclos de formação da escola plural**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2003. Dissertação de Mestrado em Educação

FERREIRA, Almiro de Sá. **Profissionalização dos excluídos: a Escola de Aprendiz e Artífices da Paraíba (1910 - 1940)**. Paraíba: Almiro Sá Correa, 2002, 94 p.

FERREIRA, E. B., GARCIA, S. R. de O. O ensino médio integrado à educação profissional: um projeto em construção nos estados do Espírito Santo e do Paraná. **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

FERRETTI, Celso João; JÚNIOR, João dos Reis Silva; OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961. v.1.

FRANZOI, Naira Lisboa et all. **Proeja e Pronatec: ciclo de políticas, políticas recicladas**. Porto Alegre: Artigos. Políticas Educativas, v. 6, n. 2, p. 84-100, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n.5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

\_\_\_\_\_. Projeto societário, ensino médio integrado e educação profissional: o paradoxo da falta e sobra de jovens qualificados. **O ensino médio integrado à educação profissional: concepções e construções a partir da implantação na rede pública estadual do Paraná**. Curitiba: SEED – PR, 2008.

\_\_\_\_\_. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe**. Revista Brasileira de Educação, v.14 nº 40 jan/abr. 2009.

\_\_\_\_\_. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Fundação Oswaldo Cruz, 2010b.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, M. (Org.). *A experiência do trabalho e a educação básica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

GARCIA, S. R. de O. **A educação profissional integrada ao ensino médio no Paraná: avanços e desafios**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. Tese de Doutorado.

GHIRALDELLI Jr., P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

GIANINI, R. **O ensino profissional no Brasil: das artes e ofícios dos tempos coloniais ao fim da República Velha**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere**. 3. ed. Tradução de Noênio Spínola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

HELOANI, José Roberto. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

HONORATO, Hercules Guimarães. **O Projeto Soldado Cidadão como Política Pública de Inserção do Jovem no Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2012. Dissertação de Mestrado.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil). **A educação nas mensagens presidenciais (1890 – 1986)**. Brasília: 1987

KOSIK, K. **A dialética do concreto**; tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**. 10. ed., 7 reimp. Trad. Bazán Tecnologia e Linguística, revisão técnica Arão Sapiro. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KUENZER, A. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão**. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KUNZE, Nádya Cuiabano. **A escola de aprendizes e artífices de Mato Grosso (1909 - 1941)**. Cuiabá: CEFETMT, 2006.

\_\_\_\_\_a. Escola de Aprendizizes Artífices de Mato Grosso: a organização de uma escola de ofícios. In: **Instituições educativas na sociedade disciplinar brasileira**. NUNES, Clarice; PALHARES SÁ, Nicanor (orgs.). Cuiabá: EdUFMT, 2006, 188 p.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010

LIMA FILHO, D. L. **Educação, processos produtivos e projetos de sociedade: desafios para a construção de uma política pública para os que vivem do trabalho**. O ensino médio integrado à educação profissional: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná. Curitiba: SEED – PR, 2008.

LIMA, M. **Perspectivas e riscos da Educação Profissional do Governo Dilma: Educação Profissional Local e antecipação ao Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (PRONATEC)**. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em educação - ANPED, 34, p. 1-16, 2011, Natal.

LÜSCHER, A. Z.; DORE, R. **Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar**. Brasília/DF: RBPG, v.8, p. 147-176, dez. 2011. Disponível em <http://www2.capes.gov.br>. Acesso em 17/09/2014.

MACHADO, L. R. de S. **A Carta de 1988 e a educação profissional e tecnológica: interpretação de um direito e balanço aos vinte anos de vigência**. Competência: Revista da Educação Superior do Senac-RS, v. 1, p. 11-28, 2008.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, K; ENGELS, F. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MOTTA, Astrid Maciel. **A produção do conhecimento socialmente robusto no contexto da educação e do trabalho: inserção de moradores em comunidades do Rio de Janeiro no mercado de trabalho formal**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. Dissertação de Mestrado

MOURA, D. H; LIMA FILHO, D. L; SILVA, M. R. **Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira**. 35ª Reunião da ANPED – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Porto de Galinhas: 2012.

OLIVEIRA, M. A.M. **Políticas Públicas para o Ensino Profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2003.

OLIVEIRA, Herbert Alves. **O PRONATEC no IFS - Campus Lagarto: um olhar juvenil sobre o programa**. Sergipe: IFS, GT1 - Educação de Crianças, Jovens e Adultos, 2009

PEREIRA, Getúlio. **As políticas públicas e o atendimento ao adolescente em conflito com a lei nos municípios de Porto União-SC e União da Vitória-PR**. Universidade do Contestado - UnC. Canoinhas: 2014. Dissertação de Mestrado

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PINTO, Leila Teresinha Corbari. **Educação profissional no Brasil (2003 – 2012): Uma análise das categorias trabalho e empregabilidade presentes no PROEJA, e-TEC e PRONATEC**. Cascável/PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2013. Dissertação de Mestrado.

POCHMANN, M. **Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** Revista Educação e Sociedade, v.25, n.87, p.383-399, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 21 janeiro 2015.

QUELUZ, Gilson Leandro. **Concepções de Ensino Técnico na República Velha (1909 - 1930)**. Curitiba: CEFET-PR, 2000, 270 p.

RAMOS, M. N. **Concepção de Ensino Médio Integrado** – texto apresentado em Seminário promovido pela secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 8 e 9 de maio de 2008.

RIBEIRO, F. B. **Porque as pessoas procuram emprego mas não querem trabalho?** 2012. Disponível em: [www.rhportal.com.br/artigos](http://www.rhportal.com.br/artigos). Acesso em 25/07/2014.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1978.

SALDANHA, Letícia de Luca Wollmann. **O Pronatec e a relação Ensino Médio e Educação Profissional**. IX ANPED SUL. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Porto Alegre: 2012.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, v.12, n.34, jan./abr. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/>. Acesso em: 21 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. **A nova Lei da Educação**: trajetória, limites e perspectivas. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCACCHETTI, Fábio Alexandre Pereira. **Motivação e uso de estratégias de Aprendizagem no ensino técnico profissional**. Universidade Estadual de Londrina, 2013. Dissertação de Mestrado.

SEVERNINI, E. R.; ORELLANO, V. I. F. **O efeito do ensino profissionalizante sobre a probabilidade de inserção no mercado de trabalho e sobre a renda no período pré-planfor**. 2010. Disponível em: [www.anpec.org.br/](http://www.anpec.org.br/). Acesso em 17/09/2014

SILVA FILHO, Roberto Leal et all. **A evasão no ensino superior brasileiro**. In: Fundação Carlos Chagas. Caderno de Pesquisa [s.l.], v. 37, n. 132, set./dez, 2007

SILVA, J. X. da. **Geoprocessamento e análise ambiental**: aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 179-215.

SILVA, M. R. **Tecnologia, trabalho e formação na reforma curricular do Ensino Médio**. Caderno de pesquisa v.39, n.137, p.441-460, maio/ago.2009.

SOARES, Andrei et al. **Pronatec: consolidação do direito à educação profissional e tecnológica**. In: PACHECO, E.M; MORIGI, V. (org). Ensino técnico, Formação Profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil. Porto Alegre: Tekne, 2012.

SPÓSITO, M. **O povo vai à escola**. São Paulo, Loyola, 1984.

VIEZZER, Moema. **O problema não está na mulher**: São Paulo: Cortez, 1989.

VIRIATO, Edaguimar O.; FAVORETTO, Aparecida. **Currículo Integrado e o método dialético no ensino: entre limites e possibilidades**. Produção do conhecimento no PROEJA: cinco anos de pesquisa. 1. ed. Curitiba: Ed. UTFPR, 2012.

XAVIER, M.E.S.P. **Capitalismo e Escola no Brasil: a Constituição do liberalismo em ideologia educacional e as Reformas do Ensino (1931-1961)**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

WEINSTEIN, B. **(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez: Universidade São Francisco, 2000.

ZANARDINI, I. M. S. **A ideologia da pós-modernidade e a política de gestão educacional brasileira**. Campinas: Faculdade de Educação/Unicamp, 2006. Tese de Doutorado em Educação.

ZIBAS, D. M.L. Breves anotações sobre a história do Ensino Médio – **Ensino Médio e Ensino Técnico no Brasil e em Portugal – raízes históricas e panorama atual – Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: Psicologia da Educação**, PUC/SP (org.) – Campinas/SP: Autores Associados, 2005. (Coleção contemporânea).

WITTACZIK, Lidiane Soares. **Educação profissional no Brasil**. Florianópolis: E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, v. 1, n. 1, p. 77-86, 2008

## **ANEXOS**



**ANEXO I**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL – MESTRADO**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E AUTORIZAÇÃO PARA**  
**PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS DO INFORMANTE DE PESQUISA – RESOLUÇÃO CNS**  
**196/96**

Apresentamos a você o Projeto de Pesquisa com o título: **“EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA - FIC/PRONATEC NO IFMT – CAMPUS CUIABÁ CEL. OCTAYDE JORGE DA SILVA”**, sob a responsabilidade do pesquisador Marcos André da Silva e a pesquisadora orientadora professora Dr<sup>a</sup>. Irenilda Ângela dos Santos. Você está sendo convidado/a para participar dessa pesquisa por ter participado do curso de Formação Inicial e Continuada (FIC)/PRONATEC, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT - Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva, no ano de 2013, local escolhido para a pesquisa, porém, a sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Este trabalho é uma forma de avaliação para que o pesquisador receba o título de Mestre em Política Social, através do Curso de Mestrado em Política Social, Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

**O objetivo desta pesquisa é “analisar o processo de evasão escolar nos cursos FIC/PRONATEC do IFMT, Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva”.** Para o alcance dos objetivos propostos, serão realizadas entrevistas e aplicação de questionário com uma amostra dos alunos(as), onde serão feitas algumas perguntas sobre o motivo de ter evadido do curso, relacionamento com o curso e colegas e demais relações e contextos sociais vivenciados pelo(a) aluno(a) e que podem estar relacionados com a evasão escolar. **O pesquisador se compromete em fornecer a cada participante todos os esclarecimentos sobre a entrevista e também uma cópia para leitura e discussão, antes de cada entrevista, da resolução 196/96 outorgada pelo Decreto n.º 933 de 14 de janeiro de 1987, que trata sobre a pesquisa com a participação de seres humanos.**

Sua participação nessa pesquisa poderá contribuir com a formação de dados sobre a realidade social de trabalhadores que buscam a capacitação profissional no programa do Governo Federal, o PRONATEC, como também a reflexão sobre a temática da evasão escolar nestes cursos e com a discussão, planejamento e execução de políticas sociais e políticas públicas sobre a educação profissional de trabalhadores.

As informações recebidas durante as entrevistas serão gravadas e depois escritas para divulgação da pesquisa, porém, nos comprometemos a não informar o nome das pessoas entrevistadas, mas utilizaremos códigos (codinome, apelidos) quando se fizer necessário.

Ao término da pesquisa, as informações recebidas através das entrevistas serão arquivadas, sob responsabilidade do pesquisador durante cinco anos, não podendo ser utilizado para futura pesquisa e após esse período as entrevistas serão destruídas. Você receberá uma cópia deste termo, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação com o pesquisador principal Marcos André da Silva, pelo telefone: (65) 3318-1472.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Irenilda Ângela dos Santos

Pesquisadora Responsável

Marcos André da Silva

Mestrando

## ANEXO II



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL - MESTRADO**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E AUTORIZAÇÃO**  
**PARA PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS DO INFORMANTE DE PESQUISA –**  
**RESOLUÇÃO CNS 196/96**

**CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO**

Após a leitura e discussão da resolução 196/96 outorgada pelo Decreto n.º 933 de 14 de janeiro de 1987 que trata sobre a pesquisa com a participação de seres humanos e também pela apresentação da pesquisa, seus objetivos e benefícios da pesquisa, eu \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) à Rua/Av. \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, Profissão \_\_\_\_\_.

**Aceito** colaborar com a pesquisa, respondendo às questões da entrevista na condição de voluntário e estou ciente que minha identidade será mantida em segredo, que poderei desistir da participação a qualquer momento da entrevista, cancelando este consentimento e autorização para publicação das informações que darei, sem que isto me traga qualquer prejuízo e/ou constrangimento, pois as informações serão utilizadas somente para a pesquisa em questão. Portanto autorizo a pesquisadora a gravar a entrevista e também escrevê-la para fazer parte da pesquisa ou servir de informações para que possa alcançar os objetivos do trabalho. Sendo que, a pesquisadora se compromete em devolver a entrevista escrita, para que eu possa ver, criticar, alterar, autorizar ou desautorizar a utilização.

Cuiabá/MT \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a entrevistado/a

## ANEXO III



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL - MESTRADO**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E AUTORIZAÇÃO**  
**PARA PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS DO INFORMANTE DE PESQUISA –**  
**RESOLUÇÃO CNS 196/96**

**CONSENTIMENTO PÓS-GRAVAÇÃO DA ENTREVISTA**

Após a leitura da entrevista por gravação de voz, que forneci à Marcos André da Silva, responsável pela pesquisa com o título: Evasão escolar nos cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC/PRONATEC no IFMT – *Campus* Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva, eu \_\_\_\_\_, residente e domiciliado (a) na Rua/AV. \_\_\_\_\_ n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade: \_\_\_\_\_, Estado: \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Telefone: \_\_\_\_\_, Profissão: \_\_\_\_\_, autorizo o pesquisador a utilizar a entrevista gravada e escrita para fazer parte da pesquisa ou servir de informações para que possa alcançar os objetivos do trabalho. Sendo que respondi às questões da entrevista na condição de voluntário e estou ciente que minha identidade será mantida em segredo, que poderei desistir da participação a qualquer momento da pesquisa, sem que isto me traga qualquer prejuízo e/ou constrangimento, pois as informações serão utilizadas somente para a pesquisa em questão.

Cuiabá/MT, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

---

Assinatura do/a entrevistado/a

**ANEXO IV**  
**MODELO DE ENTREVISTA UTILIZADA**

**01 – QUESTIONÁRIO PARA GESTORES**

01 – O senhor(a) sabe qual o índice de evasão escolar na Instituição/Curso que administra?

02 – No caso específico dos cursos FIC/PRONATEC, o senhor(a) sabe qual o índice de evasão escolar?

03 – A que fatores o senhor(a) atribui a evasão escolar nos cursos FIC/PRONATEC?

04 – O senhor(a) acredita que os fatores de evasão nos cursos FIC/PRONATEC são os mesmos que nos cursos técnicos subsequentes, por exemplo?

05 - Quais as consequências que a evasão escolar nos cursos FIC/PRONATEC traz para o aluno evadido?

06 – Quais as consequências que a evasão escolar nos cursos FIC/PRONATEC traz para a instituição?

07 – Que políticas/medidas o senhor(a) tem implementado para diminuir a evasão escolar nos cursos FIC/PRONATEC do *campus*?

**ANEXO V**  
**MODELO DE ENTREVISTA UTILIZADA**

**02 - QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES**

01 – O senhor(a) sabe qual o índice de evasão escolar na Instituição?

02 – No caso específico dos cursos FIC/PRONATEC, o senhor(a) sabe qual o índice de evasão escolar?

03 – A que fatores o senhor(a) atribui a evasão escolar nos cursos FIC/PRONATEC?

04 – O senhor(a) acredita que os fatores de evasão nos cursos FIC/PRONATEC são os mesmos que nos cursos técnicos subsequentes, por exemplo?

05 - Quais as consequências que a evasão escolar nos cursos FIC/PRONATEC traz para o aluno evadido?

06 – Que políticas/medidas o senhor(a) tem implementado para diminuir a evasão escolar nos cursos FIC/PRONATEC do *campus*?

**ANEXO VI**  
**MODELO DE ENTREVISTA UTILIZADA**

**03 – QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS EVADIDOS**

- 01 – Em que tipo de escola cursou o Ensino Fundamental ou Médio (pública, privada, supletivo, etc)?
- 02 – Qual o nível de escolaridade de seus pais?
- 03 – Qual o seu estado civil (inclui a convivência)?
- 04 – O que levou você a abandonar o curso (a escola)?
- 05 – O fato de você ser egresso de uma escola pública interferiu no acompanhamento/aprendizagem das disciplinas do curso?
- 06 – O fato de você ser egresso de uma escola pública contribuiu para que você abandonasse o curso?
- 07 – Quanto tempo você dedicava a estudos complementares das disciplinas estudadas em sala de aula?
- 08 – Você está fazendo um outro curso em outra instituição? Por que?
- 09 – Você está trabalhando? Qual a sua carga horária semanal de trabalho?
- 10 – Se você trabalha, qual o seu vínculo empregatício (formal, não formal)?
- 11 – Qual o tipo de atividade que você exerce (técnica, comercial, administrativa, etc.)?
- 12 – Você já trabalhava antes de iniciar o curso?
- 13 – A sua carga horária de trabalho (caso trabalhe) contribuiu para o abandono do curso?
- 14 – Se houvesse alternativas remuneradas (bolsas) você teria continuado seus estudos?
- 15 – O que você sugere para que o estudante não abandone a escola?